



# Finibanco

## RELATÓRIO E CONTAS 2007

**Finibanco, S.A.**

**Sede:** Rua Júlio Dinis, 157 Porto **Capital Social:** EUR 120.000.000

**Matriculado** na Conservatória do Registo Comercial sob o n.º 10.487 **Pessoa Colectiva** n.º 505 087 286

# Índice

	Órgãos Sociais
	Apresentação do Relatório
	Relatório de Gestão
1	Enquadramento Macroeconómico
1.1	Economia Internacional
1.2	Enquadramento Nacional
1.3	Mercado de Capitais
2	Actividade
2.1	Linhas de Acção
2.2	Banca Comercial
2.2.1	Banca de Empresas
2.2.2	Banca de Negócios e Particulares
2.3	Banca de Investimentos
2.3.1	Private Banking
2.3.2	Gestão de Activos e Desintermediação
2.3.3	Mercado de Capitais
2.4	Área Financeira e Internacional
2.5	Gestão do Risco
2.6	Área de Operações e Sistemas de Informação
2.7	Recursos Humanos
2.8	Análise Económica e Financeira
2.8.1	Balanço
2.8.2	Conta de Resultados
3	Declarações dos Membros do Conselho de Administração
4	Aplicação de Resultados
5	Nota Final
	Demonstrações Financeiras
	Notas às Demonstrações Financeiras
	Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria
	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
	Anexos
	Participações dos Membros dos Órgãos de Administração
	Participações Qualificadas
	Acções Próprias

## Órgãos Sociais

### Mesa da Assembleia Geral

<i>Presidente</i>	António Moreira Barbosa de Melo
<i>Vice-Presidente</i>	Vitorino Pereira d'Almeida Borges Allen Brandão
<i>Secretário</i>	Ana Beatriz Magalhães Reis Prado de Castro

### Conselho de Administração

<i>Presidente</i>	Álvaro Pinho da Costa Leite
<i>Vice-Presidente</i>	Humberto da Costa Leite
<i>Vogal</i>	Armando Esteves
<i>Vogal</i>	Daniel Bessa Fernandes Coelho
<i>Vogal</i>	Joaquim Mendes Cardoso

### Conselho Fiscal

<i>Presidente</i>	José Rodrigues de Jesus
<i>Vogal Efectivo</i>	António Monteiro de Magalhães
<i>Vogal Efectivo</i>	Joaquim Henrique de Almeida Pina Lopes
<i>Vogal Suplente</i>	Viriato Marques da Silva Arrojado

### Revisor Oficial de Contas

<i>Efectivo</i>	Ernst & Young Audit & Associados SROC, SA representado por João Carlos Miguel Alves
<i>Suplente</i>	Rui Abel Serra Martins (ROC)

## **Apresentação do Relatório**

Terminado que foi o exercício de 2007, cumprindo as obrigações que nos são impostas pelo Código das Sociedades Comerciais e no respeito pelo disposto no Código de Valores Mobiliários sobre a matéria, aqui estamos a dar testemunho do modo como nele evoluiu a actividade do Finibanco, SA.

Em resultado da expansão que se tem verificado na rede de distribuição do Finibanco e com vista a obter níveis de eficácia que nos permitam competir no mercado, procedeu-se em Março de 2007 ao aumento do capital social do Finibanco de 104 milhões de euros para 120 milhões de euros, com a emissão 16 milhões de acções, de um euro cada, subscritas ao par pelo Finibanco-Holding, SGPS S.A., que é seu único Accionista.

Na Assembleia Geral do Finibanco, SA realizada em 29 de Junho de 2007, foram plasmadas no seu contrato de sociedade as alterações necessárias, de modo a compatibilizá-lo com as novas regras que o Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de Março, introduziu no Código das Sociedades Comerciais.

Em matéria de organização interna ajustou-se a nomenclatura e o conteúdo funcional das Direcções ligadas às áreas jurídica e de sistemas de informação, de modo a melhor explicitar as matérias de que se ocupam, e actualizou-se a estrutura e o conteúdo funcional de órgãos que gerem o risco de crédito, designadamente, de análise e decisão, de formalização, de acompanhamento, de recuperação e de auditoria.

Em obediência ao conteúdo das matérias constantes das normas de boas práticas recomendadas pelo Comité de Basileia II, aprovou-se um documento que trata da Gestão do Risco Operacional, no qual se formulam recomendações, se definem princípios, objectivos, políticas e estratégias e se estabelece a estrutura de gestão, de monitorização e de acompanhamento daquele risco.

Tendo em conta a situação resultante da incorporação nos activos da Instituição de bens imobiliários adquiridos na sequência de processos de recuperação de créditos, regulamentaram-se os procedimentos subjacentes à entrada, gestão e alienação dos imóveis não afectos à exploração e fixaram-se competências de decisão nessa matéria.

Ainda em matéria de regulamentação, reviram-se e actualizaram-se os regulamentos de "pricing" e de imparidade no crédito e definiram-se as estratégias e os objectivos do envolvimento nesta área.

A par destas medidas, outras se tomaram com vista a enquadrar o crescimento sustentado que temos mantido.

Para compensar a evolução tendencialmente assimétrica que se vinha manifestando no sistema bancário, nos recursos e nas aplicações, com aqueles a evoluir a um ritmo inferior aos destas, concluiu-se a operação de securitização da carteira de créditos das PME's, que vinha sendo preparada, para obtenção dos fundos indispensáveis ao incremento do negócio. Esta operação revelou-se oportuníssima, tendo em conta a crise de liquidez sentida no mercado, na segunda metade do exercício, por força da onda de choque criada pela situação do crédito imobiliário nos Estados Unidos, crise que o nosso Grupo acompanhou sem sobressaltos de maior.

A actividade comercial desenvolveu-se fundamentalmente apoiada na rede tradicional do Banco, a qual dispõe já de centena e meia de Balcões, e no *Homebanking*, que continua a merecer acolhimento favorável por parte dos nossos clientes, com especial referência para os clientes Empresas, que cada vez mais assume posição de relevância nesta matéria.

Em termos conjunturais a evolução da situação económica não se tem mostrado nada satisfatória, contrariando as expectativas que o passado recente fazia prever, situação que se reflectiu nos resultados operacionais, os quais também sofreram, como se esperava, com o esforço desenvolvido no alargamento da rede de Balcões do Finibanco, esforço que, como é sabido, só é recompensado, em regra, alguns anos após a abertura do Balcão. Tenha-se em conta que nos últimos dois anos foram abertos cerca de quarenta Balcões, o que representa vinte e sete por cento do total.

Em contrapartida, a evolução do mercado de capitais evidenciou um dinamismo digno de registo no primeiro semestre do exercício, o que possibilitou a concretização de ganhos assinaláveis, mas esta situação, sobretudo no início do exercício de 2008, alterou-se totalmente e acarretará consequências indesejáveis a todos os níveis, se se prolongar no tempo.

Não obstante o que fica dito, o Finibanco registou um bom resultado, graças ao cuidado com que foram geridas as dificuldades encontradas e ao empenhamento, sempre de registar, posto na prossecução dos objectivos estabelecidos.

Assim, os resultados do exercício registaram um crescimento de 107,9%, facto que nos permite propor à Assembleia Geral a distribuição ao Accionista Único, Finibanco-Holding, SGPS S.A. de um dividendo de três milhões de euros, e reforçar ainda as reservas com cerca de dezoito milhões de euros do resultado obtido.

Álvaro Pinho da Costa Leite  
**Presidente do Conselho de Administração**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO**

## 1. Enquadramento Macroeconómico

### 1.1 Economia Internacional

Em 2007, a economia mundial contabilizou o quarto ano consecutivo de elevado crescimento, embora a abrandar dos níveis históricos observados no ano anterior. De acordo com as estimativas de Outono do Fundo Monetário Internacional (FMI), a taxa de crescimento do produto mundial desceu de 5,4% em 2006 para 5,2% em 2007. A manutenção dos elevados padrões de crescimento decorre do superior dinamismo dos países emergentes e em desenvolvimento, cuja taxa de crescimento estabilizou em 8,1%, enquanto que o crescimento das economias mais avançadas terá abrandado para um valor mais em linha com a tendência de longo prazo (2,5%).

<i>Projeções sobre a economia mundial (taxas de variação, em %)</i>			
	2006	2007e	2008p
PIB Mundial	5,4	5,2	4,8
Economias Avançadas	2,9	2,5	2,2
Área Euro	2,8	2,5	2,1
EUA*	2,9	2,2	1,9
Países em Desenvolvimento	8,1	8,1	7,4
China	11,1	11,5	10,0
Volume do Comércio	9,2	6,6	6,7
Importações			
Economias Avançadas	7,4	4,3	5,0
Países em Desenvolvimento	14,9	12,5	11,3
Exportações			
Economias Avançadas	8,2	5,4	5,3
Países em Desenvolvimento	11,0	9,2	9,0
Preços no Consumidor			
Economias Avançadas	2,3	2,1	2,0
Países em Desenvolvimento	5,1	5,9	5,3

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Outubro de 2007 e; \* Departamento do Comércio dos EUA, para 2007

O menor dinamismo dos países mais desenvolvidos reflecte, sobretudo, o significativo abrandamento da procura doméstica dos EUA, país a braços com uma grave crise no mercado de habitação residencial privado desde finais de 2006. O agravamento da situação do mercado imobiliário esteve na génese dos acontecimentos mais marcantes de 2007, já que a reavaliação de risco, motivada pelo aumento dos incumprimentos no pagamento das prestações da casa, despoletou uma crise no crédito imobiliário que se propagou pelo sistema financeiro a nível global, aumentando os riscos ao cenário macroeconómico de base e obscurecendo as perspectivas de crescimento num futuro próximo.

Assim, a instabilidade financeira que se verifica desde finais de Agosto tem dominado a actualidade económica, relegando para um plano secundário temas como a depreciação do dólar e as pressões inflacionistas inerentes ao comportamento do preço do petróleo.

O preço do petróleo manteve uma tendência ascendente, atingindo novos máximos próximo do final do ano, em consequência da manutenção do forte crescimento da procura dos países emergentes – em que a China é o caso mais importante – e da procura com fins especulativos, num contexto de elevada rigidez na oferta. A subida do preço do petróleo agravou as pressões inflacionistas ao longo da cadeia produtiva na generalidade dos países. A apreciação do euro face ao dólar mitigou os efeitos adversos desta subida na estabilidade de preços da zona euro.

## **Estados Unidos da América do Norte (EUA)**

Nos EUA, a evolução da actividade económica continuou a ser condicionada pela queda do investimento residencial, num quadro de deterioração crescente do mercado habitacional e de condições de acesso ao crédito mais restritivas. A taxa de crescimento do PIB abrandou de 2,9% para 2,2% em 2007, reflectindo sobretudo a queda do investimento, determinada pela componente residencial e pela redução das existências, num contexto de manutenção dos níveis de consumo em linha com o observado em 2005 e 2006 e de uma contribuição líquida positiva da procura externa.

O menor dinamismo económico resultou no arrefecimento do mercado de trabalho que, ainda assim, permaneceu relativamente pujante ao longo de 2007, criando uma média de 110 mil novos empregos por mês. A criação de emprego centrou-se nos serviços, observando-se uma dinâmica inversa ao nível da construção e da indústria transformadora, actividades onde se perderam mais de 30 mil empregos por mês. A taxa de desemprego aumentou de 4,6% em Janeiro para 5,0% em Dezembro, permanecendo em níveis reduzidos e próximos do pleno emprego.

Tal como em 2006, o investimento residencial privado voltou a ser o principal responsável pelo abrandamento económico, contabilizando um efeito de arrasto que ascendeu a cerca de 1 ponto percentual (pp) na taxa de crescimento do PIB. A queda dos preços e as dificuldades em vender limitam o recurso à venda de habitação como opção de emergência em caso de dificuldades no pagamento das prestações hipotecárias, resultando num aumento do incumprimento.

### **Instabilidade Financeira**

Os problemas do sistema financeiro iniciaram-se com o aumento dos incumprimentos no mercado de crédito hipotecário de risco norte-americano, o designado "subprime". Estes empréstimos prosperaram no início da década e eram apontados como um benefício do sistema norte-americano, que abria o mercado de habitação a famílias de poucos recursos. Durante alguns anos o sistema foi um sucesso, com a valorização do património a funcionar como opção de refinanciamento quando surgiam as dificuldades nos pagamentos.

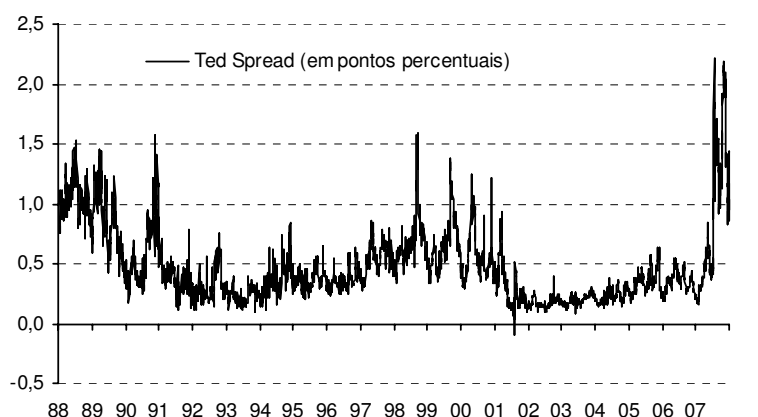
Tomados geralmente por instituições especializadas, os empréstimos hipotecários eram aglomerados em pacotes e vendidos sob diferentes formas, desde obrigações hipotecárias simples até complicados veículos estruturados, muito apetecidos por um sistema financeiro ávido por produtos de alta rentabilidade. Como resultado, o risco foi difundido muito para além das entidades envolvidas no empréstimo, transpondo fronteiras e barreiras sectoriais.

Estavam assim reunidas as condições para a mundialização de um problema regional. O aumento dos incumprimentos reflectiu-se na desvalorização ou mesmo na perda total de valor dos títulos associados. A dispersão do risco de crédito levou a que as perdas financeiras não se limitassem aos bancos norte-americanos, estendendo-se por todo o hemisfério. Sem conhecimento do valor real dos activos associados ao crédito hipotecário e sem saber onde esses activos se encontravam, os participantes mostraram-se progressivamente mais relutantes em ceder linhas de crédito, procurando satisfazer primariamente as necessidades próprias de liquidez e precaver-se contra potenciais perdas.

Consequentemente, observaram-se graves distúrbios nos mercados interbancários, não obstante a predisposição das autoridades monetárias em ceder toda a liquidez necessária ao sistema e, em alguns casos, em alterar prazos e contrapartidas aceites no acesso às linhas de crédito. Os resultados foram limitados, pois o recurso às linhas de emergência era tido como sinal de fraqueza.



#### ***Diferencial Treasuries-money market a 3 meses (pontos percentuais)***



Nota: Este diferencial (Ted Spread) é um importante indicador de problemas de liquidez no sistema financeiro  
Fonte: Reuters Ecowin

A rápida deterioração das condições financeiras, motivada pela reavaliação do risco e ampliada pela falta de liquidez e limitações de balanço, configura um cenário de clara limitação de acesso ao crédito, não só ao crédito imobiliário mas a todo o tipo de crédito, o que terá efeitos contraccionistas ao nível do investimento e do consumo privados.

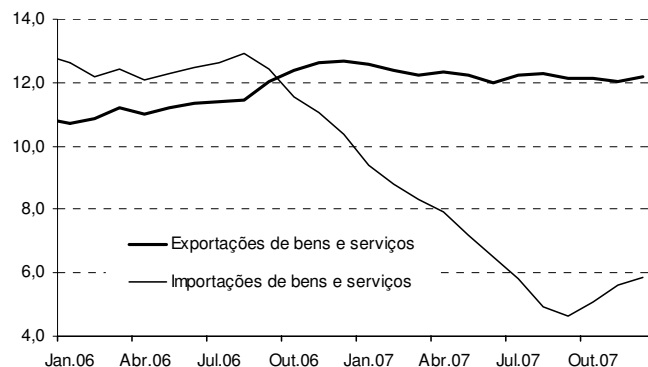
Deste modo, o cenário prospectivo encontra-se bastante obscurecido, antecipando-se o abrandamento do comércio e da economia global em 2008. A dimensão desse abrandamento, que enferma de um grande risco de recessão nos EUA, irá certamente depender da duração e da forma como serão ultrapassados os desafios que afectam o sistema financeiro.

Os dados mais recentes sugerem que a crise do mercado imobiliário ainda está para durar, conforme se pode deduzir pela evolução desfavorável dos indicadores avançados para o sector, qualitativos e quantitativos, num contexto de manutenção de níveis excessivos de existências de habitações para venda. Os dados das contas nacionais trimestrais sugerem que o quarto trimestre terá sido mesmo o pior do ano ao nível do investimento residencial.

A correcção do investimento residencial está a ser mais pronunciada e prolongada do que se antecipava, pelo que se espera o agravamento dos efeitos de contágio à economia global em 2008. Por enquanto, o consumo privado está a dar mostras da sua tradicional resiliência, mantendo um dinamismo apenas marginalmente inferior ao observado nos dois anos anteriores.

No entanto, acumulam-se os sinais de que o consumo poderá vir a atravessar um período de correcção, associado a uma maior precaução nos gastos, vergado pela conjugação desfavorável do efeito de riqueza negativo, com um acesso mais restrito ao crédito e com um mercado de emprego a perder fulgor. Por enquanto essa é apenas uma hipótese, pois os indicadores disponíveis apontam para a manutenção de robustos níveis de despesa das famílias, sustentados em ganhos salariais reais.

***Taxas de crescimento das exportações e importações (vma, %)***



Nota: As variações referem-se aos valores não corrigidos de variações de preços

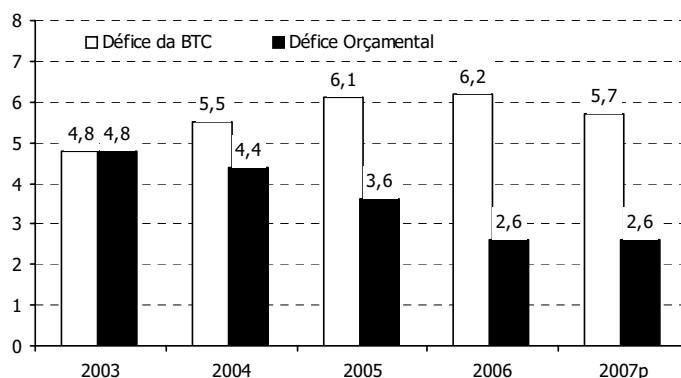
Fonte: Reuters Ecowin

O crescimento da procura interna foi pois condicionado pela quebra do investimento em residências e, por sua vez, resultou no abrandamento em cerca de 4pp da taxa de crescimento real das importações de bens e serviços, para 2,0%, não obstante o agravamento do défice em energia.

As exportações mantiveram um crescimento elevado, de 7,9%, beneficiando dos ganhos de competitividade decorrentes da depreciação do dólar e da manutenção de um elevado dinamismo dos principais destinos de exportação. Esta dinâmica proporcionou uma contribuição positiva da procura externa líquida para a taxa de crescimento do PIB, o que não acontecia desde 1995.

A melhoria da balança comercial proporcionou algum alívio no desequilíbrio das contas externas norte-americanas, com a estimativa para o défice da balança de transacções correntes (BTC) a recuar de 6,2% para 5,7% do PIB, desagravamento que não acontecia desde 2001, ano da última recessão que afectou os EUA.

***Défices orçamental e da BTC (em % do PIB)***



Fonte: FMI, World Economic Outlook, Outubro de 2007

Ao nível das Finanças Públicas, o défice orçamental manteve-se virtualmente inalterado em 2007, totalizando 2,6% do PIB pelo segundo ano consecutivo, não obstante a pressão orçamental decorrente da presença militar em países como o Afeganistão e o Iraque. Este valor deverá subir em 2008, pelo funcionamento dos estabilizadores automáticos em face de uma situação de menor crescimento e, sobretudo, se se concretizar o pacote de incentivo fiscal recentemente anunciado pela Administração Bush, com o intuito de contrariar os efeitos contraccionistas associados à deterioração das condições de crédito.

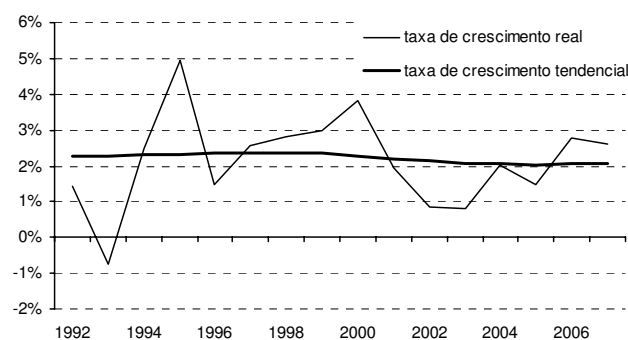
## Zona Euro

Nos três primeiros trimestres de 2007 a actividade económica na área do euro cresceu a um ritmo semelhante ao observado em 2006, abrandando no último trimestre do ano em linha com a dinâmica dos principais países ocidentais. Não obstante, os dados disponíveis à data da elaboração deste relatório indiciam que será superada a estimativa de um crescimento anual de 2,5%, pelo que este será o segundo ano consecutivo de expansão acima da tendência de longo prazo, após um início de ciclo económico caracterizado por um apático dinamismo.

O menor dinamismo é extensível à generalidade das economias da zona euro, excepção feita aos casos nacionais de Portugal e da Áustria. Ainda assim, não será este ano que Portugal atingirá os padrões de crescimento da zona euro, mantendo a tendência de divergência real iniciada em 2002.

A actividade económica da zona euro foi impulsionada pela procura interna, especialmente dinâmica ao nível do investimento, enquanto que o consumo privado evidenciou uma tendência de abrandamento, em larga medida reflectindo alguma antecipação do consumo das famílias alemãs em 2006, em face do aumento da taxa normal do IVA em 2007.

***Taxa de crescimento real e tendencial da zona euro***

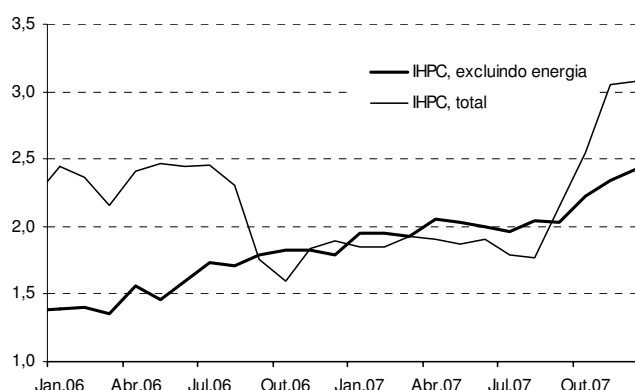


Fonte: Comissão Europeia e; Finibanco (cálculos)

Os efeitos do crescimento económico acima da tendência estão a ser intensos na criação de emprego e acompanhados de significativos ganhos de produtividade, o que permite perspectivar um aumento do crescimento potencial em face das reformas estruturais levadas a cabo em algumas economias, em especial na Alemanha. A taxa de desemprego acentuou a tendência descendente iniciada em 2005, passando de 7,7% em Janeiro para um mínimo histórico desde que há dados comparáveis (1993) de 7,2%, em Novembro e Dezembro.

A inflação no espaço euro abrandou de 2,2% em 2006 para 2,1% em 2007, reflectindo essencialmente o comportamento mais favorável dos preços da energia e outras matérias-primas, em 2006 e início de 2007, bem como a política monetária menos acomodatória. Esta maior estabilidade acaba por ser aparente, pois resulta sobretudo de um efeito favorável do preço do petróleo no cálculo do índice, efeito esse que já está a ser revertido, na sequência da subida do preço do barril do petróleo nos mercados internacionais – ainda assim mitigada pela apreciação do euro face à divisa utilizada na formação dos preços nos mercados de matérias-primas, o dólar norte-americano.

### ***Evolução dos preços no consumidor (Vh, %)***



Fonte: Reuters EcoWin

Excluindo o preço da energia do cálculo dos preços, constatamos que estes apresentaram uma clara dinâmica ascendente, que se prolonga de 2006 para 2007, indiciando pressões inflacionistas de fundo. Assim, a taxa de variação homóloga do IHPC excluindo energia aumentou de 1,8% nos primeiros meses do ano para 2,4% em Dezembro. Esta evolução configura um cenário contrário aos objectivos do Banco Central Europeu (BCE) e acaba por pesar no aparente alheamento da autoridade monetária ao recrudescimento dos riscos à actividade económica no último terço do ano.

A disciplina orçamental voltou a ser o denominador comum ao nível da zona euro, com Portugal a conseguir reduzir o défice orçamental para 3,0% do PIB, um ano antes do previsto, reunindo assim as condições para ver levantado o processo de défices excessivos. Em termos globais as melhorias são extensíveis à generalidade dos países, com as excepções a ocorrerem ao nível da Grécia e da França, países que ainda assim não estão em risco de ultrapassar o valor de referência para o défice. Desta forma, o défice orçamental para o conjunto da zona euro recuou de 1,5% do PIB em 2006 para 0,8% do PIB em 2007.

A melhoria dos saldos orçamentais deverá permitir a redução do rácio da dívida pública, em percentagem do PIB, de 68,6% para 66,5%, que acentua a tendência descendente iniciada no ano anterior e que recua para o seu valor mais reduzido desde o rácio de 66,2% atingido em 1993. Não obstante, a maioria dos países continua com um rácio da dívida superior a 60% do PIB, com esse valor a ultrapassar os 100% no caso da Itália (104,3%).

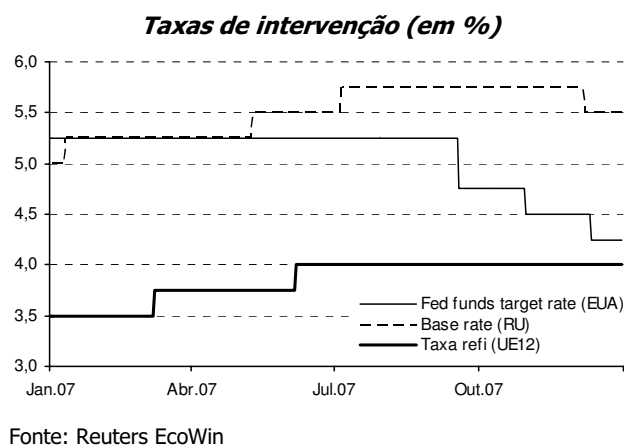
### **Política Monetária**

A evolução da política monetária, ao longo de 2007, pode ser entendida em dois períodos com características distintas. O antes da crise financeira, onde as preocupações inflacionistas são a nota dominante, e o período de instabilidade financeira, onde prevalecem a falta de liquidez e os riscos ao crescimento económico.

Numa primeira fase, a política monetária das principais economias avançadas continuou a evoluir num sentido menos acomodatório, com o objectivo de manter bem ancoradas as expectativas inflacionistas, num período em que a subida do preço dos combustíveis e dos bens alimentares impelia os índices de preços para cima dos valores de referência.

O Banco Central Europeu (BCE) prosseguiu o processo de ajustamento das condições monetárias a uma situação de maior crescimento, subindo as suas taxas de intervenção a 8 de Março e a 6 de Junho, num total acumulado de ½ ponto percentual. O Banco de Inglaterra (BoE) foi um pouco mais longe, procedendo a três aumentos de 25 pontos base, colocando a sua taxa base em 5,75%, no dia 5 de Julho.

Nos EUA, a Reserva Federal (Fed) manteve a política de "hands off", confortável com os níveis de taxas de juro.



Quando a crise financeira extravasou as fronteiras do crédito imobiliário de risco, em finais de Agosto, verificou-se uma mudança do enfoque da política monetária, com este a recair sobre a própria sustentabilidade do sistema financeiro.

Os problemas sentiram-se inicialmente nos EUA, pelo que o Fed foi também o primeiro a tomar medidas visando estabilizar o sistema financeiro. Numa primeira resposta, optou por não mexer na sua taxa de política económica, a "fed funds target rate", conjurando antes um pacote de medidas orientadas para tranquilizar o sistema financeiro. As principais alterações introduzidas consistiram no aumento dos prazos de cedência de liquidez, no alargamento do cabaz de títulos aceites como colaterais e na descida da taxa de desconto.

As alterações adoptadas revelaram-se insuficientes e o Fed acabou por se ver na contingência de iniciar um ciclo de rápido alívio da política monetária, realizando três cortes nas taxas de intervenção em reuniões consecutivas, num total acumulado de 1 ponto percentual. Estas descidas, que colocaram a "fed funds target rate" em 4,25% no final do ano, visaram mitigar os efeitos negativos do aperto das condições de crédito e, na medida do possível, agir preventivamente em face de um espectáculo abrandamento económico

Na zona euro, o BCE manteve um agressivo discurso anti-inflacionista mas suspendeu o processo de subida das taxas de intervenção e, à semelhança do Fed, também tomou algumas medidas de excepção ao nível da cedência de liquidez. No Reino Unido, o BoE acabou por seguir os passos do Fed, procedendo ao alívio da política monetária com uma descida de ¼ de ponto percentual da sua taxa base, para 5,50%, no dia 6 de Dezembro.

## 1.2 Economia Portuguesa

Em 2007, assistiu-se à consolidação da recuperação da actividade económica em Portugal, com a taxa de crescimento a acelerar de 1,2% para 1,9%, valor mais próximo da tendência de longo prazo. Este maior dinamismo foi suportado pela procura externa e pela recuperação do investimento empresarial, dando continuidade ao processo de correcção dos desequilíbrios causados pelos excessos do ciclo económico anterior.

O mercado de trabalho não recuperou como seria desejável, observando-se inclusivamente o incremento do desemprego e da taxa de desemprego, o que indicia algum desfasamento temporal face à posição cíclica actual. Ao nível da estabilidade de preços, a evolução da inflação voltou a ser dominada pela variação dos preços dos combustíveis nos mercados internacionais.

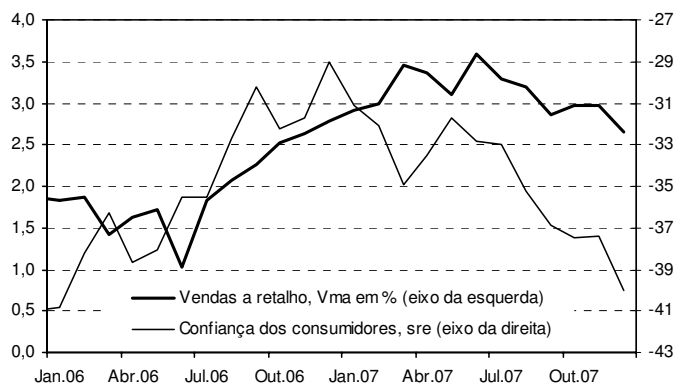
<i>Projeções económicas para Portugal (taxas de variação, em %)</i>			
	2006	2007e	2008p
<b>Consumo Privado</b>	1,2	1,2	1,1
<b>Consumo Público</b>	0,0	0,0	0,4
<b>FBCF</b>	-1,8	2,6	3,3
<b>Procura Interna</b>	0,2	1,2	1,4
<b>Exportações</b>	9,1	7,0	4,9
<b>Importações</b>	4,3	4,1	2,9
<b>PIB</b>	1,2	1,9	2,0
<hr/>			
<b>Balança Corrente + Capital (% do PIB)</b>	-8,6	-8,2	-7,3
<hr/>			
<b>IHPC</b>	3,0	2,4	2,4

Notas: e - estimado ; p – previsto

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Económico, Dezembro de 2007

Tal como no ano anterior, o crescimento concentrou-se no primeiro semestre, onde o PIB acumulou um crescimento de 1,4%. A procura interna, assumiu-se como o motor do crescimento, impulsionada pela recuperação do investimento empresarial, em especial da componente do material de transporte, num contexto de abrandamento das exportações associado ao menor dinamismo dos mercados de expedição e à evolução cambial adversa.

#### *Indicadores de consumo privado*



Fonte: Reuters EcoWin

O consumo privado cresceu ao ritmo do ano anterior, apresentando um comportamento ascendente na primeira metade do ano e posterior correcção. Globalmente, o consumo privado evoluiu moderadamente no ano, condicionado pelo aumento do serviço da dívida das famílias, associado à subida das taxas de juro e num contexto de sobreendividamento. O pico do consumo privado terá sido atingido em Junho, reflectindo as condições económicas gerais mais favoráveis neste período mas, também, a antecipação da aquisição de automóveis de gama alta, encarecidos pelas alterações no imposto automóvel introduzidas em Julho.

Os mais recentes dados disponíveis apontam para um recuo do consumo privado na fase final do ano, a par do abrandamento das exportações e do agravamento das condições de crédito ao investimento.

A formação bruta de capital fixo (FBCF) cresceu 2,6% em 2007, contribuindo positivamente para o PIB após dois anos consecutivos de taxas de crescimento negativas. A recuperação do investimento foi comum a todas as categorias, de onde se destacam o superior dinamismo do investimento em material de transporte e a maior estabilidade do investimento em construção.

A procura interna foi assim o principal responsável pelo crescimento económico em 2007, tendência que se deverá reforçar em 2008. Por oposição, a procura externa líquida viu bastante reduzida a sua contribuição para o crescimento económico, consequência do superior abrandamento das exportações face às importações.

As importações mantiveram uma dinâmica idêntica à observada no ano anterior, pese embora o aumento da factura energética, decorrente do aumento do preço do barril do petróleo nos mercados internacionais, e o maior dinamismo do investimento, categoria da despesa com um elevado peso da componente importada.

### **Política Orçamental**

Após um período marcado pelo défice excessivo e pela tomada de medidas para a sua correcção, que condicionaram o contributo da despesa pública para a evolução da despesa interna, a situação orçamental das Administrações Públicas volta a assegurar o cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) e a reunir as condições para um crescimento económico sustentado.

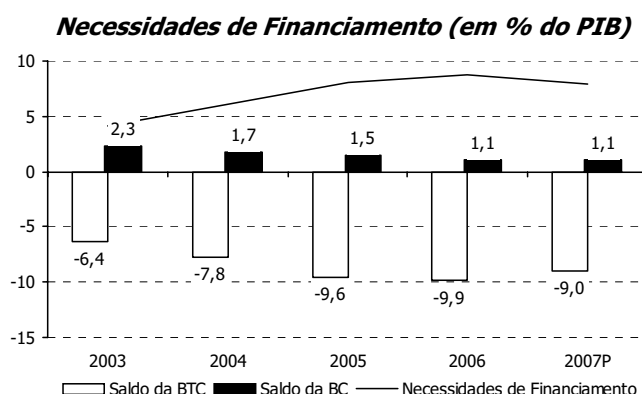
No que respeita à política orçamental, o défice do Sector Público Administrativo terá recuado de 3,9% para 3,0% do PIB em 2007, valor que poderá ser inclusivamente melhorado caso se confirmem os bons indicadores de execução orçamental. Este resultado coloca o défice dentro dos limites um ano antes do previsto, o que deverá resultar no levantamento do processo de défice excessivo, por parte das instâncias europeias.

A redução do défice resultou de um robusto crescimento das receitas fiscais, lideradas pelo crescimento do imposto sobre os rendimentos colectivos, enquanto que a despesa primária se expandiu a um ritmo inferior ao do PIB, dinâmica proporcionada pela contenção salarial do Estado. Em simultâneo, foram introduzidas alterações ao nível do cálculo das pensões e de outros benefícios.

Quanto ao rácio da dívida pública, a Comissão Europeia estima que o mesmo tenha recuado 0,4 pontos percentuais, para 64,4% do PIB.

### **Balança de Pagamentos**

As necessidades de financiamento da economia portuguesa, medidas pelo défice conjunto das balanças corrente (BTC) e de capital (BC), terão finalmente invertido a tendência de agravamento que se vinha a observar num passado recente, descendo 0,9pp para 7,9% do PIB. Esta melhoria resulta da redução do défice da balança de transacções correntes, de 9,9% para 9,0% do PIB, num contexto de manutenção do excedente da balança de capitais em 1,1% do PIB.



Ao nível da balança corrente, a redução do peso do seu défice no PIB reflecte essencialmente a diminuição do défice da balança em bens e serviços, nomeadamente na sua componente não energética, mais que compensando o aumento da factura energética associado à subida do preço do petróleo nos mercados internacionais. Adicionalmente, o défice da balança de rendimentos desceu 0,2pp, para 1,8% do PIB.

A balança financeira registou um significativo acréscimo de 28,3% na entrada líquida de fundos, com estes a ascenderem a 9,5% do PIB. A desagregação do saldo permite constatar que a economia portuguesa foi maioritariamente financiada por via do "investimento de carteira", embora seja igualmente de salientar o significativo incremento do "outro investimento". Por oposição, o saldo de operações de investimento directo correspondeu a uma saída líquida de fundos, após dois anos em que o investimento directo estrangeiro em Portugal superou o investimento directo de Portugal no Exterior.

### Mercado de Trabalho

O comportamento do mercado de trabalho tem-se caracterizado pelo aumento da taxa de actividade, em especial das mulheres, o que tem colocado pressão adicional na capacidade da economia em criar os empregos desejados, assistindo-se em simultâneo a um alargar do desfasamento entre os empregos oferecidos e os empregos procurados.

A recuperação do mercado de trabalho não está a ocorrer ao ritmo desejado, indiciando algum desfasamento temporal face à melhoria das condições económicas. Ainda assim existem sinais animadores, pois os indicadores de emprego e desemprego mostram melhorias no final do ano.

<b>População activa, emprego e desemprego (taxas de variação, em %)</b>							
	2005	2006	2007				
			Total	I	II	III	IV
População activa	<b>1,0</b>	<b>0,8</b>	<b>0,6</b>	0,1	-0,2	0,9	-0,3
Emprego total	<b>0,0</b>	<b>0,7</b>	<b>0,2</b>	-0,1	0,4	0,9	-0,2
<i>Agricultura, silvicultura e pescas</i>	<b>-1,9</b>	<b>-0,4</b>	<b>-0,4</b>	1,1	1,7	0,5	-2,2
<i>Indústria</i>	<b>-1,8</b>	<b>0,7</b>	<b>0,0</b>	-1,1	0,0	1,7	-0,9
<i>Serviços</i>	<b>1,4</b>	<b>1,0</b>	<b>0,4</b>	0,1	0,3	0,5	0,5
Taxa de desemprego (%)	<b>7,6</b>	<b>7,7</b>	<b>8,0</b>	8,4	7,9	7,9	7,8

Fonte: INE, Inquérito trimestral ao emprego

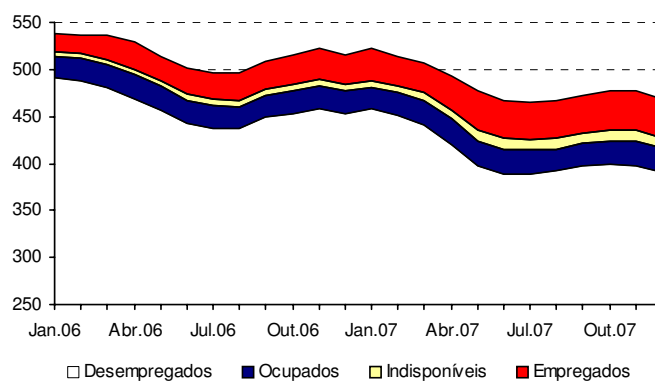


Em 2007, o emprego aumentou marginalmente (0,2%), colocando uma pausa no processo de recuperação iniciado no ano anterior e regressando à apatia que caracterizou o período de 2003 a 2005. Por sectores, observou-se um incremento de 0,4% do emprego nos serviços, o que permitiu compensar a quebra de 0,4% no emprego na agricultura, silvicultura e pescas, num contexto de estagnação da criação de emprego na indústria.

O marginal incremento do emprego foi insuficiente para compensar o aumento de 0,6% da população activa, pelo que se observou uma deterioração dos indicadores de desemprego. O número de homens e mulheres sem emprego aumentou 4,9%, o que se reflectiu numa subida da taxa de desemprego de 7,7% para 8,0%, o mais elevado registo dos últimos 20 anos.

Não obstante, os dados dos Centros de Emprego mostram uma tendência de melhoria, com um claro recuo do desemprego registado, isto é dos inscritos nos Centros de Emprego que não têm emprego e que estão imediatamente disponíveis para trabalhar.

***Evolução e decomposição dos pedidos de emprego nos Centros de Emprego (mil)***



Fonte: IEFP

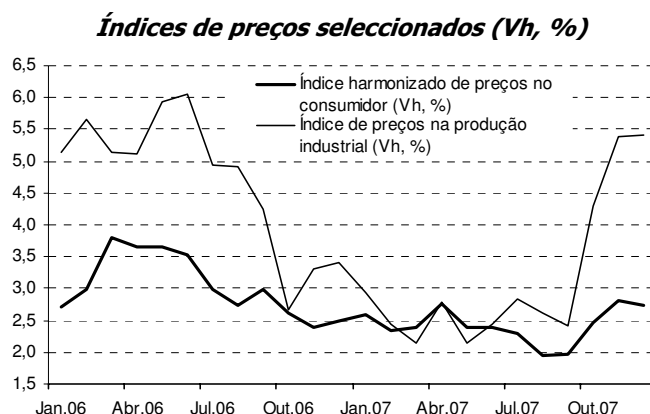
O número médio de inscritos nos Centros de Emprego ascendeu a 483.815 indivíduos em 2007, o que representa uma quebra de 6,6% face ao valor do ano anterior. Esta evolução reflecte a significativa descida de 10,7% no desemprego registado, que permitiu mais do que compensar o aumento daqueles que se encontram temporariamente indisponíveis para trabalhar por motivos de saúde (2,2%), dos que estão ocupados em programas especiais de emprego (5,2%) e, sobretudo, dos que procuram melhorar as suas condições de emprego (38,4%). Esta última variação é particularmente significativa, pois existe uma predisposição para uma maior mobilidade quando as condições gerais de trabalho estão a melhorar.

A descida do desemprego registado foi ajudada por um aumento das ofertas de emprego e das colocações. No cômputo de 2007 houve um incremento das ofertas de emprego de 12,7% (ou 13 523), enquanto que as colocações aumentaram apenas 1,5%. Como resultado, as vagas em aberto ascendiam a 10 360 no último mês do ano, quase 1/3 mais do que no período homólogo de 2006.

Em termos de remunerações, as estimativas do Eurostat antecipam uma aceleração da taxa de crescimento de 2,4% para 2,7%, grosso modo em linha com a evolução observada ao nível da zona euro. Em simultâneo, a taxa de crescimento da produtividade aumentou de 0,6% para 1,5%, o que proporcionou uma redução da taxa de crescimento dos custos unitários do trabalho (CTUPs) de 1,8% para 1,1%. A dinâmica dos CTUPs, que cresceram 0,3pp abaixo da média da zona euro, invertendo a tendência desfavorável do ano anterior, resulta em ganhos de competitividade dos produtos portugueses nos principais mercados de exportação.

## Estabilidade de Preços

A evolução do preço da energia e de outras matérias-primas voltou a revelar-se determinante para a estabilidade de preços em Portugal, com os principais índices de preços e expectativas inflacionistas a oscilarem, primeiro com a descida e, mais próximo do fim do ano, com o aproximação do preço do petróleo Brent aos 100 dólares por barril. Deste modo, a variação homóloga do índice de preços dos bens industriais atingiu um mínimo de 2,1% em Maio, encetando no mês seguinte uma subida que a colocou nos 5,4% nos dois últimos meses do ano.

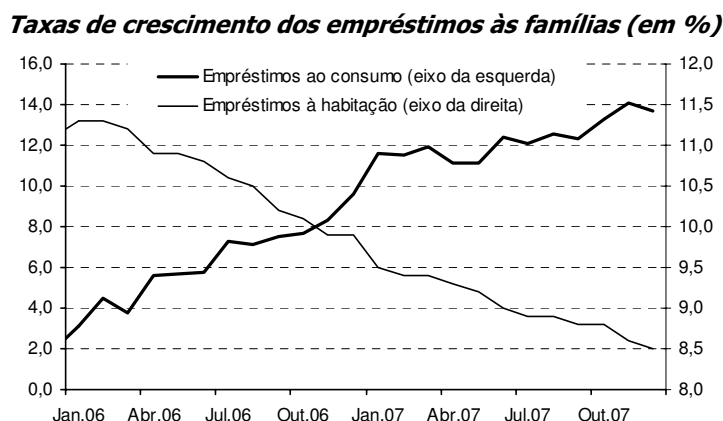


Fonte: Reuters EcoWin

Os preços no consumidor registaram um aumento médio anual de 2,4% em 2007, abrandando face ao crescimento de 3,0% do ano anterior. A tendência descendente foi particularmente evidente nos primeiros oito meses do ano, período em que a taxa de variação homóloga do índice harmonizado de preços no consumidor recuou de 2,6% para 1,9%, reflectindo em grande medida a desaceleração do preço dos bens energéticos. No último terço do ano a situação inverteu-se, com a taxa de variação homóloga a retomar a dinâmica ascendente.

## Situação Monetária e Financeira

O crédito total concedido ao sector privado não financeiro evidenciou uma trajectória de desaceleração até Agosto, reflectindo idêntica dinâmica no ritmo de crescimento do crédito a particulares e do crédito a sociedades não financeiras. Tal como no ano anterior, o final do Verão trouxe uma inversão de tendência e o crédito concedido recuperou algum do ímpeto perdido.



Nota: valores ajustados de operações de titularização

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico de Fevereiro de 2007

Ao nível do crédito a particulares há que referir a divergência entre a evolução dos empréstimos ao consumo e os empréstimos para habitação. Os primeiros apresentaram um perfil ascendente ao longo do ano, enquanto que os últimos, que totalizam cerca de 80% dos empréstimos tomados por particulares, mantiveram a dinâmica de desaceleração iniciada em 2006.

O elevado ritmo de crescimento do crédito concedido ao sector privado, reflectiu-se no aumento das várias medidas de endividamento. O endividamento das famílias ultrapassou 92% do PIB e 125% do rendimento disponível em 2007. Não obstante, empresas e famílias continuam genericamente sem grandes problemas para cumprir as suas responsabilidades financeiras, a julgar pela descida, em cerca de 0,1 pp, da percentagem do crédito de cobrança duvidosa no total do crédito concedido.

As taxas de juro activas e passivas aumentaram ao longo de 2007, ajustando-se inicialmente ao processo de remoção das condições monetárias acomodáticas por parte do Banco Central Europeu, o qual subiu a sua taxa principal de refinanciamento de 3,50% para 4,0% no primeiro semestre, e posteriormente à reavaliação do risco e dos problemas de liquidez que afectaram o mercado monetário nos últimos meses do ano. As taxas Euribor a 3 e a 6 meses, os indexantes mais difundidos em Portugal, situavam-se em 4,684% e 4,707%, em 31 de Dezembro, respectivamente 96 e 85 pontos base acima do valor do último dia de 2006.

### 1.3 Mercado de Capitais

No cômputo de 2007, assistimos à continuação do *bull market* accionista, sustentado pelas expectativas de crescimento dos resultados das empresas. Pelo terceiro ano consecutivo observou-se uma reduzida correlação entre as principais praças mundiais, com as valorizações significativas de alguns índices europeus a coexistirem com o modesto desempenho dos índices norte-americanos ou mesmo com a nova quebra do nipónico Nikkey.

No entanto, foi a instabilidade que se instalou nos mercados financeiros, em finais de Agosto, que acabou por marcar o ano de 2007 e configurar o cenário de incerteza acrescida para 2008.

No período pré-instabilidade, a evolução das bolsas caracterizou-se por uma tendência de valorização, associada à manutenção de condições financeiras benignas e de expectativas de crescimento de resultados favoráveis, pese embora se tenha igualmente assistido a um esmagamento de margens decorrente da evolução desfavorável dos preços da energia e de outras matérias-primas. Muitos dos máximos do ano foram atingidos em pleno Verão, em especial na União Europeia.

#### *Evolução de alguns índices de referência em 2007*

	2006	2007		Mínimo do ano			Máximo do ano		
	29-Dez	31-Dez	Varição*	valor	Varição*	data	valor	Varição*	data
<b>EUA</b>									
Dow Jones	12463,2	13264,8	6,4	12050,4	-3,3	05-Mar	14164,5	13,7	09-Out
Nasdaq	2415,3	2652,3	9,8	2340,7	-3,1	05-Mar	2859,1	18,4	31-Out
<b>Zona euro</b>									
IBEX35	14146,5	15182,3	7,3	13602,4	-3,8	14-Mar	15945,7	12,7	08-Nov
DAX30	6596,9	8067,3	22,3	6447,7	-2,3	14-Mar	8105,7	22,9	16-Jul
PSI20	11197,6	13019,4	16,3	11226,7	0,3	02-Jan	13702,0	22,4	17-Jul
CAC40	5541,8	5614,1	1,3	5265,5	-5,0	16-Ago	6168,2	11,3	01-Jun
MIB30	41570,0	38885,0	-6,5	37822,0	-9,0	21-Nov	44324,0	6,6	18-Mai
STOXX50	4119,9	4399,7	6,8	3906,1	-5,2	14-Mar	4557,6	10,6	16-Jul
<b>Emergentes</b>									
RTS (\$)	1921,9	2290,5	19,2	1724,7	-10,3	30-Mai	2359,9	22,8	12-Dez
ISE100	39117,5	54873,2	40,3	36629,9	-6,4	10-Jan	58231,9	48,9	15-Out
Hang Seng	19964,7	27812,7	39,3	18664,9	-6,5	05-Mar	31638,2	58,5	30-Out
MERVAL	2090,5	2151,7	2,9	1833,7	-12,3	16-Ago	2351,4	12,5	31-Out
BOVESPA	44473,7	63886,1	43,6	41179,2	-7,4	05-Mar	65790,8	47,9	06-Dez
<b>Outros</b>									
Nikkei225	17225,8	15307,8	-11,1	14837,7	-13,9	21-Nov	18262,0	6,0	09-Jul
FTSE100	6220,8	6456,9	3,8	5858,9	-5,8	16-Ago	6732,4	8,2	15-Jun
MSCI World	1100,6	1131,7	2,8	1075,3	-2,3	05-Mar	1206,3	9,6	13-Jul

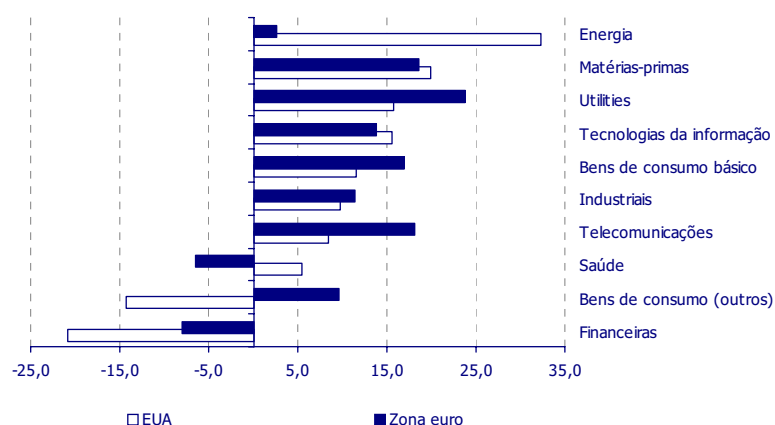
\* Face a 29 de Dezembro de 2006, em %  
Fonte: Reuters EcoWin e; GESE

Destaque para o desempenho do DAX30 da Alemanha, cujo ganho anual ascendeu a 22,3%, por oposição à excepção negativa de Itália, onde o MIB30 perdeu 6,5%. A praça lisboeta acompanhou o sentimento positivo, com o índice PSI20 a fechar o ano com uma valorização de 16,3%, nos 13 019,4 pontos.

Nos EUA e países emergentes, em geral, o *bull market* prolongou-se por mais algum tempo, com os máximos do ano a serem atingidos entre Outubro e Novembro – período em que os índices bolsistas pareciam algo imunes à instabilidade que afectava o sistema financeiro. No entanto, este alheamento era apenas aparente, pois os índices continuavam a subir apesar das significativas desvalorizações de títulos associados ao sector financeiro.

Assim, num contexto em que os índices bolsistas subiram moderadamente nos EUA, as empresas financeiras contabilizaram perdas superiores a 20%. Situação idêntica ocorreu na zona euro, onde as financeiras lideraram as perdas com uma desvalorização de quase 8%.

**Índices sectoriais Standard & Poors (taxas de variação em 2007, em %)**



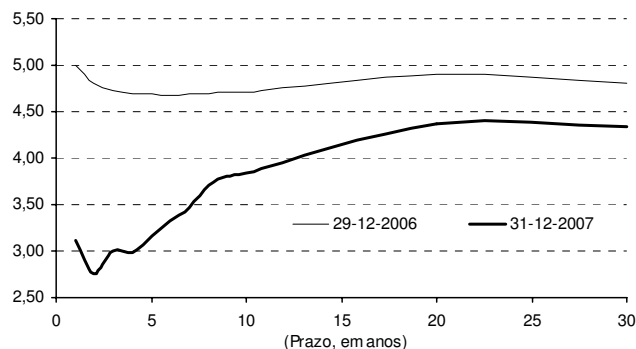
Fonte: Reuters Ecowin

No segmento obrigacionista, as taxas de juro de médio e longo prazo contabilizaram um ano de elevada volatilidade, igualmente dividido em dois períodos com características e denominadores diferentes.

Os três primeiros trimestres do ano caracterizaram-se pela manutenção da dinâmica ascendente das taxas de juro, num contexto de crescimento económico e de persistência de pressões inflacionistas localizadas. Esta tendência inverteu-se no final do Verão, com as taxas de rentabilidade a recuarem em reacção à emergência dos já referidos problemas do sistema financeiro.

Globalmente, as curvas de rendimentos de longo prazo da zona euro e dos EUA registaram uma significativa deslocação para baixo, mais acentuada nos prazos mais curtos, apresentando agora uma clara inclinação positiva.

**Curva de rendimentos de longo prazo nos EUA (taxas de rentabilidade, em %)**

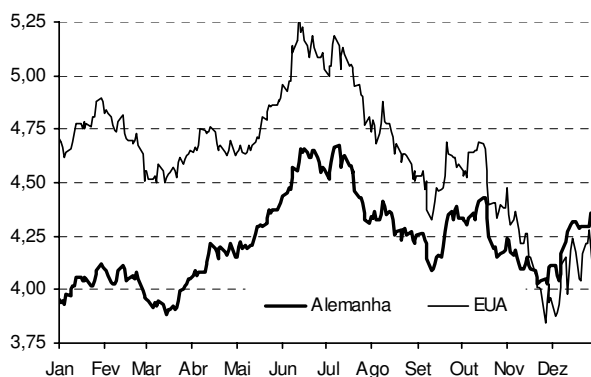


Fonte: Reuters EcoWin

Nos EUA, as taxas de rentabilidade da dívida pública mostraram uma tendência ascendente até ao Verão, penalizadas pela manutenção de um significativo dinamismo económico e pelo agravamento das pressões inflacionistas, associadas ao aumento do preço das matérias-primas e dos bens alimentares. O pico das taxas de juro foi atingido no dia 12 de Junho, com a taxa de rentabilidade dos "treasuries" a 10 anos a atingir os 5,294%. Desta data em diante, o sentimento mudou, primeiro com expectativas de alteração do sentido da política monetária e, posteriormente, pela procura de qualidade e segurança decorrente da instabilidade que varreu o sistema financeiro.

As descidas das taxas de intervenção da Reserva Federal, de Setembro e Outubro, pouco alteraram o sentimento de aversão ao risco, cujas consequências se observavam ao nível do aumento do prémio entre os instrumentos sem risco percepcionado, isto é os títulos de dívida pública, e todos os outros instrumentos de risco, incluindo depósitos no mercado monetário. As taxas de rentabilidade atingiram os mínimos em finais de Novembro, subindo posteriormente em reacção ao alívio dos problemas de liquidez, proporcionada pela acção conjugada das autoridades monetárias dos principais blocos económicos de referência.

**Evolução das taxas de rentabilidade a 10 anos (em %)**

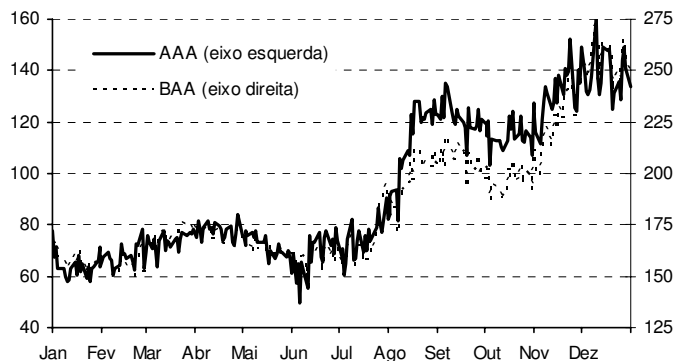


Fonte: Reuters EcoWin

Na zona euro, assistimos à descolagem das taxas de juro de longo prazo dos instrumentos em euro, face às congéneres norte-americanas, pelo que os movimentos observados acabaram por ter menor dimensão, na subida e posterior descida. A divergência está associada aos melhores fundamentos económicos da zona euro para ultrapassar o actual período de instabilidade e incerteza, enquanto que existem indícios de que os EUA poderão já estar em recessão. Esta dinâmica resultou na alteração das posições relativas das taxas de juro de longo prazo, com as taxas europeias a superarem as norte-americanas no último mês e meio do ano.

Como referido, a valorização generalizada dos títulos de dívida pública dos países de referência está associada, em grande medida, ao aumento da aversão ao risco.

### ***Prémios de risco das melhores empresas***



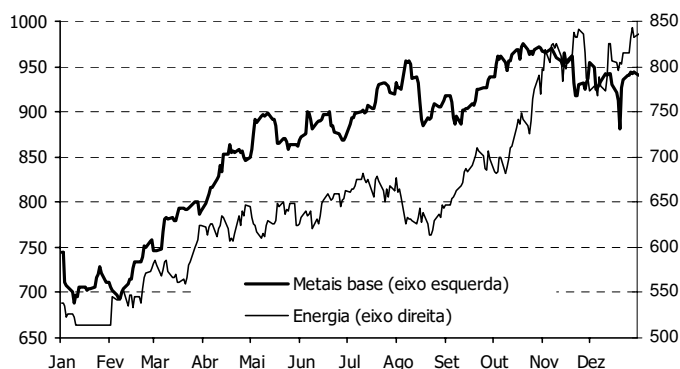
Nota: Diferenciais de taxas de juro face aos *treasuries* a 10 anos, em pontos base  
 Fonte: Reserva Federal dos EUA

De facto, o diferencial de taxas de juro entre a dívida das melhores empresas privadas (AAA) e a dívida pública emitida por países sem risco percepcionado evidenciou uma dinâmica claramente ascendente desde o Verão. Esta evolução terá sido ainda mais acentuada do que os gráficos permitem deduzir, uma vez que se assistiu à quase estagnação do crédito concedido a empresas com notação de maior risco.

O aumento dos prémios de risco não é um fenómeno propriamente inesperado, já que as principais instituições económicas internacionais, como o FMI, a OCDE e a Comissão Europeia, vinham alertando para a excessiva tomada de risco nos mercados financeiros. O problema é que esta correcção entrou em “over-shooting” e agravou as condições financeiras a nível global.

Por enquanto, esta correcção não chegou ainda ao mercado das matérias-primas, as quais contabilizaram mais um ano de elevadas valorizações. O caso mais mediático e que mais problemas levanta aos Governos dos países desenvolvidos continua a ser o petróleo, cujo preço se aproximou em diversas ocasiões dos 100 dólares por barril, tendo fechado o ano em 94,4 dólares por barril.

### ***Matérias-primas***



Fonte: Reuters Ecowin

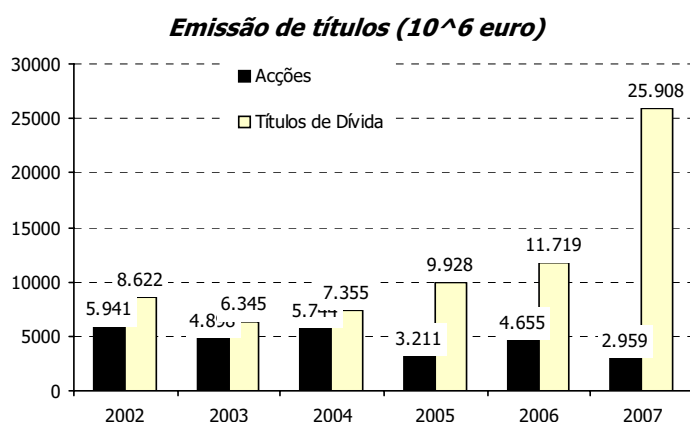
Os metais base, onde se inclui o cobre, foi outra espécie de matérias-primas que também mostrou uma elevada valorização em 2007, pese embora apresentasse uma tendência descendente à data da elaboração do presente Relatório.

Globalmente, as condições financeiras deterioraram-se acentuadamente no último trimestre do ano, com a falta de liquidez e os problemas de balanço do sector financeiro a constituírem-se como um limite à expansão do crédito, num contexto de completa aversão ao risco.

## Mercado Nacional

### Mercado Primário

No exercício de 2007, a emissão líquida de valores mobiliários em Portugal fixou-se em 28.866 milhões de euros, o que representa um crescimento de 76,3% face ao valor do exercício anterior e o mais elevado registo de sempre. Esta dinâmica reflecte o maior recurso do Sector Não Financeiro (excepto Administrações Públicas) e, sobretudo, das Instituições Financeiras Monetárias ao financiamento através do mercado de capitais.



Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico de Fevereiro de 2008

A emissão líquida de acções situou-se em 2.959 milhões de euros, caindo 36,4% face ao ano anterior. As emissões concretizadas por entidades cotadas totalizaram uns marginais 163 milhões de euros, representando cerca de 10% do montante emitido no exercício de 2006, enquanto que as empresas não cotadas emitiram acções no valor de 2.796 milhões de euros, valor 7,7% inferior ao observado no ano transacto.

Esta quebra reflecte o menor recurso ao mercado de capitais português como fonte de financiamento por parte de todos os sectores institucionais. As emissões líquidas das Instituições Financeiras Monetárias, das Instituições Financeiras Não Monetárias e as do Sector Não Financeiro decresceram 85,8%, 39,0% e 14,2%, respectivamente. Refira-se que, as Instituições Financeiras Monetárias Cotadas não recorreram à emissão de acções como forma de financiamento.

No segmento de títulos de dívida, o montante líquido emitido ascendeu a 25.908 milhões de euros, o que se traduz num incremento de 121,1% face ao ano transacto e num novo recorde para o mercado de capitais português, mais do que duplicando o máximo de 11.719 milhões de euros obtido em 2006.

Este crescimento reflecte, sobretudo, o imenso acréscimo de 759% do recurso ao financiamento através de títulos da dívida por parte das Instituições Financeiras Monetárias, com este a ascender a 15.489 milhões de euros, dos quais 15.099 milhões de euros dizem respeito a emissões de dívida de médio e longo prazo. Ao nível das Instituições Financeiras Não Monetárias e do Sector Não Financeiro verificaram-se taxas de crescimento de 2,0% e 79,6%, respectivamente, enquanto que as Administrações Públicas reduziram o montante emitido para menos de metade – evolução esta que se deve a nova amortização líquida de dívida de curto prazo, embora a um menor ritmo, em simultâneo com uma quebra de emissão líquida de dívida de médio e longo prazo.

Comparando o recurso aos diversos prazos, observa-se um acentuado incremento das emissões de médio e longo prazo, com particular incidência em taxas variáveis, em detrimento das emissões de curto prazo.

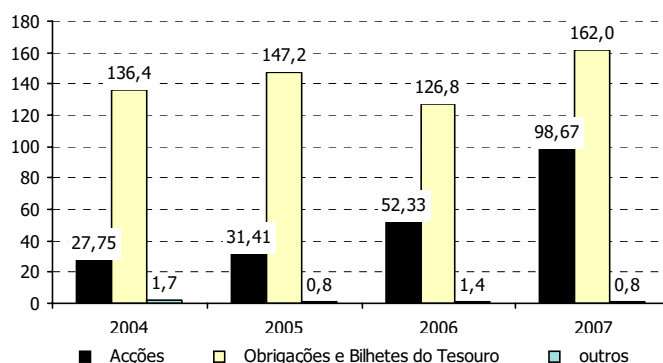
## ***Mercado Secundário***

### Volume de transacções

O volume de transacções de valores mobiliários ascendeu a 296.450,1 milhões de euros em 2007, o que representa um acréscimo de 50,5% face ao volume transaccionado no ano anterior. Esta subida do volume transaccionado reflecte um acentuado aumento das operações nos Mercados Regulamentados, as quais subiram 44,9%, para 261.455,5 milhões de euros, a que se adicionaram incrementos de 49,8% nas transacções nos Mercados Não Regulamentados e de 122,0% nas operações Fora de Bolsa, para respectivamente 3.336,4 milhões de euros e 31.658,1 milhões de euros.

O aumento das transacções nos Mercados Regulamentados, que contabilizam cerca de 90% do mercado, reflecte o crescimento de 88,6% nas transacções de acções e de 27,8% nas operações do Mercado Especial de Dívida Pública (MEDIP), onde as transacções de obrigações do tesouro e de bilhetes do tesouro cresceram 27,3% e 32,1%, respectivamente.

#### ***Volume de transacções nos mercados regulamentados (10<sup>9</sup> Euros)***



Fonte: CMVM; cálculos, GESE

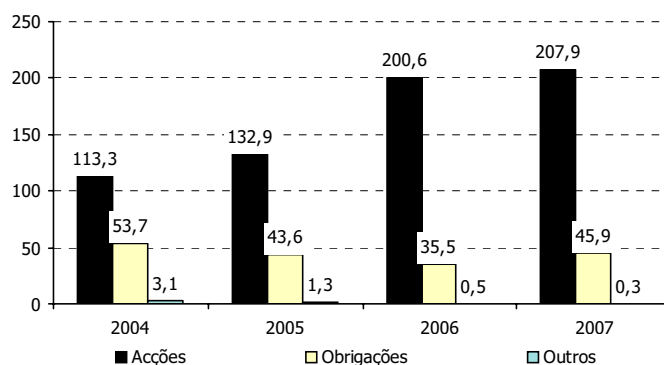
O volume de transacções dos restantes instrumentos financeiros, que compreendem as obrigações, títulos e unidade de participação, direitos, warrants, certificados, convertíveis e operações das sessões especiais, caíram na sua maioria, correspondendo estas transacções a volumes pouco expressivos nos Mercados Regulamentados, representando no seu conjunto cerca de 0,3% do total.

### Capitalização Bolsista da Euronext Lisbon

A capitalização bolsista da Euronext Lisbon situou-se nos 255.344,9 milhões de euros no final de 2007, o que se traduz num crescimento de 7,2% face ao período homólogo de 2006 e reflecte um incremento de 7,4% da capitalização bolsista nos Mercados Regulamentados, situação que mais do que compensou a diminuição de 25,2% no valor dos Mercados Não Regulamentados.



**Capitalização bolsista da Euronext Lisbon ( $10^9$  Euros)**



Fonte: CMVM; cálculos, GESE

Refira-se que a capitalização bolsista do segmento accionista dos Mercados Regulamentados aumentou 3,6%, para 201.021 milhões de euros, reduzindo no entanto a sua preponderância, em termos de capitalização bolsista, a favor do segmento obrigacionista, cuja capitalização aumentou 29,2%, para 45.903,5 milhões de euros. Nos outros instrumentos, destaque para o incremento de 51,2% da capitalização das unidades de participação, que ainda assim permanecem como uma categoria residual, totalizando apenas 0,3% da capitalização bolsista global.

A evolução dos Mercados Não Regulamentados, que representaram 0,5% da capitalização total, deveu-se a quebras de 64,9% e de 49,4% da capitalização das acções e de warrants, respectivamente, que mais do que anularam o crescimento de 50,4% das obrigações e de 53,6% dos certificados.

## 2. Actividade

### 2.1 Linhas de Acção

No exercício de 2007, o Finibanco, SA, no cumprimento do seu objecto social, desenvolveu as iniciativas e concretizou as acções de que no presente Relatório se dá notícia.

Em Março de 2007 o capital do Finibanco, SA foi aumentado de 104 para 120 milhões de euros, através da emissão de 16 milhões de acções, de um euro cada, subscritas ao par pelo accionista único Finibanco-Holding, entre outras razões, para sustentar o aumento da rede de Balcões que no final do ano passou de 127 para 150.

O esforço de ampliação e de aperfeiçoamento desta rede continua no exercício de 2008.

A esta rede, que apoia a actividade comercial do Grupo, somam-se ainda a rede de Promotores de Negócios, que totaliza 213 elementos, a Banca Telefónica e a rede de Net-Banking, que continuam a ser beneficiadas com novas funcionalidades.

Em matéria de organização, criaram-se e/ou reviram-se os normativos internos, abrangendo diversas áreas, das quais cumpre destacar:

- Na área do crédito:
  - O Manual de Procedimentos/Imparidade no Crédito, que define o processo interno de apuramento de imparidades, no crédito, importante instrumento para o apuramento das contas individuais e consolidadas no quadro da aplicação das IAS/IFRS;
  - O documento designado Acompanhamento de Crédito-Estratégias de Envolvimento, que define o processo de emissão e de implementação de estratégias de envolvimento, fixadas neste âmbito;
  - O Regulamento Geral de Pricing, que disciplina o comportamento dos agentes comerciais em matéria de competências delegadas para a aprovação de taxas de juro e de comissões, em função das notações de risco para cada cliente e para a modalidade de crédito em apreciação.
- Na área do risco:
  - O Regulamento sobre Gestão de Risco de Crédito, revisto em consonância com as práticas recomendadas pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia;
  - O Regulamento sobre Gestão de Risco de Mercado, que define os objectivos, as políticas, a estratégia e os modelos de avaliação e de "reporting" para cada um dos riscos de cotação e índices, cambial e de taxa de juro, em consonância com o que se encontra definido nos Decreto-Lei nºs 103/2007 e 104/2007, ambos de 3 de Abril, e bem assim o disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 8/2007, de 18 de Abril;
  - O documento que fixa os níveis de tolerância ao risco, tendo em conta os limites prudenciais estabelecidos pelo Banco de Portugal e os definidos internamente, quer em termos nominais, quer no que respeita a alocação de fundos próprios;
  - O Regulamento sobre Gestão do Risco Operacional que, tendo em consideração os requisitos mínimos definidos no Aviso nº 3/2006, de 9 de Maio, do Banco de Portugal, peremptórios quanto à obrigatoriedade de identificação e avaliação deste risco, inerente a produtos, actividades, processos e sistemas vigentes na Instituição, contém os princípios, recomendações, objectivos, políticas, estratégias, monitorização e acompanhamento deste risco.
- Na área da formação:
  - O documento designado Gestão de Formação, que disciplina os principais aspectos relacionados com a política de formação dos colaboradores da Instituição, tendo em conta o contexto de desenvolvimento estratégico do Finibanco, que aponta para a expansão das suas redes de distribuição e para a melhoria da qualidade de serviço, e a reflexão feita em torno deste tema, que conduziu à revisão dos meios, do processo de gestão e do enquadramento geral da formação.
- Noutras áreas:
  - O documento intitulado Gestão de Imóveis não Afectos à Exploração, que aprova um conjunto de normas sobre a entrada, gestão e avaliação de imóveis não afectos à exploração e atribui competências de decisão para a gestão do processo de aquisição, avaliação e alienação deste tipo de imóveis;

- O Regulamento Interno sobre Serviços Financeiros e de Investimento, que foi objecto de diversas correcções no seu conteúdo, em função das alterações verificadas no regime aplicável e dos registos efectuados na CMVM relativos ao exercício de funções nele previstos;
- O documento sobre Avaliação de Desempenho das Áreas de Suporte, para atribuição de incentivos, contendo um conjunto de metodologias a adoptar nos processos de avaliação de desempenho e de atribuição de incentivos aos colaboradores das áreas de retaguarda, em complemento do que havia sido oportunamente feito para avaliar a performance dos elementos que desenvolvem a sua actividade na área comercial.

Ainda em matéria de organização:

- Extinguiram-se as seguintes Direcções:
  - Jurídica e de Contencioso, por a função contenciosa haver sido autonomizada, criando-se em sua substituição a Direcção Jurídica com âmbito estritamente de apoio técnico de natureza jurídica;
  - De Organização e Informática, por força da transferência de uma unidade que a integrava para outro órgão estrutural, da eliminação de outras unidades, do recente contrato de prestação de serviços, firmado com a IBM, na área da operação, e ainda da necessidade de actualizar a sua função tecnológica, daí resultando um novo órgão com a designação de Direcção de Sistemas de Informação.
- Definiu-se a estrutura orgânica e funcional de diversos órgãos ligados às áreas do crédito (controlo e formalização, acompanhamento, auditoria e recuperação) e à área executiva, que tem por objecto o apoio técnico e funcional das áreas comerciais.

Os negócios evoluíram favoravelmente, não obstante os constrangimentos que se fizeram notar no decurso do exercício, registando-se acréscimos de 23,3% na carteira de crédito bruta e de 17,4% nos recursos totais de clientes. Para colmatar a diferença de evolução verificada entre estas duas rubricas do balanço muito contribuiu a operação de titularização de créditos a PME's no montante de 250 milhões de euros, operação que se verificou pouco tempo antes da crise de liquidez registada no sistema financeiro, no início do segundo semestre do exercício, e que por essa razão foi melhor absorvida.

Para o exercício de 2008 o Finibanco elegeu um conjunto de objectivos orientadores, de que se destacam, pela sua importância, os seguintes:

- A optimização da gestão da base de capital reforçando o TIER 1 e salvaguardando-se o adequado rácio de solvabilidade;
- A rentabilidade dos capitais próprios, num mínimo de 15%;
- A continuação do reforço das redes de distribuição, quer através da abertura de novos Balcões tradicionais, quer da criação de novas funcionalidades no Net-Banking;
- O desenvolvimento de acções tendentes à melhoria da formação do elemento humano, à criação de produtos e serviços de qualidade ajustados à segmentação do mercado, à utilização de melhores tecnologias e ao aumento da transparência nos preços, com vista ao incremento da competitividade na relação com o cliente;
- O controlo dos custos e o incremento do produto bancário, em termos compatíveis com o alargamento das redes de distribuição;

- O desenvolvimento da desintermediação financeira, como forma de obter um crescimento sustentável nesta vertente de negócio apesar de os tempos que se avizinham não se mostrarem muito favoráveis nesta matéria;
- Melhorar a gestão dos riscos, entre outros, através da assunção de uma postura tendencialmente mais conservadora, e da homologação dos modelos de quantificação, no âmbito de Basileia II;
- Dinamizar a gestão de activos sem rendimento;
- A assunção de uma postura deontológica e socialmente responsável, adoptando procedimentos coerentes com os objectivos sociais da comunidade.

## 2.2 Banca Comercial

Apoiando genericamente a sua acção na cada vez maior rede de Balcões e nas redes de Homebanking e Banca Telefónica, a Banca Comercial é constituída pela Banca de Empresas, agrupada em Centros de Empresa, e pelas Direcções Comerciais, desenhadas em função das grandes regiões do país.

Umás e outras, desenvolveram as suas acções em perfeita complementaridade e em obediência a regras definidas no que respeita à captação de recursos e do que se encontra estabelecido no Regulamento Geral de Crédito, em matéria de aplicações.

A Banca Comercial, no seu conjunto, através das referidas redes tradicional, Homebanking, Banca Telefónica e ainda na rede de Promotores de Negócios, esta naturalmente em menor escala, angariou um total de recursos no montante de 2.788,2 milhões de euros e concedeu crédito (bruto) num total de 2.061,5 milhões de euros, apresentando estes valores crescimentos de 17,4%, no primeiro caso, e de 23,3%, no segundo, performance que se nos afigura muito significativa, tendo em conta a conjuntura económica vivida, e que, estamos em crer, se situará acima do crescimento médio do Sector, nesta matéria.

Por força do esforço desenvolvido no alargamento da rede tradicional, a Banca Comercial do Finibanco angariou 26.540 novos clientes, o que representa uma média de 177 por Balcão, e constitui 92,8% mais do que o número de clientes angariados no exercício anterior.

O crédito concedido (líquido de imparidade) distribuiu-se pelos seguintes sectores mais representativos:

	2007	2006
Crédito a Particulares	28,0%	28,5%
Construção, Obras Públicas e Actividades Imobiliárias	19,5%	18,1%
Comércio, Restaurantes e Hotéis	18,8%	20,9%
Serviços	13,3%	7,0%
Produtos Metálicos, Máquinas e Materiais de Transporte	3,4%	3,4%
Têxteis, Vestuário e Calçado	2,6%	3,1%
Madeira, Cortiça e Papel	2,2%	2,4%
Empresários em Nome Individual	1,8%	1,8%
Indústria Química e Actividades Conexas	1,4%	1,9%
Alimentação, Bebidas e Tabaco	1,4%	1,5%

De assinalar o aumento de peso relativo dos Sectores Construções Obras Públicas e Actividades Conexas e de Serviços, em resultado de instruções nesse sentido.

De entre as diminuições mais significativas está o sector do Comércio, Restaurantes e Hotéis e do Têxteis, Vestuário e Calçado, também em resultado de decisões tomadas visando esse objectivo.

A evolução dos restantes sectores não merece referência especial.

### **2.2.1 Banca de Empresas**

A Banca de Empresas trabalha o universo de empresas e de empresários em nome individual, com um volume de negócios superior a dez milhões de euros anuais e exposição potencial igual ou superior a um milhão de euros.

Apoiada na rede de distribuição do Banco e em quatro grandes centros, a Banca de Empresas, no respeito pelas normas estabelecidas, designadamente em matéria de risco e de uso de poderes de decisão, procede à análise das solicitações de crédito que lhe são formuladas, gere o risco, faz o acompanhamento do crédito concedido e vela pela sua normal evolução.

A Banca de Empresas concedeu e geriu 31,1% do total da carteira de crédito e captou 19,3% dos recursos, verificando-se, relativamente ao exercício anterior a manutenção do peso relativo no crédito e uma diminuição de 2,2% nos recursos.

### **2.2.2 Banca de Negócios e Particulares**

Trabalhando em complementaridade com a Banca de Empresas e igualmente apoiada nas redes de distribuição do Finibanco, a Banca de Negócios e Particulares desenvolve a sua actividade junto de clientes particulares, institucionais, pequenas e médias empresas e empresários em nome individual com volume de negócios anual inferior a dez milhões de euros e exposição potencial inferior a um milhão de euros.

Procede ainda à análise das solicitações de crédito e de outras operações que lhe são apresentadas, designadamente em termos de risco, no total respeito pelas normas dos Regulamentos instituídos, e faz o acompanhamento do crédito concedido.

Cabe aqui referir que até à data deste Relatório, a Banca de Negócios e Particulares angariou 4.355 novos clientes, o que representa mais 271 clientes/mês do que a média registada no exercício em análise.

A Banca de Negócios e Particulares detinha no final do exercício 68,9% do crédito concedido e angariou 80,7% dos recursos.

De registar, neste âmbito, a manutenção do peso relativo do crédito concedido e o aumento dos Recursos em 2,2%.

## **2.3 Banca de Investimentos**

### **2.3.1 Private Banking**

A actividade de Private Banking desenvolveu-se em linha com a estratégia definida para este segmento de clientes e contou com várias realizações em 2007: incremento significativo do volume de negócios, com particular enfoque nos recursos, angariação de novos clientes HNWI's (High Net Worth Individuals) e obtenção de interessantes rentabilidades médias nos produtos comercializados, pese embora a excessiva volatilidade que se fez sentir no segundo semestre.

Continuou a privilegiar-se o enfoque especial na atenção que é devida ao cliente, designadamente no seu perfil, nas suas necessidades e na sua especificidade, dando especial importância à oferta de serviços de elevada qualidade, primando pela excelência e pela discrição, facto que permitiu a obtenção de resultados positivos nas iniciativas "member-get-member".

O acompanhamento que foi feito a importantes clientes da rede propiciou incrementos significativos nos montantes geridos, razão pela qual se acredita no crescimento continuado da nossa acção nesta área, pese embora os momentos difíceis que se vivem em termos de conjuntura económica.

Os produtos de gestão patrimonial apresentaram rentabilidades muito interessantes e constituíram um factor de distinção que deve ter merecido a devida apreciação por parte dos nossos clientes.

A componente de crédito continuou a registar uma importância reduzida, pese embora se tenham realizado operações compensadas (crédito por assinatura) de montantes elevados, operações que se traduziram numa muito reduzida exposição ao risco.

As nossas expectativas para 2008, nesta área, fruto da grande ambição que nos anima, continuam elevadas, não obstante o mercado não se apresentar muito de feição, razão pela qual os objectivos definidos apontam para outro ano de grande crescimento.

### **2.3.2 Gestão de Activos e Desintermediação**

O montante total da desintermediação atingiu 568,8 milhões de euros, maioritariamente obtidos através da actividade da Participada Finivalor, patenteando um crescimento da ordem de 13,9%.

Os fundos imobiliários, dado o seu baixo perfil de risco, cresceram 17,5% e situaram-se em cerca de 263 milhões de euros.

Os fundos mobiliários de acções, certamente em resultado do mau comportamento bolsista registado no último trimestre do exercício, cresceram apenas 8,1%, passando de 43,7 para 47,2 milhões de euros.

Os fundos mobiliários de obrigações, revelando o pouco interesse do mercado por este tipo de investimento, viram os seus activos sob gestão reduzir de 93,5 para 76,7 milhões de euros.

Já os fundos mobiliários mistos, consubstanciados no Finiglobal, e no Finifundo Taxa Fixa Euro, cresceram cerca de 20,6%, situando-se em 82,4 milhões de euros.

A gestão de patrimónios foi a vertente da área de desintermediação que melhor evoluiu, na medida em que passou de 70,2 para 99,6 milhões de euros.

### 2.3.3 Mercado de Capitais

No decurso do ano, foram estruturados e colocados:

- Instrumentos de Captação de Aforro Estruturado, constituídos por um depósito a prazo a 6 meses e pela subscrição de unidades de participação de vários fundos de investimento mobiliário geridos pela Finivalor (Finifundo Acções Internacionais, Finicapital, Finiglobal e Finifundo Taxa Fixa Euro);
- Várias Aplicações Financeiras, exclusivamente dedicadas ao específico segmento do Private Banking;
- Uma emissão de obrigações de caixa subordinadas, para a Finicrédito, no montante de 17.902 mil euros, com um prazo de 10 anos;
- Três novas emissões de obrigações de caixa, por subscrição pública, para o Finibanco, com as seguintes especificações:

#### **"FNB Índices Estratégicos 07/15"**

Empréstimo obrigacionista subordinado "FNB Índices Estratégicos 07/15", emitido em meados do ano.

Este empréstimo, atingiu o montante de 53.947,4 mil euros, tem um prazo de 8 anos, uma taxa fixa para os dois primeiros cupões de 5,5% e, dependendo da performance dos índices Eurostoxx Select Dividend, Eurostoxx 50 Total Return e HS60 Europe, poderá remunerar os restantes cupões, anuais, a uma taxa de 6,25%.

#### **"FNB Grandes Empresas 07/16"**

Empréstimo obrigacionista subordinado, apelidado de "FNB Grandes Empresas 07/16", que foi emitido simultaneamente com o anterior.

Este empréstimo, no montante de 36.699,7 mil euros, tem um prazo de cerca 9 anos, uma taxa fixa para os dois primeiros cupões de 5,5% e proporciona uma rentabilidade, indexada ao número de ocorrências de evento de crédito em 250 empresas integrantes dos índices iTraxx Europe e CDX.NA.IG.6, que poderá atingir 6%.

#### **"FNB Dezembro 07/17"**

Empréstimo obrigacionista "FNB Dezembro 07/17", emitido em Dezembro.

Estas obrigações têm um prazo de 10 anos, pagando um cupão fixo de 5% no 1º ano e nos restantes cupões, anuais, uma taxa variável anual que poderá atingir 6,5%. O seu cálculo depende dos valores registados para as taxas *swap* em euros, para os prazos de dois anos, dez anos e trinta anos.

No decurso do exercício, e de acordo com as condições previamente estipuladas na respectiva ficha técnica, foi reembolsado antecipadamente o empréstimo obrigacionista "FNB Cabaz Mundial 05/10". Este empréstimo proporcionou aos seus subscritores iniciais uma taxa anual efectiva de 4,88%.

No total, o montante de obrigações amortizadas e de outros produtos estruturados (excluindo produtos com unidades de participação em fundos de investimento mobiliário) ascendeu a 191.322 mil euros (dos quais 102.248 mil euros eram obrigações subordinadas), e o de novas emissões situou-se em 140.582 mil euros (incluindo 108.549 mil euros de subordinadas).

Durante o ano, o Finibanco participou também em diversos Programas de Papel Comercial e de *Private Placements*.

## 2.4 Área Financeira e Internacional

Como noutro ponto do presente Relatório se afirma, na primeira metade de 2007, o enquadramento económico internacional caracterizou-se pela manutenção das tendências observadas em 2006, com a política monetária das principais economias a evoluir num sentido menos acomodatório, num contexto de crescimento robusto da actividade económica mundial e de manutenção dos preços das matérias-primas em níveis elevados.

Na Zona Euro, o BCE e o Banco de Inglaterra subiram as suas taxas directoras em 50 e 75 pontos base, para 4% e 5,75%, respectivamente, de forma a assegurar a contenção da inflação abaixo do objectivo de 2 por cento no médio prazo.

Nos EUA, a Reserva Federal manteve a taxa de referência inalterada.

Na segunda metade do ano, as condições económicas alteraram-se significativamente, na sequência de uma mudança abrupta da percepção do risco nos mercados financeiros internacionais, desencadeada pela continuada deterioração do mercado habitacional nos Estados Unidos e por preocupações acrescidas relativamente à dimensão e à distribuição das perdas no mercado hipotecário de alto risco (subprime).

Dada a utilização generalizada de instrumentos de transferência de risco de crédito, os desenvolvimentos no mercado Norte-Americano contagiaram os mercados internacionais, com destaque para os mercados de títulos garantidos por activos.

A turbulência dos mercados financeiros e a escassez de liquidez nos mercados monetários, condicionaram a condução da política monetária nas principais economias, levando o FED e o Banco de Inglaterra a descer as taxas de referência em 100 e 25 pontos base, para 4,25% e 5,50%, respectivamente.

O BCE, face ao aumento da incerteza associada aos desenvolvimentos nos mercados financeiros, optou por manter as respectivas taxas inalteradas, contrariando aquela tendência.

### *Taxa interbancária do Euro e do USD (em %)*



Fonte: Reuters EconWin

As taxas de juro do mercado interbancário da zona euro mantiveram uma tendência ascendente ao longo de quase todo o ano de 2007, com a taxa Euribor a 6 meses a aumentar 85 pontos base entre Janeiro e os últimos dias de Dezembro. De destacar a subida abrupta que ocorreu em Agosto, facto que evidencia o aumento do custo de financiamento, como resultado da reavaliação dos riscos por parte dos investidores e da escassa liquidez que se verificou em alguns mercados.



As taxas de juro de curto prazo, em dólares, mantiveram-se praticamente inalteradas nos primeiros meses do ano, tendo, também elas, subido abruptamente em Agosto, com o agravar da crise de crédito imobiliária dos EUA. Esta tendência só foi invertida com a redução da taxa de desconto em 50 pontos base por parte da Reserva Federal dos EUA.

Para o regular funcionamento dos mercados, foram determinantes as sucessivas injeções de liquidez, resultado da colaboração do FED com o Banco Central Europeu.

No mercado cambial, o Dólar terá assumido o tradicional papel de moeda refúgio num período inicial e apreciado ligeiramente face à generalidade das principais moedas. Porém, o euro rapidamente registou uma forte apreciação face ao dólar, com especial ênfase a partir de Agosto, reflectindo em parte as expectativas diferenciadas quanto às decisões de política monetária das duas economias.

#### ***Taxa de câmbio do Dólar face ao Euro***



Fonte: Reuters EconWin

Neste contexto, o ano de 2007 caracterizou-se pela promoção e manutenção de relações entre o Finibanco e outras Instituições Financeiras Nacionais e Internacionais.

A actividade do Gabinete de Relações Internacionais foi marcada pela renegociação de acordos importantes, dos quais se destacam os efectuados com a International Swaps and Derivatives Association (ISDA) e os de Cash-Letter.

No Finibanco os Recursos alheios apresentaram, em 31 de Dezembro de 2007, a seguinte estrutura:

- |                                    |       |
|------------------------------------|-------|
| • Depósitos                        | 82,3% |
| • Obrigações Colocadas em Clientes | 6,9%  |
| • Securitização de Crédito         | 10,0% |
| • Mercado Monetário Interbancário  | 0,8%  |

Como se verifica, os Depósitos e as Obrigações colocadas em clientes representam 89,2% do total, o que, no contexto actual de crise de liquidez, confirma uma situação muito favorável.

A Operação de Securitização, iniciada em 2006 foi concluída com sucesso, e veio a manifestar-se importante para a actividade do Finibanco, antecipando a crise imobiliária nos EUA, e a escassez de liquidez por ela originada.

A Unidade de Sala de Mercados cumpriu os objectivos estabelecidos, no que respeita à minimização do custo de "Funding". Deu-se início à implementação de um novo sistema de controlo de limites de linhas de crédito e as normas internas relativas ao risco de liquidez e cambial foram rigorosamente cumpridas.

Deu-se ainda início ao processo de atribuição de Rating, processo em que estão envolvidas duas agências, facto que irá contribuir não só para a diminuição do custo de financiamento do Banco, mas também para aumentar o número e o montante das linhas de crédito disponíveis.

## **2.5 Gestão do Risco**

O Finibanco mantém uma política tendencialmente mais conservadora na assunção dos riscos, expressa num nível máximo de alocação de fundos próprios, calculados por método interno em função do perfil do cliente, não sendo, em princípio, permitidas operações que exijam níveis superiores.

Em função destes princípios, deverão ser rejeitadas todas as operações que não satisfaçam os padrões de risco e outras que não se enquadrem na estratégia definida.

O conhecimento em profundidade dos níveis de exposição e a gestão integrada dos riscos assumidos, tornam-se fundamentais para a prossecução dos objectivos estabelecidos, contribuindo para a criação de valor para os Accionistas.

O modelo de gestão implementado baseia-se na separação das funções de medição, de decisão e de controlo dos riscos, tendencialmente compatíveis com as recomendações do Comité de Basileia.

O processo de gestão do risco tem como pilar o Conselho de Administração, primeiro responsável na identificação e controlo dos riscos. No âmbito da Comissão de Gestão de Activos e Passivos são analisados riscos relacionados com a gestão do balanço, nomeadamente o risco de liquidez e risco de taxa de juro. Ao Comité de Investimentos, compete a avaliação da conjuntura macro-económica global, a proposição das linhas de estratégia de investimentos valores mobiliários, a análise do comportamento dos mercados e dos seus distintos segmentos e a oportunidade da efectivação de negócios. Ao nível do risco de crédito, existem diversos órgãos responsáveis pela sua gestão, nomeadamente:

- A Direcção de Crédito, órgão que tem por objectivo analisar os clientes e as operações de crédito, avaliando a sua adequação à política de crédito definida e às orientações relativas à qualidade e rendibilidade do crédito, assegurar a decisão de crédito em conformidade com as análises efectuadas e gerir o processo de apuramento das imparidades de crédito;
- A Direcção de Auditoria de Crédito, órgão que tem por objectivo efectuar auditorias orientadas para o processo de concessão de crédito, avaliando o cumprimento dos requisitos de qualidade dos serviços internos prestados por cada um dos órgãos que participam nas actividades de concessão de crédito, desde a área comercial até à recuperação por via não contenciosa;
- O Gabinete de Acompanhamento de Crédito, que tem como objectivo monitorizar a carteira de crédito e aplicar um sistema prospectivo de acompanhamento e gestão do crédito, visando, nomeadamente, a emissão de recomendações e a implementação de estratégias de envolvimento creditício.

Existe ainda um Gabinete de Controlo de Riscos, unidade independente que analisa e controla os diversos riscos associados ao negócio.

No processo de mitigação dos riscos, às operações de crédito está, normalmente, associada a existência de colaterais físicos ou financeiros, bem como de garantias prestadas por terceiros. São também utilizados instrumentos derivados para a cobertura de outros riscos, nomeadamente cambial e de taxa de juro.

## Risco de Crédito

O risco de crédito encontra-se associado à possibilidade de incumprimento efectivo da contraparte, que se consubstancia no não pagamento integral ou parcial e pontualmente, quer do capital em dívida, quer dos juros correspondentes aos empréstimos efectuados. Representa a componente de risco com maior relevo na nossa actividade.

Os objectivos, políticas e estratégias da gestão do risco de crédito encontram-se consubstanciados em documento próprio emanado do Conselho de Administração, e configuram as linhas mestras de actuação nesta área. Nele se referem, nomeadamente, segmentos, sectores, produtos ou tipologia das operações a privilegiar, sempre assentes nos princípios da diversificação, segurança, rentabilidade, liquidez, avaliação do risco de crédito e colegialidade na decisão de crédito.

A gestão do risco de crédito no Finibanco tem como base o Regulamento Geral de Crédito, onde estão estabelecidos os princípios, as regras e a organização do processo de concessão de crédito, assentes na independência nas diversas fases do processo creditício: análise, aprovação, acompanhamento das operações e monitorização da carteira.

A análise do risco de crédito tem por base a avaliação do cliente, o "rating", o produto, as garantias/colaterais, a maturidade da operação e a consonância com as estratégias de negócio definidas. São estabelecidos limites de exposição por contraparte. Pretende-se constituir uma carteira sã, que tenha subjacente decisão fundamentada em apreciação que pondere, de forma equilibrada, os factores subjectivos e objectivos.

Para a classificação e avaliação do risco dos clientes-empresa, o Finibanco dispõe de um sistema interno de classificação de risco que incorpora as componentes qualitativa e quantitativa, com avaliação da posição do sector em que a empresa se insere.

Para o crédito pessoal, crédito à habitação e cartões de crédito, a avaliação do perfil de risco dos clientes é efectuada através do sistema de "Credit Scoring", com módulos específicos para cada tipo de crédito. Como ferramenta de apoio à decisão, o sistema de "Credit Scoring" é uma técnica que procura medir o risco de incumprimento de um crédito, através de uma notação a atribuir a um determinado perfil de comportamento, construído com base num conjunto de informações tidas como relevantes para se aferir da solvabilidade associada ao mesmo.

No Finibanco, está implementado um sistema electrónico de gestão e concessão de crédito, um sistema operacional que integra todo o processo de decisão de crédito nas suas várias actividades: propositura, apreciação e decisão, controlando os momentos da formalização e do processamento, com benefícios significativos na diminuição do risco operacional, na maior celeridade na decisão e no registo de informação.

No documento "Regulamento Geral de Pricing", estão definidos os princípios para a fixação das taxas a praticar, bem como a delegação de competências para a respectiva aprovação. Como complemento do processo de decisão, é utilizado um sistema de "pricing" e risco que, em função do risco de cada operação de crédito, calculado por metodologia interna e traduzido em nível de alocação de fundos próprios, indica o preço a praticar que garanta a rentabilidade-objectivo internamente definida para os capitais próprios.

O acompanhamento das operações de crédito, está no âmbito do Gabinete de Acompanhamento de Crédito, que tem como principal objectivo garantir a qualidade da carteira actual de crédito através de uma monitorização sistemática do crédito vivo, vencido e vincendo. No âmbito do crédito vivo, o Gabinete de Acompanhamento de Crédito pretende identificar antecipadamente clientes com elevada probabilidade de incumprimento das suas responsabilidades e prevenir situações de degradação. Por outro lado, ao monitorizar o crédito vencido, o Gabinete de Acompanhamento de Crédito pretende tipificar atempadamente o nível de gravidade de incumprimento dos clientes, propondo, em conformidade, a sua transferência para os serviços de recuperação.

No processo de monitorização, para além do acompanhamento individualizado por operação e por cliente, procede-se à análise regular da qualidade e da estrutura da carteira de crédito. Assim, exerce-se vigilância sobre a concentração de responsabilidades, nomeadamente, sectorial, por área geográfica, por cliente, por tipo de produto, por notação de risco, por tipo de garantia associada e por maturidade, entre outras. Procede-se à avaliação dos activos recebidos como garantias/colaterais das operações de crédito, por forma a garantir as coberturas desejadas. Paralelamente, analisa-se a evolução do crédito vencido e respectivas recuperações, o grau de cobrabilidade estimado e a adequação das provisões constituídas.

Está também implementado um modelo interno de avaliação da qualidade da carteira de crédito das diferentes unidades de negócio através do qual, partindo da análise das características das operações de crédito, se calcula o capital económico adequado ao nível de risco incorrido. Com utilização da metodologia RAROC, é apurada a rentabilidade de cada portfolio em função do respectivo risco.

Estão disponíveis sistemas de alerta para situações atípicas, destinados à estrutura comercial, a quem também são disponibilizados, com actualização diária e possibilidade de consulta via intranet, diversos indicadores caracterizadores da carteira de crédito, nomeadamente posição diária, saldos médios mensais, taxas médias, crédito vencido e provisionamento. Dispõe-se, ainda, de informação diária, também via intranet, das situações de incumprimento.

Nos casos de incumprimento, e cumpridos os prazos limite de permanência nesta condição no âmbito das Direcções Comerciais, procede-se à transferência dos créditos para o Serviço de Recuperação e Contencioso, órgão que empreende todas as acções necessárias à recuperação do crédito.

### **Exposição em Risco**

O quadro seguinte evidencia o montante máximo de exposição ao risco de crédito, por classe de activos. Os montantes apresentados são líquidos de provisões e imparidades.

	mil Eur	
<b>Exposição total a risco de crédito</b>	<b>31-12-2007</b>	<b>31-12-2006</b>
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	35.632	16.033
Disponibilidades em outras instituições de crédito	56.216	60.449
Activos financeiros detidos para negociação	3.952	2.376
Activos financeiros disponíveis para venda	27.433	16.682
Aplicações em instituições de crédito	330.067	182.795
Crédito a clientes	2.035.980	1.646.370
Outros activos	11.262	8.565
<b>Sub-total</b>	<b>2.500.543</b>	<b>1.933.270</b>
Passivos contingentes	104.612	90.187
Compromissos irrevogáveis perante terceiros	184.931	161.762
<b>Sub-total</b>	<b>289.544</b>	<b>251.949</b>
<b>Exposição total a risco de crédito</b>	<b>2.790.086</b>	<b>2.185.219</b>

### **Concentração de Risco - Sectorial**

O quadro seguinte mostra uma análise sectorial da carteira de crédito a clientes. Os valores evidenciados correspondem à exposição máxima para o crédito por desembolso (portfolio líquido de provisões e imparidades), antes e depois do efeito mitigador dos colaterais associados.

Concentração risco de crédito por desembolso e assinatura				
Sector de actividade	31-12-2007		31-12-2006	
	Exposição máxima		Exposição máxima	
	Bruta	Líquida	Bruta	Líquida
Agricultura, Silvicultura e Pescas	27.362	15.574	21.219	11.526
Alimentação, Bebidas e Tabaco	29.135	23.057	24.550	17.119
Comércio, Restaurantes e Hotéis	381.892	288.001	343.296	232.829
Construção, Obras Públicas e Actividades Imobiliárias	394.445	192.140	296.297	115.043
Electricidade, Água e Gás	1.105	1.105	493	318
ENIS	35.515	23.731	29.652	18.055
Fabricação de Mobiliário e Outras Ind. Transf.	25.645	17.492	18.398	9.568
Indústria Química e Actividades Conexas	29.392	24.954	30.373	23.992
Indústrias Extractivas	15.485	13.402	16.975	7.873
Intermediação Financeira, Seguros e Pensões	5.448	4.657	64.525	55.835
Madeira, Cortiça e Papel	44.627	39.258	38.715	35.189
Metalúrgicas de Base	7.100	5.519	5.645	3.702
Outros	1.623	850	2.396	1.329
Papel, Artes Gráficas e Editoriais	16.243	14.590	15.707	10.288
Particulares	567.061	186.920	468.418	100.758
Produtos Metálicos, Máq. e Materiais de Transp.	67.998	54.939	55.547	38.456
Produtos Minerais não Metálicos	26.262	19.403	22.673	13.588
Serviços	270.620	235.392	115.227	62.065
Têxteis, Vestuário e Calçado	52.169	42.593	50.446	38.206
Transportes e Actividades Conexas	28.037	19.567	20.439	12.068
<b>Sub-total</b>	<b>2.027.165</b>	<b>1.223.145</b>	<b>1.640.991</b>	<b>807.806</b>
Passivos contingentes	104.612	71.599	90.187	90.187
Compromissos irrevogáveis perante terceiros	184.931	166.533	161.762	161.762
<b>Sub-total</b>	<b>289.544</b>	<b>238.132</b>	<b>251.949</b>	<b>251.949</b>
<b>Exposição total a risco de crédito *</b>	<b>2.316.709</b>	<b>1.461.277</b>	<b>1.892.940</b>	<b>1.059.755</b>

\* Excluída de proveitos a receber no total de 8,815 milhões de euros em 2007, e 5,379 milhões de euros em 2006.

O tipo e valor dos colaterais/garantias exigidos na aprovação das operações de crédito dependem da avaliação do risco da contraparte. Os principais tipos de colaterais são os seguintes:

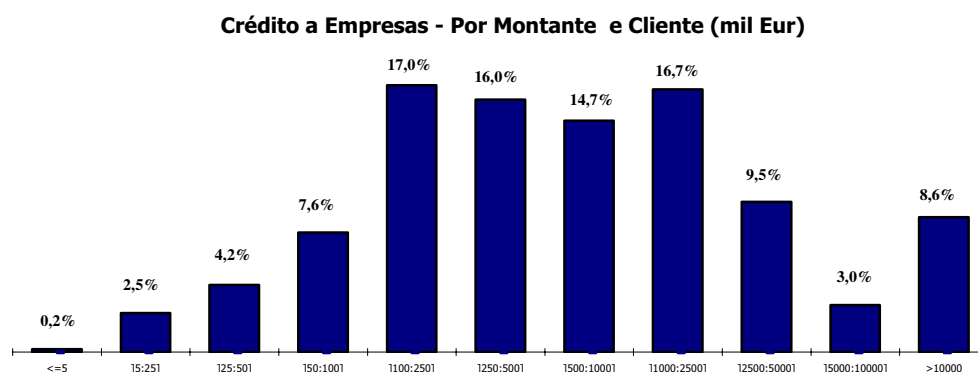
- Hipotecas;
- Penhores de instrumentos financeiros;
- Penhores de bens físicos.

Nas diversas operações de crédito, também são obtidas garantias e avales que, no entanto, não estão reflectidos no quadro anterior.

A exposição a entidades não residentes representa menos de 1% da exposição total a risco de crédito.

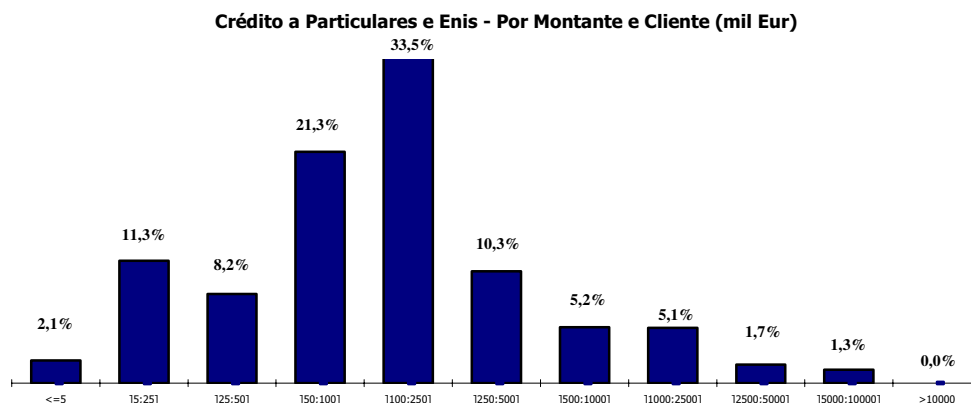
### Concentração de risco - montantes

Os gráficos seguintes permitem observar a concentração por montante de crédito concedido, por tipo de cliente.



Nota: não inclui crédito titulado

Nos clientes empresa, existe um elevado grau de diversificação por escalão de montantes, nomeadamente nos quatro escalões situados entre 100 mil euros e 2.500 mil euros. Esta distribuição reflecte o peso das PME's no portfolio de crédito a empresas. O escalão com maior relevância tem 17,0% do total da exposição, e diz respeito a clientes com montantes entre 100 mil euros e 250 mil euros.



Nota: não inclui crédito titulado

Nos clientes particulares, 33,5% da exposição encontra-se em clientes com montantes entre 100 mil euros e 250 mil euros, reflectindo a relevância do crédito imobiliário.

Em 31 de Dezembro de 2007, a maior exposição a risco de crédito a um só cliente/contraparte ascendia a 79,1 milhões de euros, sendo esta uma entidade do grupo. A maior exposição a risco de crédito a um só cliente/contraparte não pertencente ao grupo ascendia a 21,1 milhões de euros, antes e depois de colaterais (10,4 milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2006).

O montante de crédito a clientes desagregado por notação interna de risco, é o que a seguir se indica:

mil Eur		
Crédito a clientes bruto por notação de risco *		
	31-12-2007	31-12-2006
A	13.677	13.148
B	135.850	99.983
C	377.147	332.773
D	503.221	397.586
E	168.948	138.800
Sem notação	251.213	184.611
Sub-total Empresas	1.450.056	1.166.901
Particulares	611.472	504.947
Total	2.061.529	1.671.848
(dos quais com indícios de imparidade individual)	11.500	5.512

\* Rubrica de crédito a clientes bruto, excluída de proveitos a receber no total de 8.815 milhões de euros em 2007, e 5.379 milhões de euros em 2006.

O montante de créditos renegociados desagregado por tipo de cliente em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 é como a seguir se indica, para os quais estão alocadas perdas por imparidade no montante de 1,2 milhões de euros e 2,2 milhões de euros, respectivamente.

mil Eur		
Tipo de Cliente	31-12-2007	31-12-2006
Empresas	11.696	8.815
Particulares	3.059	1.917
<b>Total</b>	<b>14.755</b>	<b>10.731</b>

A desagregação do crédito vencido por antiguidade em 31 de Dezembro de 2007 é como a seguir se indica:

mil Eur					
Crédito Vencido por antiguidade	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
< 3 meses	4.286	52	148	962	5.448
3 - 6 m	5.198	74	295	534	6.101
6 - 9 m	5.071	91	449	492	6.104
9 - 12 m	7.730	84	272	802	8.887
12 - 15 m	3.925	97	180	634	4.836
15 - 18 m	1.672	5	375	519	2.570
18 - 24 m	4.297	132	717	754	5.901
24 - 30 m	3.138	70	254	427	3.888
30 - 36 m	554	0	629	133	1.316
36 - 48 m	677	0	448	403	1.529
48 - 60 m	11	0	21	112	144
> 60 m	110	0	0	56	165
Juros vencidos a regularizar	298	34	59	96	487
<b>Total</b>	<b>36.966</b>	<b>639</b>	<b>3.847</b>	<b>5.924</b>	<b>47.377</b>

A desagregação do crédito vencido por antiguidade em 31 de Dezembro de 2006 é como a seguir se indica:

mil Eur					
Crédito Vencido por antiguidade	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
< 3 meses	2.489	39	494	602	3.625
3 - 6 m	1.885	30	150	498	2.564
6 - 9 m	1.978	50	112	380	2.520
9 - 12 m	4.364	77	312	499	5.252
12 - 15 m	1.904	39	164	300	2.408
15 - 18 m	2.192	32	164	836	3.224
18 - 24 m	5.569	69	229	1.431	7.298
24 - 30 m	1.706	19	233	769	2.727
30 - 36 m	319	33	105	152	609
36 - 48 m	3.795	93	16	861	4.765
48 - 60 m	90	0	6	18	114
> 60 m	612	0	214	97	923
Juros vencidos a regularizar	236	23	51	93	403
<b>Total</b>	<b>27.141</b>	<b>504</b>	<b>2.250</b>	<b>6.537</b>	<b>36.431</b>

O valor dos colaterais associados ao crédito vencido ascende a 13,1 milhões de euros.

mil Eur

Movimentos de provisões no período	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
Saldo 2006	23.967	447	1.168	5.275	30.857
Dotações	17.277	376	2.216	2.936	22.805
Utilizações	-10.001	-217	-181	-2.814	-13.213
Anulações/Reposições	-5.705	-87	-141	-153	-6.086
Saldo 2007	25.538	519	3.062	5.245	34.364

mil Eur

Movimentos de provisões no período	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
Saldo 2005	16.674	948	1.570	7.551	26.743
Dotações	17.334	322	788	3.421	21.865
Utilizações	-8.881	-687	-897	-5.007	-15.471
Anulações/Reposições	-1.160	-136	-293	-690	-2.280
Saldo 2006	23.967	447	1.168	5.275	30.857

## Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrerem perdas nas posições patrimoniais e extrapatrimoniais em função de movimentos adversos dos preços de mercado (taxas de juro, câmbios e cotações e índices).

No que respeita ao risco de cotações, diariamente são produzidos mapas com a constituição e performance do portfolio. É, também, efectuado o cálculo do VaR – “Value at Risk” – segundo as directrizes do BIS, nomeadamente, distribuição normal de variações dos preços, avaliação da perda potencial num horizonte temporal de duas semanas e 99% de grau de confiança, com o objectivo de aferir possíveis variações no valor de mercado da carteira de títulos em função do comportamento passado. As metodologias VaR, baseando-se em dados históricos, não capturam alterações nos factores de risco, podendo, portanto, subestimar a probabilidade de ocorrência de movimentos bruscos e acentuados nos mercados. Assim, são também quantificadas as perdas que poderiam resultar em cenários de stress, usando como referência acontecimentos passados que originaram quebras significativas dos mercados.

mil Eur

VaR	Ano de 2007				
	Final	Média	Máximo	Mínimo	31-Dez-06
Risco de Cotações e Índices	8.737,3	6.503,6	8.737,3	1.967,1	1.967,1
Risco Cambial	15,4	28,6	90,0	8,8	16,8
<b>Total</b>	<b>8.752,6</b>	<b>6.532,1</b>	<b>8.752,6</b>	<b>1.983,9</b>	<b>1.983,9</b>



Relativamente ao risco de taxa de juro, são igualmente realizadas análises de sensibilidade que estimam o impacto na situação líquida e na margem financeira (a 12 meses), resultantes de uma alteração de 200 pontos base nas taxas de juro de mercado. A metodologia utilizada assenta na projecção dos fluxos futuros dos instrumentos financeiros com taxa de juro associada, e cálculo do respectivo valor actual. Da comparação entre o cenário base (manutenção das curvas de taxa de juro) e o cenário alternativo (deslocação paralela das curvas de taxa de juro) resulta o impacto estimado na Situação Líquida.

Análise de sensibilidade		mil Eur
Impacto de uma variação de 200 pontos base na curva de taxas juro		
31 de Dezembro de 2007		
Impacto na Situação Líquida		-4.490
Fundos Próprios		189.009
<b>Impacto na Situação Líquida em % dos Fundos Próprios</b>		<b>-2,4%</b>
Impacto na Margem Financeira, a doze meses		-7.704
Margem Financeira		66.763
<b>Impacto % na Margem Financeira anual</b>		<b>-11,5%</b>
<u>Nota - Análise em cenário de stress: pressupõe uma deslocação paralela da curva de taxas de juro e a inexistência de medidas correctivas. Corresponderá, assim, ao cenário de perda máxima em condições extremas.</u>		
31 de Dezembro de 2006		
Impacto na Situação Líquida		-5.154
Fundos Próprios		155.194
<b>Impacto na Situação Líquida em % dos Fundos Próprios</b>		<b>-3,3%</b>
Impacto na Margem Financeira, a doze meses		-693
Margem Financeira		70.960
<b>Impacto % na Margem Financeira anual</b>		<b>-1,0%</b>
<u>Nota - Análise em cenário de stress: pressupõe uma deslocação paralela da curva de taxas de juro e a inexistência de medidas correctivas. Corresponderá, assim, ao cenário de perda máxima em condições extremas.</u>		

Sensibilidade da Situação Líquida					mil Eur
<=6 Meses	6 - 12 Meses	1 a 5 Anos	> 5 Anos	Total	
-4.283	772	314	-1.294	-4.490	

Procede-se ainda à análise de "gaps" de taxas de juro dos activos e passivos (desfasamento entre os prazos de revisão de taxas de juro), que permite detectar concentrações de risco de taxa de juro nos diversos prazos.

**Risco Taxa de Juro - Gaps de Repricing/Vencimento**  
**31 de Dezembro de 2007**

							mil Eur
(Activos-Passivos)	6 meses	1 ano	2 anos	5 anos	10 Anos	>10 anos	
Gap	-296.989	12.815	26.954	-11.886	13.094	1.549	
Gap Acumulado	-296.989	-284.174	-257.220	-269.106	-256.012	-254.463	
31 de Dezembro de 2006							
(Activos-Passivos)	6 meses	1 ano	2 anos	5 anos	10 Anos	>10 anos	
Gap	-271.221	-30.526	18.074	52.394	19.899	4.284	
Gap Acumulado	-271.221	-301.747	-283.673	-231.279	-211.380	-207.096	

## Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste no risco de perdas resultantes da incapacidade de fazer face a compromissos assumidos, por indisponibilidade de fundos líquidos ou dificuldades na sua obtenção a preços de mercado, nos mercados monetários.

A responsabilidade da gestão do risco de liquidez assenta em 3 órgãos: o Conselho de Administração, a Comissão de Gestão de Activos e Passivos e a Direcção Financeira e Internacional.

Em documento específico sobre gestão do risco de liquidez, encontram-se definidos os objectivos, políticas, estratégias, estrutura de gestão, planos de contingência, bem como os princípios orientadores e recomendações emanados do Comité de Basileia.

A gestão da liquidez de curto prazo incide na análise de todos os fluxos previstos para um determinado horizonte temporal e na avaliação dos meios disponíveis para fazer face a eventuais necessidades de liquidez, e que passam, fundamentalmente, por:

- Valores à ordem junto do Banco Central e outras IC's;
- Disponibilidade de linhas de crédito;
- Detenção em carteira de instrumentos financeiros de elevada liquidez.

É privilegiada a diversidade de fontes de financiamento, e evitada a excessiva concentração numa contraparte. Às áreas comerciais, são transmitidas com regularidade as orientações sobre quais os produtos a privilegiar, não apenas na busca do melhor combinação de produtos passivos, como também nos produtos activos de forma a potenciar futuras operações de titularização de créditos. De acordo com a regulamentação do Banco de Portugal, o Finibanco mantém disponibilidades junto daquela instituição que, no mínimo, correspondem a 2% dos passivos elegíveis.

No âmbito da gestão do risco de liquidez, e no que respeita à cobertura de activos de médio e longo prazo, o Finibanco continua a recorrer à emissão de obrigações de caixa e obrigações subordinadas, tendo também efectuado, no exercício agora terminado, uma operação de titularização de activos no montante de 250 milhões de euros.

A distribuição dos activos e passivos por prazos de maturidade, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, apresenta-se como segue:

mil Eur									
31-12-2007	À ordem	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Subtotal até 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Superior a 5 anos	Subtotal mais de 1 ano	Sem prazo definido	Total de balanço
<b>Activo</b>									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	79.825			79.825			0		79.825
Disponibilidades em outras instituições de crédito	56.216			56.216			0		56.216
Activos financeiros detidos para negociação				0			0	76.726	76.726
Activos financeiros disponíveis para venda			6.024	6.024	9.469	11.940	21.409	45.808	73.241
Aplicações em instituições de crédito	56.415	143.853	121.600	321.868	4.900		4.900	3.299	330.067
Crédito a clientes	35.014	474.192	602.335	1.111.541	330.660	561.607	892.267	32.172	2.035.980
Activos não correntes detidos para venda			43.032	43.032			0		43.032
Outros activos tangíveis				0			0	38.312	38.312
Activos intangíveis				0			0	2.056	2.056
Activos por impostos correntes			2	2			0		2
Activos por impostos diferidos				0			0	1.284	1.284
Outros activos	3		67.137	67.140	31.065		31.065	143	98.348
<b>Total do Activo</b>	<b>227.473</b>	<b>618.045</b>	<b>840.130</b>	<b>1.685.648</b>	<b>376.094</b>	<b>573.547</b>	<b>949.641</b>	<b>199.800</b>	<b>2.835.089</b>
<b>Passivo</b>									
Passivos financeiros detidos para negociação através de resultados		7.314	12.352	19.666	32.246	96.167	128.413	3.512	151.591
Recursos de outras instituições de crédito	15.726	74.962	19.550	110.238			0	605	110.843
Recursos de clientes e outros empréstimos	559.368	979.621	454.013	1.993.002	57.528		57.528	16.596	2.067.126
Passivos financeiros associados a activos transferidos				0	248.802		248.802		248.802
Provisões				0			0	21.444	21.444
Passivos por impostos correntes			7.212	7.212			0		7.212
Outros passivos subordinados				0		654	654		654
Outros passivos			32.809	32.809		1.855	1.855		34.664
<b>Total do Passivo</b>	<b>575.094</b>	<b>1.061.897</b>	<b>525.936</b>	<b>2.162.927</b>	<b>338.576</b>	<b>98.676</b>	<b>437.252</b>	<b>70.470</b>	<b>2.670.649</b>
<b>Activo - Passivo</b>	<b>(347.621)</b>	<b>(443.852)</b>	<b>314.194</b>	<b>(477.279)</b>	<b>37.518</b>	<b>474.871</b>	<b>512.389</b>	<b>129.330</b>	<b>164.440</b>

mil Eur									
31-12-2006	À ordem	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Subtotal até 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Superior a 5 anos	Subtotal mais de 1 ano	Sem prazo definido	Total de balanço
<b>Activo</b>									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	56.169			56.169			0		56.169
Disponibilidades em outras instituições de crédito	60.449			60.449			0		60.449
Activos financeiros detidos para negociação		49	317	366	916	1.094	2.010	56.543	58.919
Activos financeiros disponíveis para venda		251	604	855	12.509	3.318	15.827	39.154	55.836
Aplicações em instituições de crédito	45.125	74.156	62.190	181.471			0	1.324	182.795
Crédito a clientes	22.139	417.480	458.974	898.594	282.806	445.962	728.768	19.008	1.646.370
Activos não correntes detidos para venda			21.763	21.763			0		21.763
Outros activos tangíveis				0			0	34.647	34.647
Activos intangíveis				0			0	1.655	1.655
Activos por impostos correntes			2	2			0		2
Activos por impostos diferidos			963	963	2.889		2.889	1.413	5.265
Outros activos	4		38.538	38.542	26.959		26.959	107	65.608
<b>Total do Activo</b>	<b>183.886</b>	<b>491.936</b>	<b>583.351</b>	<b>1.259.174</b>	<b>326.079</b>	<b>450.374</b>	<b>776.453</b>	<b>153.851</b>	<b>2.189.478</b>
<b>Passivo</b>									
Passivos financeiros detidos para negociação		66	1.311	1.377	7.693	11.497	19.190	5.245	25.812
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados			26.116	26.116	78.413	78.423	156.836	0	182.952
Recursos de outras instituições de crédito	4.290	76.791	38.680	119.761			0	727	120.488
Recursos de clientes e outros empréstimos	499.436	850.320	330.837	1.680.593	3.535		3.535	8.977	1.693.105
Provisões				0			0	16.122	16.122
Passivos por impostos correntes			1.555	1.555			0		1.555
Outros passivos			26.330	26.330		1.165	1.165		27.495
<b>Total do Passivo</b>	<b>503.726</b>	<b>927.177</b>	<b>424.829</b>	<b>1.855.732</b>	<b>89.641</b>	<b>91.085</b>	<b>180.726</b>	<b>31.071</b>	<b>2.067.529</b>
<b>Activo - Passivo</b>	<b>(319.840)</b>	<b>(435.241)</b>	<b>158.522</b>	<b>(596.558)</b>	<b>236.438</b>	<b>359.289</b>	<b>595.727</b>	<b>122.780</b>	<b>121.949</b>

## Risco Operacional

O risco operacional consiste no risco de perdas resultantes de falhas internas ao nível dos sistemas, procedimentos ou recursos humanos, ou da ocorrência de acontecimentos externos.

Prossegue o levantamento, por unidade orgânica, das situações de risco que possam ocorrer, a identificação dos factores de risco e a implementação das medidas para os eliminar ou minimizar, no âmbito do desenvolvimento de um modelo quantitativo de apuramento de perdas relacionadas com Risco Operacional. Assim, está a ser desenvolvida uma aplicação que, com base em modelos estatísticos que trabalham sobre uma base de dados histórica com as perdas verificadas e os factores de risco que as originaram, possibilitará a alocação de capital económico por categoria de risco operacional, acompanhando as metodologias mais avançadas preconizadas no Acordo Basileia II, no que respeita à medição de riscos operacionais.

Desta forma, a metodologia de trabalho da Equipa de Projecto de Risco Operacional, assenta nos seguintes vértices:

- Realização de levantamentos das actividades de negócios, detalhando todos os processos, procedimentos, tarefas, sistemas e riscos incluídos e procedendo ao seu desenho na respectiva Base de Dados.
- Enquadramento dos processos levantados na respectiva "cadeia de valor", associando os riscos prováveis, de acordo com a matriz de riscos da Instituição, as acções de mitigação associadas e as estruturas orgânicas envolvidas.
- Validação, por recolha e formalização dos respectivos pareceres, dos processos, riscos e estruturas orgânicas identificados no "Relatório de Identificação de Riscos Operacionais" gerado da Base de Dados.
- Registo dos eventos por todas as estruturas orgânicas da instituição, de acordo com as hierarquias de apreciação e decisão implementadas; Nas situações em que o registo termine com reconhecimento/aprovação de um custo operacional para a instituição, será contabilizado como tal, na rubrica contabilística adequada.
- Realização de questionários de auto-avaliação (Self Assessment) sobre todos os processos da Instituição, por interpelação às estruturas orgânicas, sobre a frequência e o impacto dos eventos históricos em que são e/ou foram intervenientes. De notar que, a avaliação das perdas potenciais será realizada de acordo, pelo menos, com três cenários:
  - Perda esperada (cenário optimista);
  - Perda inesperada grave (cenário pessimista);
  - Perda catastrófica (worst case).
- Consolidação das perdas registadas e dos resultados dos questionários, de forma a determinar o montante de capital a alocar.

Salvagarde-se que, caso a informação seja escassa, será ponderada a hipótese, num futuro próximo, de recurso a dados externos.

O Conselho de Administração do Finibanco, com poderes que lhe foram delegados pela Holding continuou a sua acção com a implementação de instruções internas sobre as normas internacionais de segurança ISSO 17 799 e BS 779-2, em matéria de Política de Segurança da Informação.

## **2.6 Área de Operações e Sistemas de Informação**

No que respeita à área de operações e sistemas de informação, a actividade do ano 2007 incidiu fundamentalmente nas seguintes vertentes:

- Gestão da relação com o “outsourcer” (IBM);
- Evolução do parque servidores distribuídos;
- Desenvolvimento de aplicativos operacionais;
- Criação e renovação dos aplicativos de informação de gestão.

No que se refere à gestão da relação com o “outsourcer”, foi percorrido um significativo caminho com vista à sistematização de todos os processos que envolvem o Banco e a IBM, por forma a obter elementos de medida de níveis de serviço acordados e a agilizar os contactos formais entre as duas entidades. Esta actividade é particularmente importante na medida em que implica um ajustamento cultural das partes envolvidas, que tem de ser conseguido com fluidez e sem rupturas.

Já no que respeita à evolução do parque de servidores das soluções distribuídas, esta foi acompanhada de perto tanto ao nível da actualização das máquinas, por força da natural obsolescência, como ao nível da sua arquitectura.

De facto, a oferta de equipamentos que os fornecedores apresentam, possibilita a concentração de distintas máquinas e dos respectivos serviços e aplicações noutras de muito maior dimensão e performance, proporcionando uma gestão de sistemas mais centralizada e com menores custos e reduzindo significativamente o consumo da rede interna, com a consequente redução de potenciais erros.

Deu-se ainda, no exercício, continuidade ao desenvolvimento de novas funcionalidades das aplicações operacionais, em satisfação dos pedidos dos utilizadores, e procedeu-se ao início dos testes de carga e funcionais do novo sistema de apoio à rede de Balcões.

Foi ainda disponibilizado um módulo para a adequação do Banco à SEPA (Single Euro Payments Área) na componente de transferência a crédito Credit Transfer como participante indirecto no sistema.

Foram também adequados os sistemas de recenseamento e de negociação para colocar a Instituição em conformidade com a DMIF-Directiva de Mercado de Instrumentos Financeiros.

Dando continuidade à orientação interna no sentido de obter indicadores de gestão mais fiáveis, de dar cumprimento à recomendação das melhores práticas prudenciais e de obter a monitorização dos riscos, adequou-se a profusão dos sistemas de informação de gestão, para acolherem as variáveis mais diversas que diariamente são introduzidas nos sistemas operacionais.

## **2.7 Recursos Humanos**

Em 2007, o alinhamento com a estratégia de crescimento do Grupo Finibanco, as iniciativas de apoio ao desenvolvimento do negócio, nomeadamente na preparação do Finibanco para os novos e crescentes desafios, ditados por um quadro concorrencial de grande dinamismo, a par com iniciativas tendentes ao desenvolvimento de capacidades e à melhoria das competências e das políticas de reconhecimento e recompensa do mérito, traduziram-se nos vectores centrais da Gestão de Recursos Humanos levada a cabo no Finibanco.

A expansão da rede comercial, com a abertura de 23 novos Balcões (crescimento de 18%), e as estratégias de recrutamento vocacionadas para a procura de profissionais qualificados, com potencial de desenvolvimento e de motivação, perfilaram-se como os marcos mais relevantes da estratégia de crescimento.

Neste âmbito assistiu-se a um acréscimo de 181 colaboradores (+16,2%), saldo resultante de 243 novas contratações e de 62 saídas, fixando-se o quadro global de colaboradores em 1300.

Conscientes de que a competitividade das organizações e o seu desenvolvimento se alicerçam no capital humano que integram, o Finibanco manteve a aposta que vem fazendo em políticas que visam a valorização dos recursos humanos e o reforço das competências técnicas e comportamentais, tendentes ao desenvolvimento do potencial das suas capacidades.

Assim, manteve-se a focalização nos processos formativos e no crescimento profissional dos colaboradores e instituíram-se melhorias ao nível da organização e de sistematização da área de formação, quer precisando o seu âmbito e objectivos, quer identificando os tipos de formação, regimes e metodologias de sucesso para a prossecução daquele desiderato. Tudo isto no sentido de firmar a formação profissional como um vector estratégico de desenvolvimento profissional dos colaboradores e de promover a melhoria dos níveis de qualidade dos serviços oferecidos aos nossos clientes.

Ainda no âmbito da formação, merecem igualmente relevo, pela dimensão do universo envolvido, os processos de acolhimento e integração, que tiveram necessariamente presente o mosaico de culturas resultante das diferenciadas instituições de origem de parte dos novos colaboradores, visando o alinhamento com a missão, os valores corporativos e a cultura do nosso Grupo, fundamental para o fortalecimento de identidade que nos caracteriza.

Para além do programa de acções de formação desenvolvidas internamente, obteve-se a colaboração do Instituto de Formação Bancária e de diversas entidades conceituadas nos projectos habituais, através da formação on-line/e-learning, e de participações em vários cursos específicos e relevantes para a nossa actividade, representando, na sua totalidade, cerca de 55.000 horas de formação, interna e externa.

No plano da motivação, reforçou-se o sistema de avaliação de desempenho, alargando a sua aplicação às áreas de suporte, já que nas áreas de negócio vem funcionando em pleno, com o principal objectivo de obter o necessário alinhamento com as estratégias e os mecanismos de recompensa, assentes numa cultura que privilegia o mérito, por se entender potenciadora de comportamentos orientados para a realização e obtenção de resultados palpáveis.

Para além do mais este será também um instrumento auxiliar para a definição de planos de carreiras, de recrutamento e selecção, de análise e descrição de perfis de competências e de partilha dos objectivos a atingir, para além de constituir ainda uma excelente fonte de diagnóstico das necessidades de formação e um incentivo ao auto-desenvolvimento de equipas de trabalho.

Enquadrado no plano da responsabilidade social, e de proximidade com a comunidade, o Finibanco manteve uma interacção próxima com diversas entidades, designadamente a Fundação da Juventude, o Instituto Superior de Gestão Bancária, o Instituto de Formação Bancária, o Instituto de Educação Técnica de Seguros e diversas escolas de índole profissional, apoiando programas de apoio à inserção na vida activa, nomeadamente através programas de estágio estruturados.

No âmbito da preocupação continuada com a vertente social e com o bom clima interno, evidenciados nas iniciativas levadas a cabo, merece especial destaque o almoço de Natal, realizado em Dezembro, evento que registou uma adesão massiva e proporcionou um são convívio e a proximidade entre colaboradores, esbatendo barreiras geográficas e contribuindo para o fortalecimento dos valores corporativos.

A manutenção de critérios de rigor e a sustentabilidade na gestão do Fundo de Pensões, instrumento que visa salvaguardar as responsabilidades com as pensões dos colaboradores, continuou a merecer uma cuidada atenção por parte Banco, que promoveu o alargamento das suas coberturas de modo a abarcar os benefícios garantidos pelo Serviço de Assistência Médica Social (SAMS) e também o subsídio por morte.

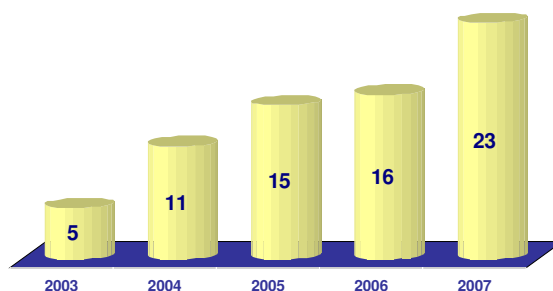
Em 31 de Dezembro de 2007 o total das responsabilidades do Grupo Finibanco em matéria de Fundo de Pensões e outros benefícios de longo prazo (SAMS e subsídio por morte) ascendia a cerca de 56,5 milhões de euros e os activos do fundo asseguravam a cobertura em 113%.

## 2.8 Análise Económica e Financeira

O Finibanco, SA registou um resultado líquido de 21,3 milhões de euros, traduzindo-se num crescimento de 107,9% (+11 milhões de euros) face a 2006. A rentabilidade dos capitais próprios situou-se em 15,8%.

O Finibanco, SA tem patenteado nos últimos anos um crescimento progressivo dos resultados, acompanhado do aumento significativo que se tem verificado na rede de distribuição. Nos últimos 3 exercícios foram abertos 54 Balcões, que representam 36% dos actuais 150 Balcões que o Finibanco, SA detém. A expansão da rede de distribuição tem tido como objectivo assegurar uma melhor cobertura do território nacional e intensificar a presença da sua marca na zona urbana de Lisboa (+7 Balcões em 2007).

Acréscimo anual de Balcões



A actividade comercial do Finibanco, SA registou no exercício um aumento significativo, traduzido no crescimento do crédito bruto e dos depósitos de clientes, em 23,3% e 21,7%, respectivamente.

O rácio de solvabilidade, calculado segundo as regras do Banco de Portugal, era de 8,1% e o Core Tier I de 5,1%.

### 2.8.1 Balanço

Em 31 de Dezembro de 2007, o Activo líquido do Finibanco, SA ascendeu a 2.835 milhões de euros, correspondendo-lhe um acréscimo de 29,5% (+645,6 milhões de euros) relativamente ao exercício anterior.

O crescimento do Activo está associado aos aumentos verificados na carteira de crédito bruta, em 23,3% (+389,7 milhões de euros) e nas aplicações em Instituições de crédito em 80,6% (+147,3 milhões de euros).

O financiamento do activo é essencialmente efectuado através dos recursos de clientes que registaram um crescimento de 18,3% (+343,3 milhões de euros), enquanto que os recursos de outras instituições de crédito diminuíram 9,6 milhões de euros com o seu peso no total do activo, a passar de 5,5% para 3,9% em 2007.

O financiamento do activo foi também assegurado através da realização de uma operação de securitização de créditos a PME's, no montante de 250 milhões de euros, realizada em Junho de 2007.

Os Capitais próprios tiveram um reforço de 31,4 milhões de euros (+28,1%), face a 31 de Dezembro de 2006, acréscimo que se deve, essencialmente, ao aumento do capital social (16 milhões de euros) realizado no final do mês de Março de 2007, à incorporação do resultado de 2006 não distribuído, à valorização dos Activos financeiros disponíveis para venda (14,4 milhões de euros) e à redução de 4,2 milhões de euros registados em Resultados transitados, relativos à aplicação do regime transitório previsto no Aviso 12/2001, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Aviso 12/2005, em matéria de Fundo de Pensões.

### ***Carteira de Crédito***

A Carteira de crédito bruta registou um aumento de 389,7 milhões de euros, correspondendo-lhe um crescimento de 23,3% face ao exercício anterior.

A Carteira de crédito incorpora 250 milhões de euros de créditos a PME's que foram objecto de uma operação de titularização de créditos, realizada em Junho de 2007.

O Crédito vencido total e o vencido há mais de 90 dias (não totalmente provisionado), situaram-se em 1,8% (1,4% em 2006) e 1,5% (1,1% em 2006) do crédito total, respectivamente.

A cobertura por Provisões (específicas e gerais) do Crédito vencido há mais de 90 dias, não totalmente provisionado, ascendeu a 106,2% (135,5% em 2006).

O crédito em incumprimento e o crédito em incumprimento líquido, na definição estabelecida pelo Banco de Portugal, representavam, respectivamente, 2,3% (2,1% em 2006) e 1,8% (1,2% em 2006) do crédito total.

### ***Aplicações em Instituições de Crédito***

A rubrica Aplicações em instituições de crédito registou um aumento de 147,3 milhões de euros, dos quais 94,6 milhões de euros relativos à Finicredito (empresa filial do Grupo Finibanco). Esta rubrica também incorpora as aplicações associadas a "swaps" de taxa de juro e "equity swaps" e ainda aplicações de muito curto prazo em IC's no estrangeiro.

### ***Carteira de Títulos***

No final do exercício, a Carteira de títulos situava-se em 149,9 milhões de euros, dos quais 73,2 milhões eram Activos financeiros disponíveis para venda e 76,7 milhões de euros Activos financeiros detidos para negociação.

A Carteira de títulos cresceu 30,7% (+35,2 milhões de euros), e contribuiu positivamente para os resultados de 2007.

Os títulos que compõem a carteira de acções estão cotados em Bolsa, sendo que a maioria deles integra os principais índices, assegurando-se assim um elevado nível de liquidez.



### Recursos de Clientes

Os Recursos totais de clientes do Finibanco ascenderam a 2,778 milhões de euros, correspondendo-lhe um crescimento de 17,4%.

		mil euros	
	31-12-2007	31-12-2006	Variação (%)
...Depósitos	2.050.483	1.684.176	21,7
...Obrigações colocadas em clientes	173.106	197.186	(12,2)
...Juros a pagar e outros ajustamentos	(4.217)	(5.305)	(20,5)
Recursos de clientes no balanço	2.219.372	1.876.057	18,3
Desintermediação <sup>(1)</sup>	568.842	499.485	13,9
<b>RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES</b>	<b>2.788.214</b>	<b>2.375.543</b>	<b>17,4</b>

<sup>(1)</sup> Fundos de investimento e gestão de carteiras

Os Recursos de clientes no balanço (não considerando juros a pagar e outros ajustamentos), no montante de 2.224 milhões de euros, aumentaram 18,2%, face ao período homólogo.

Os Depósitos de clientes tiveram um incremento de 21,7% (366,3 milhões de euros) e os empréstimos obrigacionistas uma diminuição de 12,2%.

Os depósitos de clientes particulares representam 64,5% do total e os de empresas 35,5%. Em 2007, verificou-se um reforço da captação de depósitos a particulares, privilegiando os depósitos de menor montante com o objectivo de obter uma maior diversificação dos recursos.

Por força das condições dos mercados financeiros verificadas em 2007, foram emitidos 3 novos empréstimos, no montante de 118 milhões de euros, e amortizados 8, no montante de 146,8 milhões de euros.

A Desintermediação (Fundos investimentos e gestão de carteiras) registou um crescimento homólogo de 13,9%, correspondente a um aumento de 69,4 milhões de euros. A componente de fundos de investimento teve um crescimento de 9,3%, privilegiando os clientes os fundos de menor risco, ou seja, os mistos de obrigações e imobiliários. A gestão de carteiras teve um forte incremento em 2007, registando um acréscimo de 41,8%.

### Activos Intangíveis e Outros Activos Tangíveis

Os activos intangíveis e outros activos tangíveis registaram um crescimento líquido de 4,1 milhões de euros (11,2%), justificado pelo investimento na preparação de novos Balcões, na modernização dos equipamentos informáticos, e na aquisição de novos "softwares" vocacionados para a informação de gestão e para a gestão do risco de crédito.

Os Outros activos tangíveis líquidos situam-se em 38,3 milhões de euros, representando 1,4% do activo total. Os imóveis líquidos de amortizações representam 57,1% do total dos Outros activos tangíveis líquidos.

As amortizações acumuladas totais registaram um crescimento de 12,1%, totalizando 6 milhões de euros.

mil euros			
<b>ACTIVOS INTANGÍVEIS E OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS</b>	<b>31-12-2007</b>	<b>31-12-2006</b>	<b>Variação (%)</b>
<b>1. Outros activos tangíveis</b>	<b>38.312</b>	<b>34.647</b>	<b>10,6</b>
...Imóveis	37.420	33.092	13,1
...Equipamento informático	19.689	18.050	9,1
...Outros equipamentos	21.655	19.838	9,2
...Em curso	1.556	761	104,4
...Outros activos tangíveis	3.061	2.743	11,6
...Amortizações acumuladas	(45.068)	(39.839)	13,1
<b>2. Intangíveis</b>	<b>2.056</b>	<b>1.655</b>	<b>24,2</b>
...Sistemas de tratamento automático de dados	12.220	10.966	11,4
...Outros activos intangíveis	353	421	(16,1)
...Amortizações acumuladas	(10.517)	(9.732)	8,1
<b>Total</b>	<b>40.368</b>	<b>36.302</b>	<b>11,2</b>

### ***Activos não Correntes Detidos para Venda***

Os Activos não correntes detidos para venda ascenderam a 43 milhões de euros, registando um aumento de 21,3 milhões de euros face a 2006. Este acréscimo é justificado essencialmente pela tomada de participação numa empresa, no montante de 22,5 milhões de euros, com o objectivo de venda no prazo de um ano.

O montante dos imóveis recebidos em dação diminuiu 3,4 milhões de euros.

### ***2.8.2 Conta de Resultados***

#### ***Produto Bancário***

O Produto bancário cifrou-se em 139,6 milhões de euros, correspondendo-lhe um acréscimo de 32,6% face a 2006.

O Produto bancário registou um aumento de 34,4 milhões de euros, para o qual contribuíram positivamente os Outros resultados correntes (38,7 milhões de euros).

Demonstração de Resultados	31-12-2007	31-12-2006	mil euros	
			Varição Valor	%
Margem financeira	66.763	71.079	(4.317)	(6,1)
Outros resultados correntes	72.818	34.146	38.672	113,3
Comissões e outros proveitos líquidos	24.002	23.813	189	0,8
Resultados em operações financeiras	48.816	10.333	38.483	372,4
<b>Produto bancário</b>	<b>139.581</b>	<b>105.225</b>	<b>34.356</b>	<b>32,6</b>
Provisões e Imparidades líquidas <sup>(a)</sup>	24.498	16.748	7.750	46,3
Encargos de estrutura	84.753	74.022	10.731	14,5
Gastos administrativos	77.734	67.514	10.220	15,1
Amortizações	7.019	6.508	511	7,9
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>30.330</b>	<b>14.455</b>	<b>15.875</b>	<b>109,8</b>
Impostos sobre os lucros	9.053	4.222	4.832	114,4
<b>Resultado do exercício</b>	<b>21.276</b>	<b>10.233</b>	<b>11.043</b>	<b>107,9</b>
<b>Cash-flow antes de impostos</b>	<b>61.847</b>	<b>37.711</b>	<b>24.136</b>	<b>64,0</b>

<sup>(a)</sup> Inclui as recuperações de créditos e juros abatidos ao activo

### Margem Financeira

A Margem financeira decresceu 6,1% relativamente a 2006 (4,3 milhões de euros).

As comissões associadas ao custo amortizado ascenderam a 6,5 milhões de euros e o rendimento de instrumentos de capital a 2,4 milhões de euros.

O acréscimo de investimento, ocorrido no exercício, nas carteiras de negociação e de disponíveis para venda, penalizou a Margem financeira, comparativamente ao exercício anterior, já que os custos de financiamento integram esta rubrica e os proveitos associados estão reportados em Resultados em operações financeiras. Este efeito influenciou negativamente a margem financeira em 4,7 milhões de euros.

Em termos globais os "spreads" da desintermediação financeira registaram uma redução de 28 pontos base, em consequência da aplicação de uma política de maior selectividade dos riscos, privilegiando operações com "rating" superior. Esta redução foi compensada pelo efeito de volume, em cerca de 7,5 milhões de euros.

Em 2007, a taxa média dos depósitos situava-se em 3,3%, correspondendo-lhe uma subida de 88 pontos base face a 2006, acompanhando parcialmente o ritmo de subida das taxas de juros do mercado, ocorrida no exercício. Em resultado da forte concorrência que se regista no mercado nacional esta subida só em parte foi repercutida no preço do crédito.

A taxa média do crédito a clientes foi de 7,1%, traduzindo um aumento de 60 pontos base.

Em 2007 foi realizada uma operação de securitização, no montante de 250 milhões de euros, que originou um impacto negativo de 2 milhões de euros na margem financeira, dado que os proveitos das obrigações Aqua SME nº 1 Classe C tiveram um diferencial de 3 meses face ao início e ao registo do custo de financiamento da operação.

Em termos contabilísticos a operação de securitização Aqua SME traduziu-se numa diminuição de proveitos (juros dos créditos cedidos) no montante de 10,7 milhões de euros, compensada em parte pela redução do custo de "funding", em cerca de 6,7 milhões de euros, e pela remuneração dos títulos associados (1,6 milhões de euros).

### **Comissões e Outros Proveitos Líquidos**

As Comissões e outros proveitos ascenderam a 24 milhões de euros, traduzindo um ligeiro aumento no ano (+0,8%).

A área de retalho foi responsável por 95,4% do total das comissões e a área da banca de investimento por 4,6%

mil euros			
<b>Comissões e outros proveitos líquidos</b>	<b>31-12-2007</b>	<b>31-12-2006</b>	<b>Variação (%)</b>
<b>Área de retalho</b>	<b>22.908</b>	<b>21.276</b>	<b>7,7</b>
...Associadas a crédito e garantias	14.563	12.320	18,2
...Serviços bancários	4.210	3.197	31,7
...Cartões e ATM's	5.384	4.335	24,2
...Outros	(1.248)	1.424	-
<b>Área de investimento</b>	<b>1.094</b>	<b>2.537</b>	<b>(56,9)</b>
...Comissões de fundos e patrimónios	436	1.567	(72,2)
...Corretagem	1.449	898	61,4
...Montagem empréstimos obrigacionistas	309	447	(30,8)
...Títulos	(1.100)	(375)	(193,1)
<b>Total</b>	<b>24.002</b>	<b>23.812</b>	<b>0,8</b>

Face a 2006 as Comissões e outros proveitos líquidos sofreram impactos negativos decorrentes:

- Da diminuição nos ganhos realizados em activos não correntes detidos para venda (-2,2 milhões de euros);
- Do acréscimo dos custos de transacção dos títulos (+0,7 milhões de euros), associados ao aumento verificado na respectiva carteira;
- Da diminuição das comissões de depositário (-1,1 milhões de euros).

As componentes cujos acréscimos contribuíram para compensar estas diminuições foram as comissões associadas a serviços bancários (+31,7%), de cartões (24,2%) e os proveitos associadas a crédito e garantias (+18,2%). Estas três componentes, associadas à área de retalho, registaram um aumento de comissões de 4,3 milhões de euros, correspondente a um crescimento de 21,7%.

Com a expansão da rede de distribuição e o alargamento da base de clientes, os proveitos associados aos cartões tem vindo a aumentar o seu peso relativo nesta rubrica, passando a representar 22,4% no total das comissões e outros proveitos líquidos.

O bom desempenho dos mercados bolsistas e o alargamento da base clientes com perfil para este tipo de investimentos, reflectiu-se no aumento de 61,4% das comissões de corretagem, atingindo 1,5 milhões de euros.

### **Resultados em Operações Financeiras**

Os Resultados em operações financeiras, face à conjuntura favorável dos mercados, tiveram um excelente desempenho, crescendo 372,4%.

A carteira de Títulos disponíveis para venda registou resultados de 22 milhões de euros.

Os resultados da carteira de negociação (títulos, "swaps" de taxa de juro, "equity swaps" e outros derivados) registaram um acréscimo de 16,8 milhões de euros.

Os custos associados ao financiamento destas carteiras e os custos de transacção estão incluídos, respectivamente, na Margem financeira e em Comissões.

### ***Custos de Estrutura***

Os Custos de estrutura aumentaram 14,5%, relativamente a 2006, influenciados pelo acréscimo de actividade e pela expansão da rede de distribuição.

	<b>31-12-2007</b>	<b>31-12-2006</b>	<b>Variação (%)</b>
Nº de balcões	150	127	18,1
Nº de colaboradores	1.300	1.119	16,2

A abertura de 23 Balcões, e bem assim a preparação de outros que abriram, ou estão em vias de abertura, no início de 2008, exigiu um reforço de 181 novos colaboradores, a realização de investimentos adicionais em imobilizado e o recurso a fornecimentos e serviços externos, justificando parcialmente o acréscimo verificado nos custos de estrutura.

mil euros			
<b>Encargos de estrutura</b>	<b>31-12-2007</b>	<b>31-12-2006</b>	<b>Variação (%)</b>
Custos com o pessoal	48.770	43.100	13,2
Gastos Administrativos	28.964	24.414	18,6
Amortizações	7.019	6.508	7,9
<b>Total dos custos de estrutura</b>	<b>84.753</b>	<b>74.022</b>	<b>14,5</b>
<b>Produto bancário</b>	<b>139.581</b>	<b>105.225</b>	<b>32,6</b>
<b>Rácio de eficiência</b>	<b>60,7%</b>	<b>70,3%</b>	<b>(9,6 pp)</b>

O rácio de eficiência melhorou 9,6 pontos percentuais, situando-se em 60,7%, beneficiando do comportamento positivo do produto bancário, que aumentou 32,6%.

### **Custo com o Pessoal**

Os Custos com o pessoal tiveram um crescimento de 13,2% face a 2006, justificado em parte pelo referido reforço do pessoal para os Balcões abertos em 2007 e os que estão em preparação para abrir em 2008.

O número médio de funcionários por Balcão registou uma diminuição relativamente a 2006, passando de 8,81 para 8,67 funcionários, traduzindo-se num aumento de produtividade.

No mesmo sentido, o custo médio por funcionário também registou uma diminuição face ao período homólogo, mesmo incorporando a actualização da tabela salarial e as promoções obrigatórias, efectuado ao abrigo do ACTV (Acordo Colectivo de Trabalho).

As remunerações variáveis registaram um acréscimo de 30,4% face ano anterior, na sequência da nova política de incentivos.

Os custos com o pessoal representam 57,5% do total dos custos de estrutura. Os custos associados ao fundo de pensões e outros benefícios pós-emprego (SAMS e subsídios por morte) situaram-se em 5,7 milhões de euros e correspondiam a 11,8% do total dos custos com o pessoal.

### **Gastos Administrativos**

Os custos com os fornecimentos e serviços externos aumentaram 4,6 milhões euros (+18,6%).

Para este aumento contribuíram essencialmente as campanhas publicitárias, o acordo de "outsourcing" com a IBM para a área de informática, a expansão da rede de distribuição e os custos associados aos cartões.

Os custos directamente associados aos 23 Balcões abertos em 2007 cifraram-se em 0,9 milhões de euros e correspondem a 19,8% do acréscimo dos custos nesta rubrica. Os restantes Balcões registaram um crescimento de 9,2% (0,8 milhões de euros), influenciados ainda pelos Balcões abertos em 2006, cujos os meses de actividade em 2007 foram superiores ao do ano anterior.

A componente "rendas e alugueres" é a que apresenta maior peso no total dos gastos administrativos, em 26,1%, dado que a maioria das instalações dos Balcões do Finibanco são arrendadas.

Os custos associados à rede ATM sofreram um agravamento de 578 mil euros para o que concorreu a alteração de tarifário da SIBS verificada em meados de 2006.

Em 2007 o Finibanco realizou um acordo de "outsourcing" com a IBM para a área de informática, com um impacto nos gastos administrativos de 1,3 milhões de euros. Este agravamento não foi totalmente compensado nos custos com o pessoal, por terem sido pagas indemnizações aos colaboradores que foram transferidos para aquela entidade.

Em termos de campanhas publicitárias, o Finibanco realizou investimentos no montante de 2,2 milhões de euros, a que corresponde um acréscimo de 23,5% face ao exercício anterior. As campanhas publicitárias foram realizadas através da rádio ao longo do ano, tiveram um objectivo institucional, mas foram direccionadas para os produtos crédito à habitação, crédito pessoal e fundos de investimentos. Num período de expansão da rede de distribuição, esta componente tem vindo a aumentar o seu peso na estrutura de custos, situando-se agora em 7,6%.

### **Amortizações**

As amortizações tiveram um aumento de 0,5 milhões de euros, correspondendo a um acréscimo de 7,9% face a 2006.

mil euros			
<b>AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO</b>	<b>31-12-2007</b>	<b>31-12-2006</b>	<b>Variação (%)</b>
<b>1. Outros activos tangíveis</b>	<b>6.234</b>	<b>5.802</b>	<b>7,5</b>
...Imóveis	2.013	1.892	6,4
...Equipamento	4.061	3.780	7,4
...Outros	160	129	24,4
<b>2. Intangíveis</b>	<b>785</b>	<b>706</b>	<b>11,1</b>
<b>Total</b>	<b>7.019</b>	<b>6.508</b>	<b>7,9</b>

As amortizações para activos intangíveis registaram um crescimento de 11,1%, que corresponde aos investimentos realizados em novos aplicativos informáticos, cuja amortização é realizada em 3 anos.

As amortizações para equipamento representam 57,9% do total da rubrica e registaram um acréscimo de 7,4% no ano. Este acréscimo é justificado pela preparação de novos Balcões e pelo investimento na modernização dos equipamentos informáticos.

#### **Provisões e Imparidades Líquidas**

As Provisões e imparidades líquidas apresentam um aumento de 7,8 milhões de euros. Esta rubrica considera as recuperações dos créditos e juros abatidos ao activo, que ascenderam a 3 milhões de euros.

As Provisões específicas para Crédito a clientes, líquidas de reposições, anulações e recuperações, ascenderam a 13,8 milhões de euros (-17,6% face a 2006).

O custo do risco de crédito (que inclui a dedução das recuperações de créditos e juros abatidos ao activo) situou-se em 77 pontos base reflectindo o segmento de mercado onde o Finibanco opera (particulares e micro empresas), cujo risco, sendo mais elevado, é compensado pela margem financeira acrescida.

#### **Fundos Próprios e Requisitos De Fundos Próprios**

Em 31 de Dezembro de 2007, o rácio de solvabilidade situava-se em 8,1% e o Core Tier I em 5,1%, de acordo com as regras do Banco de Portugal.

mil de euros			
<b>Fundos próprios e requisitos de fundos próprios</b>	<b>31-12-2007</b>	<b>31-12-2006</b>	<b>Variação (%)</b>
<b>Fundos Próprios Elegíveis</b>	189.009	155.194	21,8
....De base	119.129	103.531	15,1
....Complementares	74.649	53.790	38,8
....Deduções	(4.770)	(2.126)	124,3
<b>Requisitos de fundos próprios</b>	187.017	152.757	22,4
<b>Core Tier I</b>	5,1%	5,4%	<b>(0,3 pp)</b>
<b>Tier II</b>	3,0%	2,7%	<b>0,3 pp</b>
<b>Rácio de solvabilidade</b>	8,1%	8,1%	<b>0,0 pp</b>

Os fundos próprios de base tiveram um acréscimo de 15,1%, correspondendo a um aumento de 15,6 milhões de euros. Para este acréscimo contribuiu, essencialmente, o aumento de capital no montante de 16 milhões de euros e a incorporação dos resultados não distribuídos de 2006.

Os requisitos de fundos próprios registaram um acréscimo de 22,4%, em resultado do aumento da actividade.

### Indicadores de Referência do Banco de Portugal

O quadro abaixo integra os indicadores de referência, de acordo com a Instrução nº 16/2004 do Banco de Portugal

INDICADORES DE REFERÊNCIA DO BANCO DE PORTUGAL	31-12-2007	31-12-2006
<b>1. Solvabilidade</b>		
Rácio de adequação de fundos próprios	8,1%	8,1%
Rácio de adequação de fundos próprios de base	5,1%	5,4%
<b>2. Qualidade do Crédito</b>		
Crédito com incumprimento <sup>(a)</sup> / Crédito total	2,3%	2,1%
Crédito com incumprimento, líquido <sup>(b)</sup> / Crédito total, líquido <sup>(b)</sup>	1,8%	1,2%
<b>3. Rentabilidade</b>		
Resultados antes de impostos / Activo líquido médio	1,2%	0,7%
Produto bancário <sup>(c)</sup> / Activo líquido médio	5,5%	5,3%
Resultados antes de impostos / Capitais próprios líquido médio	22,5%	13,3%
<b>4. Eficiência</b>		
Custos de funcionamento <sup>(c)</sup> + amortizações / Produto bancário <sup>(c)</sup>	60,7%	70,3%
Custos com o pessoal + amortizações / Produto bancário <sup>(c)</sup>	34,9%	41,0%

(a) De acordo com a definição constante da Carta Circular nº 99/03/2003 do Banco de Portugal

(b) Crédito líquido de provisões para crédito vencido e para crédito de cobrança duvidosa

(c) De acordo com a definição constante da Instrução nº 16/2004 do Banco de Portugal (deduzidas as Recuperações de crédito e juros abatidos ao activo)



**3. Declarações dos Membros do Conselho de Administração  
Efectuadas em Cumprimento do Disposto na Alínea c) do Nº 1 do Artigo 245º  
do Código dos Valores Mobiliários**

**DECLARAÇÃO**

Álvaro Pinho da Costa Leite, Presidente do Conselho de Administração do Finibanco, SA declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão e as contas anuais relativas ao exercício de 2007, expõem fielmente a evolução dos negócios, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis e dão uma imagem verdadeira e apropriada do Activo e do Passivo, da situação financeira e dos resultados do Finibanco, SA.

Mais declara ainda que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Finibanco, SA, bem como a descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Porto, 25 de Fevereiro de 2008

Álvaro Pinho da Costa Leite

**DECLARAÇÃO**

Humberto da Costa Leite, Vice-Presidente do Conselho de Administração do Finibanco, SA declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão e as contas anuais relativas ao exercício de 2007, expõem fielmente a evolução dos negócios, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis e dão uma imagem verdadeira e apropriada do Activo e do Passivo, da situação financeira e dos resultados do Finibanco, SA.

Mais declara ainda que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Finibanco, SA, bem como a descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Porto, 25 de Fevereiro de 2008

Humberto da Costa Leite

**DECLARAÇÃO**

Daniel Bessa Fernandes Coelho, Vogal do Conselho de Administração do Finibanco, SA declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão e as contas anuais relativas ao exercício de 2007, expõem fielmente a evolução dos negócios, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis e dão uma imagem verdadeira e apropriada do Activo e do Passivo, da situação financeira e dos resultados do Finibanco, SA.

Mais declara ainda que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Finibanco, SA, bem como a descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Porto, 25 de Fevereiro de 2008

Daniel Bessa Fernandes Coelho

#### DECLARAÇÃO

Armando Esteves, Vogal do Conselho de Administração do Finibanco, SA declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão e as contas anuais relativas ao exercício de 2007, expõem fielmente a evolução dos negócios, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis e dão uma imagem verdadeira e apropriada do Activo e do Passivo, da situação financeira e dos resultados do Finibanco, SA.

Mais declara ainda que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Finibanco, SA, bem como a descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Porto, 25 de Fevereiro de 2008

Armando Esteves

#### DECLARAÇÃO

Joaquim Mendes Cardoso, Vogal do Conselho de Administração do Finibanco, SA declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão e as contas anuais relativas ao exercício de 2007, expõem fielmente a evolução dos negócios, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis e dão uma imagem verdadeira e apropriada do Activo e do Passivo, da situação financeira e dos resultados do Finibanco, SA.

Mais declara ainda que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Finibanco, SA, bem como a descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Porto, 25 de Fevereiro de 2008

Joaquim Mendes Cardoso

#### **4. Aplicação de Resultados**

No exercício de 2007 o Finibanco, SA obteve um Lucro de 21.276.258,41 euros, para o qual se propõe a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal (10%)	2.127.625,84 euros
Para Dividendo	3.000.000,00 euros
Para Reservas Livres	16.148.632,57 euros
Total	<hr/> 21.276.258,41 euros

#### **5. Nota Final**

Terminado mais um exercício de intenso e proveitoso trabalho, o Conselho de Administração entende da mais elementar justiça expressar o seu reconhecido agradecimento a todos quantos contribuíram para o êxito da sua missão, tarefa de que se ocupa com o maior gosto:

- À Autoridade Monetária e Financeira e à CMVM-Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, pela compreensão e pelo diálogo que sempre souberam pôr nos contactos havidos;
- Aos Órgãos Sociais, Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas Ernst & Young Audit & Associados-SROC, SA, pela cooperação evidenciada;
- Aos Colaboradores do Finibanco, pelo empenhamento e dedicação que souberam colocar no desempenho das suas funções;
- Ao Conselho de Administração do Finibanco-Holding, SGPS S.A., pelo interesse demonstrado no acompanhamento da nossa actividade.

Porto, 25 de Fevereiro de 2008  
O Conselho de Administração

Álvaro Pinho da Costa Leite

Humberto da Costa Leite

Armando Esteves

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Joaquim Mendes Cardoso

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**em 31 de Dezembro de 2007**

# FINIBANCO S.A.

## Balanco em base individual em 31 de Dezembro de 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Activo	Notas / Quadros anexos	2007-12-31			2006-12-31	Passivo e Capital	Notas / Quadros anexos	2007-12-31	2006-12-31
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor liquido					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	79.825	0	79.825	56.169	Recursos de bancos centrais		0	0
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	56.216	0	56.216	60.449	Passivos financeiros detidos para negociação	15	28.313	25.812
Activos financeiros detidos para negociação	5	76.726	0	76.726	58.919	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	16	151.591	182.952
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		0	0	0	0	Recursos de outras instituições de crédito	17	110.843	120.488
Activos financeiros disponíveis para venda	6	73.581	340	73.241	55.836	Recursos de clientes e outros empréstimos	18	2.067.126	1.693.105
Aplicações em instituições de crédito	7	330.067	0	330.067	182.795	Responsabilidades representadas por títulos		0	0
Crédito a clientes	8 e 20	2.070.344	34.364	2.035.980	1.646.370	Passivos financeiros associados a activos transferidos	19	248.802	0
Investimentos detidos até à maturidade		0	0	0	0	Derivados de cobertura		0	0
Activos com acordo de recompra		0	0	0	0	Passivos não correntes detidos para venda		0	0
Derivados de cobertura		0	0	0	0	Provisões	20	21.444	16.122
Activos não correntes detidos para venda	9	50.459	7.427	43.032	21.763	Passivos por impostos correntes	21	7.212	1.555
Propriedades de investimento		0	0	0	0	Passivos por impostos diferidos		0	0
Outros activos tangíveis	10	83.380	45.068	38.312	34.647	Instrumentos representativos de capital		0	0
Activos intangíveis	11	12.573	10.517	2.056	1.655	Outros passivos subordinados	22	654	0
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		0	0	0	0	Outros passivos	23	34.664	27.495
Activos por impostos correntes	12	2	0	2	2	<b>Total de Passivo</b>		<b>2.670.649</b>	<b>2.067.529</b>
Activos por impostos diferidos	13	1.284	0	1.284	5.265	Capital	24	120.000	104.000
Outros activos	14 e 20	99.209	861	98.348	65.608	Prémios de emissão		0	0
						Outros instrumentos de capital		0	0
						Ações próprias		0	0
						Reservas de reavaliação		17.918	3.431
						Outras reservas e resultados transferidos		5.246	4.285
						Resultado do exercício		21.276	10.233
						Dividendos antecipados		0	0
<b>Total de Activo</b>		<b>2.933.666</b>	<b>98.577</b>	<b>2.835.089</b>	<b>2.189.478</b>	<b>Total de Capital</b>		<b>164.440</b>	<b>121.949</b>
						<b>Total de Passivo + Capital</b>		<b>2.835.089</b>	<b>2.189.478</b>

As notas anexas fazem parte integrante do Balanco em 31 de Dezembro de 2007

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

# FINIBANCO S.A.

## Demonstração de Resultados em base individual em 31 de Dezembro de 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Rubricas	Notas Quadros Anexos	2007-12-31	2006-12-31
Juros e rendimentos similares		172.098	141.522
Juros e encargos similares		107.750	70.562
Rendimentos de instrumentos de capital		2.415	119
<b>Margem financeira</b>	<b>25</b>	<b>66.763</b>	<b>71.079</b>
Rendimentos de serviços e comissões	26	14.245	13.819
Encargos com serviços e comissões	26	2.875	1.950
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	27	28.991	10.100
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	28	22.001	293
Resultados de reavaliação cambial		( 2.176)	( 60)
Resultados de alienação de outros activos		76	( 118)
Outros resultados de exploração	29	12.556	12.061
<b>Produto bancário</b>		<b>139.581</b>	<b>105.224</b>
Custos com pessoal	30	48.770	43.099
Gastos gerais administrativos	31	28.964	24.413
Amortizações do exercício	10 e 11	7.019	6.508
Provisões líquidas de reposições e anulações	20	2.973	( 210)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições, anulações e recuperações)	20	13.759	16.699
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	20	340	260
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	20	7.426	0
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>30.330</b>	<b>14.455</b>
Impostos		9.054	4.222
Correntes	32	10.232	4.040
Diferidos		( 1.178)	182
<b>Resultado após impostos</b>		<b>21.276</b>	<b>10.233</b>
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		0	0

Resultados por acção básicos (em Euros)	0,18	0,10
Resultados por acção diluídos (em Euros)	0,18	0,10

As notas anexas fazem parte integrante da Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2007

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

FINBANCO S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Acções próprias	Prémios de emissão	Reservas de reavaliação	Outras reservas	Resultados transitados	Reservas de reavaliação	Resultado líquido do exercício	Total
Saldos em 31.12.2006 (em NCA's)	104.000	0	0	1	6.627	-2.343	3.431	10.233	121.949
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior									
Transferência para reservas	0	0	0	0	5.233	0	0	(5.233)	0
Distribuição de dividendos	0	0	0	0	0	0	0	(5.000)	(5.000)
Aquisição de acções próprias	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Activos financeiros disponíveis para venda -									
Ganhos e perdas não realizados no período	0	0	0	0	0	0	19.647	0	19.647
Variações cambiais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reservas por impostos diferidos									
Reforços no período	0	0	0	0	0	0	(5.160)	0	-5.160
Reversões no período	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Utilização de reservas de reavaliação	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Impacto da adopção dos NCA's em 1 de Janeiro de 2006	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultado líquido do período	0	0	0	0	0	0	0	21.276	21.276
Outras variações em capital próprio	16.000	0	0	0	0	(4.272)	0	0	11.728
<b>Saldos em 31.12.2007 ( em NCA's )</b>	<b>120.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>11.860</b>	<b>(6.615)</b>	<b>17.918</b>	<b>21.276</b>	<b>164.440</b>

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,



FINIBANCO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS

PARA O EXERCÍCIO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro)

	Notas	31.12.2007	31.12.2006
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Juros e comissões recebidos		180.286	153.152
Juros e comissões pagos		(97.387)	(60.396)
Impostos pagos		584	(4.009)
Recuperação de crédito e juros vencidos		2.962	2.886
Fluxo das operações financeiras		51.307	10.451
Pagamentos ao pessoal		(48.770)	(41.804)
Outros recebimentos operacionais/ outros pagamentos operacionais		(23.672)	(17.731)
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos		<u>65.310</u>	<u>42.549</u>
Diminuições (Aumentos) dos activos operacionais			
Disponibilidades em outras instituições de crédito		4.233	(13.009)
Aplicações em instituições de crédito		(145.297)	(44.343)
Créditos a Clientes		(402.247)	(215.921)
Activos financeiros detidos para negociação		(17.807)	(45.415)
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		0	0
Activos financeiros disponíveis para venda		(17.745)	(31.726)
Activos com acordo de recompra		0	0
Derivados de cobertura		0	0
Activos não correntes detidos para venda		(28.696)	(2.561)
Outros activos		(30.268)	8.103
Fluxo líquido dos activos operacionais		<u>(637.827)</u>	<u>(344.872)</u>
Aumentos (diminuições) dos passivos operacionais			
Recursos de outras instituições de crédito		(9.523)	3.514
Recursos de clientes e outros empréstimos		366.369	330.401
Passivos financeiros detidos para negociação		2.501	15.050
Passivos financeiros associados a activos transferidos		248.802	0
Derivados de cobertura		0	0
Passivos não correntes detidos para venda		0	0
Outros passivos		23.829	(20.041)
Fluxo líquido dos passivos operacionais		<u>631.978</u>	<u>328.924</u>
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u><b>59.461</b></u>	<u><b>26.601</b></u>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
Diminuições (aumentos) Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação		0	0
Diminuições (aumentos) Investimentos detidos até à maturidade		0	0
Diminuições (aumentos) Propriedades de investimento		0	0
Diminuições (aumentos) Outros activos tangíveis		(9.900)	(9.248)
Diminuições (aumentos) Activos Intangíveis		(1.185)	(1.372)
Aumentos (diminuições) Capital subscrito		16.000	0
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u><b>4.915</b></u>	<u><b>(10.620)</b></u>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
Emissões de dívida titulada e subordinada		123.363	197.186
Amortizações de dívida titulada		(158.720)	(217.137)
Juros de Dívida Titulada		(363)	(15.563)
Dividendos		(5.000)	(9.000)
Venda (Aquisição) de acções próprias		0	0
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u><b>(40.720)</b></u>	<u><b>(44.514)</b></u>
Aumento de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		23.656	(28.533)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	3	56.169	84.702
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	3	<u><b>79.825</b></u>	<u><b>56.169</b></u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

## ÍNDICE

1. Informação Geral
2. Bases de apresentação, comparabilidade e principais políticas contabilísticas

## BALANÇO: ACTIVO

3. Caixa e disponibilidades em bancos centrais
4. Disponibilidades em outras instituições de crédito
5. Activos financeiros detidos para negociação
6. Activos financeiros disponíveis para venda
7. Aplicações em instituições de crédito
8. Crédito a clientes
9. Activos não correntes detidos para venda
10. Outros activos tangíveis
11. Activos intangíveis
12. Activos por impostos correntes
13. Impostos diferidos
14. Outros activos

## BALANÇO: PASSIVO

15. Passivos financeiros detidos para negociação
16. Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados
17. Recursos de outras instituições de crédito
18. Recursos de clientes e outros empréstimos
19. Passivos financeiros associados a activos transferidos
20. Imparidade acumulada e provisões acumuladas
21. Passivos por impostos correntes
22. Outros passivos subordinados
23. Outros passivos

## BALANÇO: CAPITAL

24. Capital

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

25. Margem financeira
26. Rendimentos e encargos de e com serviços e comissões
27. Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados
28. Resultados de activos financeiros disponíveis para venda
29. Outros resultados de exploração
30. Custos com o pessoal
31. Gastos gerais administrativos
32. Impostos correntes

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

33. Rubricas extrapatrimoniais
34. Activos e passivos expressos em moeda estrangeira
35. Relato por segmento
36. Justo valor de instrumentos financeiros
37. Gestão do risco
38. Operações de titularização
39. Benefícios pós-emprego
40. Partes relacionadas
41. Eventos subsequentes

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

## 1. INFORMAÇÃO GERAL

O Finibanco, S.A. (Finibanco ou Banco) é uma sociedade anónima de capitais privados, com sede social no Porto, constituída por escritura pública outorgada em 28 de Junho de 2001 no Cartório Notarial de Vale de Cambra, actualmente com o capital social de m.Euros 120.000 representada por 120.000.000 acções nominativas, tituladas, e cujo objecto social é a “realização de todas as operações permitidas aos bancos”.

Em 27 de Março de 2007, realizou-se a escritura pública de aumento de capital de m.Euros 104.000 para m.Euros 120.000, realizado pelo accionista único Finibanco-Holding, SGPS S.A..

O Finibanco integra o denominado Grupo Finibanco que é composto por um grupo de empresas multiespecializadas que oferecem um extenso leque de produtos e serviços financeiros para empresas e investidores, institucionais e particulares.

Para a realização das suas operações, o Banco conta com uma rede nacional de 150 balcões, com uma Sucursal nas Ilhas Cayman e uma Sucursal Financeira Exterior na Madeira.

O Banco obtém os seus principais recursos através dos mercados monetários interbancários e depósitos, os quais aplica, juntamente com os seus capitais próprios e equiparados, principalmente na concessão de crédito a clientes, em aplicações em outras instituições financeiras e em títulos.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 25 de Fevereiro de 2008 e serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral de accionistas de 28 de Março de 2008.

## 2. BASES DE APRESENTAÇÃO, COMPARIBILIDADE E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1 Bases de apresentação e comparabilidade

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade foram preparadas pela primeira vez em 2006 de acordo com as Normas de Contabilidade ajustadas (NCA) conforme definidas no Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal.

As NCA baseiam-se nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, com excepção das seguintes áreas:

- Valorimetria e provisionamento do crédito concedido;
- Benefícios dos empregados, através do estabelecimento de um período de diferimento dos impactos de transição para IAS/IFRS;
- Eliminação da opção do justo valor para valorização de activos tangíveis.

Estas normas são idênticas às que estavam em vigor em 31 de Dezembro de 2006 e que foram utilizadas e descritas pelo Finibanco nas demonstrações financeiras com referência a esta data, com excepção da IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações e alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras – requisitos de divulgação de capital regulamentar que passaram a ser de aplicação obrigatória com referência a 1 de Janeiro de 2007. A implementação da IFRS 7 pelo Finibanco somente implicou alterações ou novas informações ao nível das divulgações apresentadas relativamente a instrumentos financeiros, não tendo tido qualquer efeito nos capitais próprios do Finibanco. Para as novas divulgações são apresentados os respectivos valores comparativos com referência a 31 de Dezembro de 2006. Adicionalmente, o Finibanco adoptou, embora sem quaisquer efeitos nas demonstrações financeiras, a IFRIC 10 relativa ao reporte financeiro interino e imparidade.

As seguintes normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB e adoptadas pela União Europeia não entraram ainda em vigor e não foram aplicadas pelo Finibanco antecipadamente:

- IFRS 8 relativa a segmentos operacionais emitida pelo IASB em 30 de Novembro de 2006 e adoptada pela União Europeia em 21 de Novembro de 2007 com aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta norma define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade. O Finibanco irá avaliar os impactos desta norma no exercício de 2008.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

- IFRIC 11 relativa à IFRS 2 sobre transacções com acções próprias ou acções de outras entidades do grupo, emitida pelo IASB em 2 de Novembro de 2006 e adoptada pela União Europeia em 1 de Junho de 2007 com aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2008. Esta interpretação veio esclarecer em que condições os pagamentos com base em acções previstos na IFRS 2, envolvendo acções próprias ou acções de outras entidades do grupo, deverão ser classificadas nas demonstrações financeiras individuais das empresas do Grupo. Não é expectável que esta norma venha a ter qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Finibanco.

Nos valores comparativos do balanço parte dos impostos diferidos foram compensados por existir o direito legal para essa compensação e serem relacionados com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal, ou sobre a mesma entidade tributável, situação que não tinha sido tida em conta nas demonstrações financeiras do ano anterior.

Na demonstração de resultados os valores relativos às recuperações de créditos abatidos passaram a ser relevados na rubrica de "Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições, anulações e recuperações)", tendo sido efectuada a respectiva reclassificação nos valores comparativos.

Tendo em conta as disposições da IFRS7 a rubrica " Rendimentos de instrumentos de capital" passou a incorporar a margem financeira.

As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico, excepto para os Activos e passivos financeiros detidos para negociação, Activos e passivos ao justo valor através de resultados, Activos financeiros disponíveis para venda e Derivados que foram mensurados ao justo valor.

## 2.2 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a gestão do Banco tem que efectuar estimativas e assumir previsões que afectam os activos, passivos, réditos e custos, bem como os passivos e activos contingentes divulgados. Para a elaboração destas estimativas a gestão utilizou a informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras e julgamentos de valor. Consequentemente, os valores futuros efectivamente verificados podem diferir destas estimativas. As situações onde o uso de estimativas é mais significativo são as seguintes:

### *Justo valor dos instrumentos financeiros*

Quando os justos valores dos instrumentos financeiros não podem ser determinados através de cotações (*marked to market*) nos mercados activos, são determinados através da utilização de técnicas de valorização que incluem modelos matemáticos (*marked to model*). Os dados de input nesses modelos são, sempre que possível, dados observáveis de mercado, mas quando tal não é possível um grau de julgamento é requerido para estabelecer os justos valores, nomeadamente ao nível da liquidez, correlação e volatilidade.

### *Perdas por Imparidade em créditos a clientes*

Os créditos de clientes com posições vencidas e responsabilidades totais consideradas de montante significativo, são objecto de análise individual para avaliar as necessidades de registo de perdas por imparidade. Nesta análise é estimado o montante e prazo dos fluxos futuros. Estas estimativas são baseadas em assumpções sobre um conjunto de factores que se podem modificar no futuro e consequentemente alterar os montantes de imparidade. Adicionalmente, é também realizada uma análise colectiva de imparidade por segmentos de crédito cujas características e riscos similares determinam perdas por imparidade com base no comportamento histórico das perdas em activos similares. De destacar que, de acordo com o estabelecido pelo Banco de Portugal, as perdas por imparidade só são reconhecidas se superiores aos valores de provisões calculados de acordo com o Aviso 3/95 do Banco de Portugal.

### *Imparidade em instrumentos de capital*

Os activos financeiros disponíveis para venda são considerados em imparidade quando se verifica um significativo e prolongado declínio nos justos valores, abaixo dos preço de custo, ou quando existam outras evidências objectivas de imparidade. A determinação do nível de declínio em que se considera "significativo e prolongado" requer julgamentos. Neste contexto o Banco determinou que um declínio no justo valor de um

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

instrumento de capital igual ou superior a 50% por 1 ano é considerado significativo e prolongado. Adicionalmente, são avaliados outros factores, tal como o comportamento da volatilidade nos preços dos activos.

*Activos por impostos diferidos*

São reconhecidos activos por impostos diferidos para prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que venham a existir no prazo futuro estabelecido por lei resultados fiscais positivos. Para o efeito são efectuados julgamentos para a determinação do montante de impostos diferidos activos que podem ser reconhecidos, baseados no nível de resultados fiscais futuros esperado.

*Benefícios de reforma*

O nível de responsabilidades relativas a benefícios de reforma é determinado através de avaliação actuarial, na qual se utilizam pressupostos e assumções sobre taxas de desconto, taxa de retorno esperado dos activos do Fundo de Pensões, aumentos salariais e de pensões futuros e tábuas de mortalidade. Face à natureza de longo prazo dos planos de pensões, estas estimativas são sujeitas a incertezas significativas. Na Nota 39 são apresentados os pressupostos utilizados.

## 2.3 Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

### 1) **Instrumentos financeiros**

#### **a) *Reconhecimento e mensuração inicial de instrumentos financeiros***

As compras e vendas de activos financeiros que implicam a entrega de activos de acordo com os prazos estabelecidos por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidos na data da transacção, isto é, na data em que é assumido o compromisso de compra ou venda. Os instrumentos financeiros derivados são igualmente reconhecidos na data da transacção.

A classificação dos instrumentos financeiros na data de reconhecimento inicial depende das suas características e da intenção de aquisição. Todos os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido dos custos directamente atribuíveis à compra ou emissão, excepto no caso dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em que tais custos são reconhecidos directamente em resultados.

#### **b) *Mensuração subsequente de instrumentos financeiros***

##### *Activos e passivos financeiros detidos para negociação*

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são os adquiridos com o objectivo de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Após reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor são reflectidos em resultados do exercício. Nos derivados os justos valores positivos são registados no activo e os justos valores negativos no passivo. Os juros e dividendos ou encargos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

Os passivos financeiros de negociação incluem também vendas de títulos a descoberto. Estas operações são relevadas em balanço ao justo valor, com variações subsequentes de justo valor relevadas em resultados do exercício na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

##### *Outros activos e passivos ao justo valor através de resultados*

Estas rubricas incluem os activos e passivos financeiros classificados pelo Banco de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados, de acordo com a opção prevista na IAS 39 (*fair value option*), desde que satisfeitas as condições previstas para o seu reconhecimento, nomeadamente:

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

- i) a designação elimina ou reduz significativamente inconsistências de mensuração de activos e passivos financeiros e reconhecimento dos respectivos ganhos ou perdas (*accounting mismatch*);
- ii) os activos e passivos financeiros são parte de um grupo de activos ou passivos ou ambos que é gerido e a sua performance avaliada numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia de investimento e gestão de risco devidamente documentada; ou
- iii) o instrumento financeiro integra um ou mais derivados embutidos, excepto quando os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa inerentes ao contrato, ou seja claro, com reduzida ou nenhuma análise, que a separação dos derivados embutidos não possa ser efectuada.

Após reconhecimento inicial os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor dos activos e passivos financeiros são reflectidos em resultados do exercício na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

Em 31 de Dezembro de 2007 o Finibanco não tinha activos classificados nesta rubrica.

Os passivos financeiros foram designados como passivos ao justo valor através de resultados por se tratarem de instrumentos de dívida (subordinada e não subordinada) com um ou mais derivados embutidos.

*Activos financeiros detidos até à maturidade*

Os activos financeiros detidos até à maturidade compreendem os investimentos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, sobre os quais existe a intenção e capacidade de os deter até à maturidade. Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta o prémio ou desconto na data de aquisição e outros encargos directamente imputáveis à compra como parte da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”. À data de 31 de Dezembro de 2007 o Banco não tinha quaisquer activos registados nesta rubrica.

*Activos financeiros disponíveis para venda*

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que não foram classificados em qualquer uma das outras categorias de activos financeiros. Incluem instrumentos de capital, investimentos em unidades de participação de fundos e outros instrumentos de dívida. Após o reconhecimento inicial são subsequentemente avaliados ao justo valor, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica “Reservas de Reavaliação” até à sua venda (ou ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda”. Os juros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Os dividendos são reconhecidos em resultados, quando o direito ao seu pagamento é estabelecido, na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital”. Nos instrumentos de dívida emitidos em moeda estrangeira, as diferenças cambiais apuradas são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica “Resultados de reavaliação cambial”. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

*Aplicações em outras Instituições de Crédito e Crédito a clientes*

Estas rubricas incluem aplicações junto de instituições de crédito e crédito concedido a clientes do Banco.

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, que não sejam activos adquiridos ou originados com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial.

Após reconhecimento inicial, normalmente ao valor desembolsado acrescido de todos os custos directamente inerentes à transacção, incluindo comissões cobradas que não tenham a natureza de prestação de serviço, subsequentemente estes activos são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva, deduzido das perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta rendimentos ou encargos directamente imputáveis à originação do activo como parte da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

*Recursos de outras instituições de crédito, Recursos de clientes e outros empréstimos, Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados*

Os restantes passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de dívida não designadas como passivos financeiros ao justo valor através de resultados e cujos termos contratuais resultam na obrigação de entrega ao detentor de fundos ou activos financeiros, são reconhecidos inicialmente pela contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados e subsequentemente valorizados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica “Juros e encargos similares”.

*Derivados*

Na sua actividade corrente, o Banco utiliza alguns instrumentos financeiros derivados quer para satisfazer as necessidades dos seus clientes, quer para gerir as suas próprias posições de risco de taxa de juro ou outros riscos de mercado. Estes instrumentos envolvem graus variáveis de risco de crédito (máxima perda contabilística potencial, devida a eventual incumprimento das contrapartes das respectivas obrigações contratuais) e de risco de mercado (máxima perda potencial, devida à alteração de valor de um instrumento financeiro em resultado de variações de taxas de juro, câmbio e cotações).

Os montantes nominais das operações de derivados são utilizados para calcular os fluxos a trocar nos termos contratuais, eventualmente em termos líquidos, e embora constituam a medida de volume mais usual nestes mercados, não correspondem a qualquer quantificação do risco de crédito ou de mercado das respectivas operações. Para derivados de taxa de juro ou de câmbio, o risco de crédito é medido pelo custo de substituição a preços correntes de mercado dos contratos em que se detém uma posição potencial de ganho (valor positivo de mercado) no caso de a contraparte entrar em incumprimento.

Os contratos “forwards” representam compromissos para comprar ou vender um determinado activo (nomeadamente instrumentos do mercado monetário ou divisas) numa data futura a um preço previamente acordado. Este instrumento é sujeito a risco de mercado e a risco de crédito.

Os “swaps” de moeda correspondem geralmente a uma troca de fluxos financeiros em duas diferentes divisas e respectivas taxas de referência cujo capital é trocado no início e novamente trocado no sentido inverso no termo do contrato, a taxas previamente especificadas. Este instrumento é sujeito a risco de mercado e a risco de crédito.

Os “swaps” da taxa de juro correspondem quer a operações de cobertura quer a operações de negociação relativas a uma troca de juros na mesma moeda onde não se verifica troca de capitais, os quais estão sujeitos a risco de mercado e a risco de crédito.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estão intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não é designado como ao justo valor através de resultados (*fair value option*).

Os instrumentos derivados utilizados pelo Banco na sua gestão de exposição a riscos financeiros e de mercado, são contabilizados de acordo com os critérios definidos na IAS 39 para cobertura de justo valor, caso cumpram os requisitos de elegibilidade previstos nesta norma, nomeadamente para o registo de coberturas da exposição à variação do justo valor de elementos cobertos. Caso contrário, os derivados são considerados pelo seu justo valor como activos ou passivos financeiros de negociação, consoante tenham, respectivamente, justo valor positivo ou negativo.

Na designação de uma operação de cobertura, a relação entre o elemento de cobertura e o elemento coberto é formalmente documentada, nomeadamente em relação a:

- Natureza do(s) risco(s) subjacente(s) e estratégia da operação de cobertura de acordo com as políticas de risco do Banco;
- Descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia da cobertura e periodicidade da sua realização.

Caso sejam considerados derivados de cobertura, periodicamente, são efectuadas análises da eficácia realmente atingida com a relação de cobertura, nomeadamente, através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto, atribuíveis ao risco coberto.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os resultados apurados no âmbito dos instrumentos derivados de cobertura são reconhecidos nos proveitos e custos do exercício, tal como no caso dos instrumentos derivados de negociação, caso o resultado do teste de eficácia efectuado se encontre dentro dos parâmetros definidos na IAS 39 (80%-125%).

Os instrumentos derivados de cobertura são reconhecidos em balanço pelo seu justo valor (no activo se o mesmo for positivo e no passivo se for negativo). Os resultados da avaliação subsequente do justo valor são reconhecidos nos resultados do exercício em simultâneo com os resultados de avaliação ao justo valor do instrumento coberto na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

O recurso a derivados pelo Banco para cobertura de exposições a riscos financeiros e de mercado ocorre, principalmente, nas seguintes situações:

- Cobertura de passivos com indexação a activos de referência  
O Banco emite passivos financeiros cuja remuneração e pagamento de principal estão ligados à performance de um activo de referência (acções, crédito e taxa de juro, etc.) e faz a cobertura contratando derivados OTC para transformar estes passivos em operações indexadas à Euribor;
- Cobertura do risco de operações de derivados com clientes  
O Banco contrata derivados OTC (essencialmente forwards) com clientes cujo risco é coberto com operações de back-to-back com contrapartes no mercado;
- Operações de swap de taxa de juro relacionadas com as operações de titularização de créditos efectuadas pelo Banco.

Contudo, nas demonstrações financeiras não se encontram consideradas quaisquer operações de cobertura, dado que todos os instrumentos derivados existentes ou foram classificados como de negociação por não cumprirem os requisitos de contabilidade de cobertura da IAS 39, ou estão associados a passivos designados ao justo valor através de resultados. Consequentemente todos os derivados encontram-se registados em activos e passivos de negociação.

*Determinação do justo valor*

Para efeitos de mensuração subsequente, o justo valor utilizado na mensuração de activos e passivos financeiros foi determinado da seguinte forma:

- No caso de instrumentos transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com base na cotação de fecho, no preço da última transacção efectuada ou no valor da última oferta ("bid") conhecida;
- No caso de activos não transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com recurso a técnicas de valorização, que incluem preços de transacções recentes de instrumentos equiparáveis e outros métodos de valorização normalmente utilizados pelo mercado ("discounted cash flow", modelos de valorização de opções, etc.).

Os activos de rendimento variável para os quais não seja possível a obtenção de valorizações fiáveis, são mantidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

*Imparidade em instrumentos financeiros*

O Banco avalia em cada data de apresentação de contas se existe alguma evidência objectiva que um activo ou grupo de activos financeiros se encontra em imparidade. Um activo financeiro ou grupo de activos financeiros encontra-se em imparidade, se e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) após a data de reconhecimento inicial, tiver um impacto mensurável na estimativa dos fluxos de caixa futuros desse activo ou grupo de activos.

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos definida pelo Banco traduz-se na observação de eventos de perda, dos quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor, sendo provável que o devedor entre em processo de reestruturação financeira, ou venha a ser considerado falido ou insolvente; ou
- Ocorrência de alterações adversas das condições e/ou capacidade de pagamento ou das condições económicas nacionais ou do sector económico relevante, com correlação ao incumprimento de determinado activo.

***Créditos a clientes***

Para os créditos a clientes mensurados ao custo amortizado, o Banco inicialmente procede a uma análise individual, para os clientes com responsabilidades totais consideradas significativas, para aferir se existe evidência objectiva de imparidade. Caso seja determinado que não existe evidência objectiva de imparidade, estes créditos são incluídos na análise colectiva efectuada por segmentos com características e riscos similares, juntamente com os créditos considerados não significativos.

Se existir evidência de perda por imparidade num activo ou grupo de activos, o montante da perda é determinado pela diferença entre o seu valor e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de imparidade futuras ainda não incorridas), descontados à taxa de juro original do activo ou activos financeiros. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de juro corrente, determinada pelo contrato.

De acordo com o modelo conceptual de imparidade estabelecido, quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto (avaliação colectiva), os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares aos que integram o grupo. Sempre que o Banco entenda necessário, os dados históricos são actualizados com base nos dados correntes observáveis, afim de reflectirem os efeitos das condições actuais.

O valor de balanço do activo ou do grupo de activos é reduzido por contrapartida da rubrica de resultados de perdas por imparidade “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”. Os juros destes activos continuam a ser reconhecidos sobre o montante reduzido do Balanço com base na taxa efectiva original.

O valor da imparidade assim obtido é confrontado com o montante das provisões registadas nos termos do Aviso nº 3/95, que é o referencial mínimo de provisionamento permitido pelo Banco de Portugal. Dos cálculos até ao momento efectuados, a diferença entre as provisões registadas em cumprimento do Aviso nº 3/95 e o valor da imparidade para crédito tem sido positiva, prevalecendo portanto os montantes registados nos termos daquele Aviso.

Os activos e imparidade associada são abatidos do activo quando existem baixas probabilidades de recuperação.

Se nos exercícios subsequentes, o montante de imparidade estimada aumentar ou reduzir em resultado de eventos subsequentes ao reconhecimento da imparidade inicial, o valor de imparidade é aumentado ou reduzido por contrapartida da rubrica de resultados acima referida. Se forem recuperados créditos abatidos o montante recuperado é creditado em resultados da mesma rubrica de Imparidade acima referida.

***Activos disponíveis para venda***

Os activos financeiros disponíveis para venda são considerados em imparidade quando se verifica um significativo e prolongado declínio nos justos valores, abaixo dos preço de custo, ou quando existam outras evidências objectivas de imparidade. Neste contexto o Banco determinou que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 50% por mais 1 ano é considerado significativo e prolongado. Adicionalmente, são avaliados outros factores, tal como o comportamento da volatilidade nos preços dos activos.

**c) *Desreconhecimento de activos e passivos financeiros******Activos financeiros***

Um activo financeiro (ou quando aplicável uma parte de um activo financeiro ou parte de um grupo de activos financeiros) é desreconhecido quando:

- i) os direitos de recebimento dos fluxos de caixa do activo expirem; ou
- ii) os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos, ou foi assumida a obrigação de pagar na totalidade os fluxos de caixa a receber, sem demora significativa, a terceiros no âmbito de um acordo “pass-through”; e

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

- iii) Os riscos e benefícios do activo foram substancialmente transferidos, ou os riscos e benefícios não foram transferidos nem retidos, mas foi transferido o controlo sobre o activo.

Quando os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos ou tenha sido celebrado um acordo de “pass-through” e não tenham sido transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios do activo, nem transferido o controlo sobre o mesmo, o activo financeiro é reconhecido na extensão do envolvimento continuado, o qual é mensurado ao menor entre o valor original do activo e o máximo valor de pagamento que ao Banco pode ser exigido.

Quando o envolvimento continuado toma a forma de opção de compra sobre o activo transferido, a extensão do envolvimento continuado é o montante do activo que pode ser recomprado, excepto no caso de opção de venda mensurável ao justo valor, em que o valor do envolvimento continuado é limitado ao mais baixo entre o justo valor do activo e o preço de exercício da opção.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro com a mesma contraparte em termos substancialmente diferentes dos inicialmente estabelecidos, ou os termos iniciais são substancialmente alterados, esta substituição ou alteração é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo e qualquer diferença entre os respectivos valores é reconhecida em resultados do exercício.

**2) Transacções em moeda estrangeira**

As transacções em moeda estrangeira são reconhecidas pelo câmbio verificado no dia da transacção. Na data do balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos utilizando o câmbio de fecho. Diferenças cambiais originadas por operações liquidadas em datas diferentes da transacção ou diferenças não realizadas em activos e passivos monetários não liquidados são reconhecidos em resultados do exercício na rubrica “Resultados de reavaliação cambial”.

**3) Operações de locação financeira**

As operações de locação são classificadas como de locação financeira sempre que contratualmente sejam transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção para o locatário. Estas operações são registadas da seguinte forma:

➤ Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor do activo, em Outros activos fixos tangíveis e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em resultados na rubrica “Juros e encargos similares”.

➤ Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados em resultados na rubrica “Juros e rendimentos similares”.

**4) Activos não correntes detidos para venda**

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda e não através do uso continuado. Esta condição apenas se verifica quando a venda seja altamente provável e o activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual. A operação de venda deverá verificar-se até um período máximo de um ano após a classificação nesta rubrica.

Uma extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não exclui que um activo seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo do Banco e se houver suficiente prova de que o Banco continua comprometido com o seu plano de vender o activo.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

O Banco regista nesta rubrica essencialmente imóveis recebidos em dação em pagamento de dívidas referentes a crédito concedido. Os imóveis recebidos em dação que não cumpram integralmente os critérios acima referidos são registados temporariamente em “Outros Activos”.

Os activos registados nesta categoria e os imóveis registados em “Outros Activos” são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos internos ou externos, deduzido de custos a incorrer na venda. Nas avaliações os peritos utilizam normalmente pelo menos dois dos seguintes métodos de avaliação: comparativo, do rendimento e do custo.

### 5) Outros Activos Tangíveis

A rubrica de “Outros Activos tangíveis” inclui imóveis de serviço próprio, viaturas de serviço e outros equipamentos.

Os outros activos tangíveis são mantidos ao custo de aquisição, salvo quando se verifiquem reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais valias daí resultantes são incorporadas em sub-rubrica apropriada da conta “reservas legais de reavaliação”.

Os activos tangíveis são amortizados numa base linear de acordo com a sua vida útil esperada:

	Anos
Imóveis de serviço próprio:	
Edifícios	50
Benfeitorias	8
Obras em edifícios arrendados	10
Equipamento:	
Instalações	20
Mobiliário e material	10
Equipamento informático	3 a 8
Outros activos tangíveis	8 a 16

Um activo tangível é desreconhecido quando vendido ou quando não é expectável a existência de benefícios económicos futuros pelo seu uso ou venda. Na data do desreconhecimento o ganho ou perda calculado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica “Outros Resultados de exploração”.

### 6) Activos Intangíveis

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a “software”, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra nos três anos.

### 7) Benefícios aos empregados

#### Plano de pensões de reforma por benefício definido

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho celebrado com os sindicatos e vigente para o Sector Bancário, o Banco assumiu o compromisso de atribuir aos seus empregados ou às suas famílias prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez ou sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Para cobertura destas responsabilidades, o Banco dispõe de um Fundo de Pensões autónomo gerido por entidade independente, para os quais são realizadas contribuições anuais.

O Banco procede à avaliação das responsabilidades por serviços passados dos seus trabalhadores, tendo em consideração a posição que assumiu no momento de adesão ao ACTV, na qual prevê que a sua responsabilidade é determinada apenas a partir da data de admissão no Banco e não na data de admissão dos seus trabalhadores no sector bancário. Consequentemente, a parcela de responsabilidades afecta ao período entre a data de admissão no sector bancário e a data de admissão no Banco será imputável às anteriores entidades financeiras, pelo que estas responsabilidades por serviços passados não são asseguradas pelo Fundo de Pensões do Banco. Esta posição é suportada por pareceres da Direcção Jurídica do Finibanco, S.A. e de peritos independentes.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

As responsabilidades com benefícios dos trabalhadores foram reconhecidas de acordo com as regras definidas pela IAS 19.

O passivo ou activo reconhecido no balanço corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos do fundo de pensões, considerando ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual por actuários independentes, utilizando o método “Projected Unit Credit”, e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 39). A actualização das responsabilidades é efectuada com base numa taxa de desconto que reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagáveis as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos de liquidação das responsabilidades com pensões.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento do fundo de pensões são diferidos no balanço (“corredor”), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do exercício. O valor de ganhos e perdas actuariais acumulados, que excedam o corredor são reconhecidos por contrapartida de resultados ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados abrangidos pelo plano.

Na data de transição para as NCA’s, o Banco adoptou a possibilidade permitida pela IFRS 1 de não recalcular os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos.

Em Dezembro de 2005 o Banco de Portugal, através do Aviso 12/2005, veio introduzir alterações ao Aviso 12/2001. Tendo o Finibanco, em matéria de Fundo de Pensões, e com referência a 31 de Dezembro de 2005, ajustado quer os pressupostos financeiros, quer a tábua de mortalidade, procedeu ao registo contabilístico dos impactos decorrentes destas alterações de acordo com os artigos 13-A e 13-B, aditados ao Aviso 12/2001 pelo referido Aviso 12/2005.

Deste modo o acréscimo de responsabilidades decorrente da alteração dos pressupostos financeiros, foi registado na conta de Despesas com encargo diferido, que serão levados a Resultados Transitados durante um período de 5 anos. No que concerne ao acréscimo de responsabilidades decorrentes da alteração da Tábua de mortalidade, foi o mesmo registado por contrapartida de Flutuação de Valores. Os valores que ainda não foram relevados como custo, estão registadas em Outros Activos (Nota 14).

#### Outros benefícios

Para além das pensões, o Banco tem ainda outras responsabilidades por benefícios aos trabalhadores, incluindo responsabilidades com assistência médica (SAMS), Subsídio por morte e Prémio de Antiguidade.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais, de forma similar às responsabilidades com pensões.

No exercício de 2007 as responsabilidades com SAMS e Subsídio por Morte passaram a ser financiados através do Fundo de Pensões anteriormente referido, pelo que o valor de responsabilidades apuradas com referência a 31 de Dezembro de 2006 e registadas na rubrica Outros Passivos foram transferidas para as respectivas contas do Fundo de Pensões.

As responsabilidades com Prémio de Antiguidade são registadas na rubrica de “Outros passivos” por contrapartida da rubrica de resultados “Custos com o pessoal”.

### **8) Provisões e Passivos contingentes**

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa do Banco de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Adicionalmente, o Banco regista no Passivo as provisões para riscos gerais de crédito, conforme previsto no Aviso 3/95 do Banco de Portugal.

**9) Impostos**

O Finibanco está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC). Porém, a Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira ao abrigo do artigo 41º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, beneficia de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011.

O imposto corrente é reconhecido como um custo com base na taxa aplicável em cada território no exercício em que os lucros tributáveis foram gerados. Os efeitos nos impostos futuros por prejuízos fiscais reportáveis são reconhecidos como activos por impostos diferidos na medida em que é provável a existência de lucros fiscais no futuro que permitam a utilização dessas perdas fiscais.

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O Banco regista ainda como impostos diferidos passivos ou activos os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar ou a recuperar no futuro decorrentes de diferenças temporárias nos activos ou passivos, tributáveis ou dedutíveis, nomeadamente relacionadas com provisões temporariamente não dedutíveis para efeitos fiscais, impactos de conversão para as Normas de Contabilidade Ajustadas que só vão ser reconhecidos fiscalmente nos exercícios seguintes, o regime de tributação das responsabilidades com pensões e outros benefícios dos empregados e mais-valias não tributadas por reinvestimento.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base mensal, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os impostos diferidos activos e passivos são compensados se existir o direito legal de compensar impostos correntes activos e passivos e estes forem relacionados com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, excepto em situações em que os eventos que os originaram tenham sido reflectidos em rubrica específica de capital próprio, nomeadamente, no que respeita à valorização de activos disponíveis para venda e imóveis de serviço próprio. Neste caso, o efeito fiscal associado às valorizações é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

**10) Distribuição de dividendos**

Os dividendos são reconhecidos como passivo e deduzidos da rubrica de Capital quando são aprovados pelos accionistas. Os dividendos relativos ao exercício aprovados pelo Conselho de Administração após a data de referência das demonstrações financeiras são divulgados na proposta de aplicação de resultados do relatório de gestão.

**11) Reconhecimento de proveitos e custos**

Em geral os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para o Banco e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e para os instrumentos financeiros classificados como “Activos Financeiros disponíveis para venda” os juros são reconhecidos usando o método da taxa efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente o conjunto de recebimentos ou pagamentos de caixa futuros até à maturidade, ou até à próxima data de *repricing*, para o montante líquido actualmente registado do activo ou passivo financeiro. Quando calculada a taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando os termos contratuais e considerados todos os restantes rendimentos ou encargos directamente atribuíveis aos contratos.

Os dividendos são reconhecidos quando estabelecido o direito de receber o pagamento.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**12) Rendimentos e encargos por serviços e Comissões**

O Banco cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. Estas incluem comissões pela prestação de serviços continuados, relativamente aos quais os clientes são usualmente debitados de forma periódica, ou comissões cobradas pela realização de um determinado serviço pontual.

As comissões cobradas por serviços prestados durante um período determinado são reconhecidas ao longo do período de duração do serviço. As comissões relacionadas com a realização de um serviço pontual são reconhecidas no momento em que ocorre o referido serviço.

**13) Garantias financeiras**

No decurso normal das suas actividades bancárias, o Banco presta garantias financeiras, tais como cartas de crédito, garantias bancárias, e créditos documentários, as quais são reconhecidas em contas extrapatrimoniais pelo seu valor contratual (Nota 33). Estas exposições são incluídas na análise individual e colectiva de imparidade considerando factores de conversão em crédito, tal como definidos nas disposições prudenciais do Banco de Portugal sobre esta matéria. As comissões obtidas pela prestação das garantias financeiras são reconhecidas de forma linear em resultados, na rubrica "Rendimentos de serviços e comissões", durante o período de vigência das mesmas.

**14) Fundo de garantia de depósitos**

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92 de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos cujo objectivo é o de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, nomeadamente bancos que nele participam, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efectuada através da entrega de numerário e títulos de depósito e foi amortizada em 60 meses a partir de Janeiro de 1995. As contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como um custo no exercício a que dizem respeito. Seguindo o previsto na IAS 37, os compromissos irrevogáveis assumidos perante o FGD são reconhecidos em contas extrapatrimoniais como compromissos perante terceiros (Nota 33).

**15) Caixa e equivalentes de caixa**

Na Demonstração de fluxos de caixa, Caixa e equivalentes de caixa correspondem a valores em caixa, saldos à ordem junto do banco central e outras instituições de crédito.

**3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS**

O detalhe da rubrica "Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais" em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 é como segue:

	31-12-2007	31-12-2006
Caixa	44.193	40.136
Disponibilidades à ordem no Banco de Portugal	35.632	16.033
	<u>79.825</u>	<u>56.169</u>

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal incluem os depósitos que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 7/94 de 19 de Outubro, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis. Estes depósitos são remunerados.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O detalhe da rubrica "Disponibilidades em outras instituições de crédito" em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 é como segue:

	31-12-2007	31-12-2006
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país:		
Depósitos à ordem	20	45
Cheques a cobrar	42.346	53.360
	<u>42.366</u>	<u>53.405</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro:		
Depósitos à ordem	10.605	5.506
Cheques a cobrar	3.245	1.538
	<u>13.850</u>	<u>7.044</u>
	<u>56.216</u>	<u>60.449</u>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país em 31 de Dezembro de 2007 foram compensados na Câmara de Compensação nos primeiros dias úteis de Janeiro de 2008.

5. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

O detalhe da rubrica "Activos financeiros detidos para negociação" era em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 como a seguir se mostra:

	31-12-2007	31-12-2006
<b><u>Títulos</u></b>		
<b>Instrumentos de capital</b>		
Emitidos por residentes		
Acções	11.544	15.017
Emitidos por não residentes		
Acções	16.373	12.752
	<u>27.917</u>	<u>27.769</u>
<b>Outros</b>		
Emitidos por residentes	-	758
Emitidos por não residentes-Hedge Funds	44.857	28.016
	<u>44.857</u>	<u>28.774</u>
	<u>72.774</u>	<u>56.543</u>
<b><u>Instrumentos derivados com justo valor positivo</u></b>		
<b>Swaps</b>		
Divisas	-	49
Taxa de juro	3.363	1.843
Cotações (equity swaps)	-	484
	<u>3.363</u>	<u>2.376</u>
<b>Futuros e outras operações a prazo</b>		
Divisas	589	-
	<u>76.726</u>	<u>58.919</u>

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os títulos incluídos nesta rubrica encontram-se detalhados no Anexo II.

Excepto quanto aos investimentos em *hedge funds*, não existem títulos não cotados nesta rubrica.

O justo valor dos swaps de taxa de juro foi calculado por entidade independente a qual utilizou para o efeito técnicas de valorização, nomeadamente o desconto de fluxos de caixa futuros. Os inputs para a valorização correspondem a observações de dados de mercado relativos aos factores de retorno e risco inerentes a cada instrumento.

Os valores nocionais dos instrumentos de derivados com justo valor positivo relativos a swaps de taxa de juro ascendem a 31 de Dezembro de 2007 a m.Euros 99.946.

6. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O detalhe da rubrica de “Activos financeiros disponíveis para venda” era, em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, como a seguir se demonstra:

	31-12-2007	31-12-2006
<b><u>Títulos</u></b>		
<b>Instrumentos de dívida</b>		
Emitidos por residentes		
De dívida pública portuguesa	9.413	10.495
De outros residentes	9.236	971
	<u>18.649</u>	<u>11.466</u>
Emitidos por não residentes		
Emissores públicos estrangeiros	8.784	5.216
	<u>27.433</u>	<u>16.682</u>
<b>Outros</b>		
Emitidos por residentes	5.090	-
<b>Instrumentos de capital</b>		
Emitidos por residentes		
Acções	41.741	37.476
Perdas de imparidade	( 691)	( 691)
	<u>41.050</u>	<u>36.785</u>
Emitidos por não residentes		
Acções	8	8
	<u>41.058</u>	<u>36.793</u>
<b>Outros</b>		
Emitidos por não residentes	-	2.361
	<u>73.581</u>	<u>55.836</u>
<b>Provisões acumuladas</b>		
Provisões para risco país		
Aplicações em títulos		
Activos financeiros disponíveis para venda	( 340)	-
	<u>73.241</u>	<u>55.836</u>

Os títulos incluídos nesta rubrica encontram-se detalhados no Anexo II.



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os títulos incluídos nesta rubrica são cotados, excepto o valor líquido de m.Euros 14.187 (m.Euros 2.051 em 2006), que se referem a instrumentos de capital e unidades de participação no fundo de titularização referido na Nota 38 (m.Euros 2.032 e m.Euros 8.750 respectivamente).

O valor de m.Euros 8.572 dos títulos da dívida pública portuguesa e m.Euros 4.803 relativos a instrumentos de dívida de emissores públicos estrangeiros encontram-se penhorados a favor de terceiros.

7. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O detalhe da rubrica de “Aplicações em instituições de crédito” era, em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, como a seguir se mostra:

	31-12-2007	31-12-2006
<b><u>Aplicações</u></b>		
<b>No país</b>		
Em outras instituições de crédito		
Empréstimos	256.062	139.786
	<u>256.062</u>	<u>139.786</u>
<b>No estrangeiro</b>		
Em outras instituições de crédito		
Aplicações a muito curto prazo	31.412	20.000
Outras aplicações	39.294	21.686
	<u>70.706</u>	<u>41.686</u>
	<u>326.768</u>	<u>181.472</u>
<b><u>Juros a receber</u></b>		
<b>De aplicações em instituições de crédito</b>		
Instituições de crédito no país	3.163	1.008
Instituições de crédito no estrangeiro	136	315
	<u>3.299</u>	<u>1.323</u>
	<u>330.067</u>	<u>182.795</u>

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

8. CRÉDITOS A CLIENTES

O detalhe da rubrica “Crédito a clientes” era, em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, como a seguir se mostra:

	31-12-2007	31-12-2006
<b><u>Crédito</u></b>		
Crédito não representado por valores mobiliários		
Interno	1.697.687	1.564.876
Ao exterior	15.437	19.511
Interno - titularizado	250.000	-
	<u>1.963.124</u>	<u>1.584.387</u>
Crédito e juros vencidos		
Crédito interno e juros vencidos	46.512	35.638
Crédito externo e juros vencidos	139	141
Juros vencidos a regularizar	487	403
Despesas de crédito vencido	128	139
	<u>47.266</u>	<u>36.321</u>
	<u>2.010.390</u>	<u>1.620.708</u>
Perdas de imparidade (Nota 20)	<u>( 34.254)</u>	<u>( 30.747)</u>
	<u><b>1.976.136</b></u>	<u><b>1.589.961</b></u>
Outros créditos e valores a receber (titulados)		
Emitidos por residentes		
Títulos de dívida		
Dívida não subordinada	51.028	51.029
	<u>51.028</u>	<u>51.029</u>
Créditos e juros vencidos		
Outros créditos vencidos	110	110
Perdas de imparidade (Nota 20)	<u>( 110)</u>	<u>( 110)</u>
	<u><b>51.028</b></u>	<u><b>51.029</b></u>
<b><u>Rendimentos a receber e Receitas com rendimento diferido</u></b>		
<b><u>Juros a receber</u></b>		
Crédito a clientes		
Crédito não representado por valores mobiliários		
Interno	10.230	8.012
Externo	114	74
Interno - titularizado	1.695	-
	<u>12.039</u>	<u>8.086</u>
Outros créditos e valores a receber (titulados)		
Emitidos por residentes		
Títulos de dívida	619	489
	<u>619</u>	<u>489</u>
	<u><b>12.658</b></u>	<u><b>8.575</b></u>
<b><u>Receitas com rendimento diferido</u></b>		
Crédito não representado por valores mobiliários		
Interno	<u>( 3.842)</u>	<u>( 3.195)</u>
	<u><b>2.035.980</b></u>	<u><b>1.646.370</b></u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Do total da carteira de crédito 29% foi objecto de análise individual de imparidade e 71% objecto de análise colectiva (em 31 de Dezembro de 2006 27% e 73% respectivamente).

Em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, o detalhe da rubrica “Crédito não representado por valores mobiliários” por tipo de crédito era como segue:

	31-12-2007	31-12-2006
Empresas e administrações públicas		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	257.213	233.004
Empréstimos	372.979	216.941
Créditos em conta corrente	580.976	509.787
Descoberto em depósitos à ordem	21.756	16.482
Locação financeira mobiliária	38.774	35.960
Locação financeira imobiliária	89.133	75.972
Outros créditos	1.864	1.184
	<u>1.362.695</u>	<u>1.089.330</u>
Particulares		
Habitação		
Locação financeira	18.535	16.770
Outros créditos	304.236	249.889
	<u>322.771</u>	<u>266.659</u>
Consumo		
Locação financeira	5.192	4.444
Outros créditos	171.423	142.147
	<u>176.615</u>	<u>146.591</u>
Outras finalidades		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	14.288	16.477
Empréstimos	12.775	9.771
Créditos em conta corrente	48.047	37.590
Descoberto em depósitos à ordem	13.258	5.767
Locação financeira	12.675	12.202
	<u>101.043</u>	<u>81.807</u>
	<u><b>1.963.124</b></u>	<u><b>1.584.387</b></u>

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

9. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

O detalhe da rubrica de “Activos não correntes detidos para venda”, em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2007, era como a seguir se mostra:

	Valor inicial 31-12-2006	Aquisições no período	Ajustamentos ao valor de aquisição a)	Alienações no período	Provisões p/ imparidade acumuladas	Valor de Balanço 31-12-2007
<b>Activos tangíveis não correntes detidos para venda</b>						
Imóveis	15.406	924	( 2.043)	( 2.319)	-	11.968
Equipamento	-	28	-	-	-	28
<b>Outros activos não correntes detidos para venda</b>						
Filiais	-	9.508	-	-	( 7.427)	2.081
Associadas	6.357	22.598	-	-	-	28.955
	<b>21.763</b>	<b>33.058</b>	<b>( 2.043)</b>	<b>( 2.319)</b>	<b>( 7.427)</b>	<b>43.032</b>

a) Referente a imóveis adquiridos no ano anterior

No âmbito de uma operação de conversão de créditos em capital, o Finibanco SA detém, desde Junho de 2007 a totalidade do capital social da Autoglobalsa, Lda. O montante de m. Euros 9.508 corresponde às prestações suplementares concedidas a esta sociedade.

O montante de m.Euros 22.598 constante das aquisições no período, de outros activos não correntes detidos para venda - Associadas, refere-se ao custo, incluindo os de compra, de 33,75% da sociedade húngara Obol Invest KFT, operação realizada pelo Finibanco SA no final do primeiro semestre de 2007.

10. OUTRO ACTIVOS TANGÍVEIS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2007 na rubrica “Outros activos tangíveis”, são apresentados no anexo III.

11. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2007 na rubrica “Activos intangíveis”, são apresentados no anexo III.

12. ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Os saldos em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 da rubrica “Activos por impostos correntes” são detalhados como a seguir se demonstra:

	31-12-2007	31-12-2006
<b>Activos por impostos correntes</b>		
IRC a recuperar	<u>2</u>	<u>2</u>
	<u>2</u>	<u>2</u>

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

13. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 da rubrica “Activos por impostos diferidos” são detalhados como a seguir se demonstra:

	31-12-2007		31-12-2006	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Provisões não aceites fiscalmente	3.578	-	1.413	-
Activos tangíveis	6	-	11	-
Activos intangíveis	24	-	170	-
Benefícios de empregados	6.326	2.216	5.661	922
Instrumentos financeiros	1.055	7.520	1.260	2.372
Activos não correntes disponíveis para venda	137	-	189	-
Provisões, activos e passivos contingentes	-	101	-	139
Reavaliações legais	-	5	-	6
	<u>11.126</u>	<u>9.842</u>	<u>8.704</u>	<u>3.439</u>
<b>Impostos Diferidos Líquidos</b>	<b><u>1.284</u></b>		<b><u>5.265</u></b>	

14. OUTROS ACTIVOS

O desenvolvimento da rubrica “Outros activos” em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, é como segue:

	31-12-2007	31-12-2006
Outras disponibilidades	3	4
Devedores e outras aplicações vencidas	861	861
Devedores e outras aplicações		
Devedores por operações sobre futuros e opções	1.031	654
Aplicações diversas	31.065	26.959
Sector público administrativo	-	321
Devedores diversos	4.687	570
Outros activos		
Ouro, metais preciosos, numismática e medalhística	143	107
Rendimentos a Receber		
Juros e rendimentos similares		
Outros juros e rendimentos similares	232	232
Outros rendimentos a receber	5.036	6.957
Outras despesas com encargo diferido		
Benefícios pós emprego ( Nota 39)		
Benefícios de reforma	10.968	14.624
SAMS	1.675	2.010
Subsídio por morte	844	1.125
Outros	1.161	1.307
Responsabilidades com pensões e outros benefícios		
Excesso do Fundo	7.129	584
Flutuação de valores	-	2.884
Outras contas de regularização	34.374	7.270
	<u>99.209</u>	<u>66.469</u>
Imparidade acumulada (Nota 20)	( 861)	( 861)
	<b><u>98.348</u></b>	<b><u>65.608</u></b>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

O saldo da rubrica “Devedores por operações sobre futuros e opções” refere-se a margewns depositadas em instituições financeiras estrangeiras para realização de operações de futuros.

A rubrica “Aplicações diversas” inclui o valor dos imóveis recebidos em dactão que não cumprem os requisitos da IFRS5 (m.Euros 30.789 em 31 de Dezembro de 2007 e m.Euros 26.268 em 31 de Dezembro de 2006). Contudo, foi mantido o critério de mensuração pelo menor valor entre o valor contabilístico e o justo valor dos imóveis.

A rubrica “Outras Contas de Regularização” inclui em 31 de Dezembro de 2007 m.Euros 21.588 de operações cambiais a liquidar e m.Euros 12.737 relativos a compensação de valores (m.Euros 6.014 e m.Euros 1.065 respectivamente em 31 de Dezembro de 2006).

#### 15. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A rubrica de “Passivos financeiros detidos para negociação” em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 detalha-se como o quadro seguinte demonstra:

	31-12-2007	31-12-2006
Vendas a descoberto		
Instrumentos de capital	-	5.245
Instrumentos derivados com justo valor negativo		
Swaps		
Divisas	611	31
Taxa de juro	27.702	3.369
Cotações (equity swaps)	-	16.774
Eventos de crédito	-	358
Futuros e outras operações a prazo		
Divisas	-	35
	<u>28.313</u>	<u>25.812</u>

O justo valor dos swaps de taxa de juro foi calculado por entidade independente a qual utilizou para o efeito técnicas de valorização, nomeadamente o desconto de fluxos de caixa futuros. Os inputs para a valorização correspondem a observações de dados de mercado relativos aos factores de retorno e risco inerentes a cada instrumento.

Os valores nominais dos instrumentos de derivados com justo valor negativo relativos a swaps de taxa de juro ascendem a 31 de Dezembro de 2007 a m.Euros 293.020.

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

## 16. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, a rubrica “Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados” tem a seguinte composição:

	31-12-2007	31-12-2006
Dívida emitida		
Obrigações não subordinadas	67.174	102.210
Obrigações subordinadas	100.623	94.976
	<u>167.797</u>	<u>197.186</u>
Depósitos		
De outros residentes		
Outros	4.642	-
De não residentes		
Outros	12	-
Correcções de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura	( 62)	-
	<u>4.592</u>	<u>-</u>
Correcções de valor de passivos que sejam objecto da opção pelo justo valor		
Obrigações não subordinadas	( 9.341)	( 8.388)
Obrigações subordinadas	( 14.902)	( 9.295)
	<u>( 24.243)</u>	<u>( 17.683)</u>
Juros de responsabilidades representadas por títulos		
Sem carácter subordinado	578	3.344
Com carácter subordinado	2.867	105
	<u>3.445</u>	<u>3.449</u>
	<u><b>151.591</b></u>	<u><b>182.952</b></u>

Os passivos incluídos nesta rubrica foram designados no reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados por incluírem derivados embutidos. A estes passivos estão associados instrumentos financeiros que foram classificados como derivados de negociação em conformidade com as disposições da IAS 39 sobre a opção pelo justo valor (*fair value option*).

O justo valor destes instrumentos financeiros foi calculado por entidade independente a qual utilizou para o efeito técnicas de valorização, nomeadamente o desconto de fluxos de caixa futuros e modelos de valorização de opções (Montecarlo). Os inputs para a valorização correspondem a observações de dados de mercado relativos aos factores de retorno e risco inerentes a cada instrumento. No valor das correcções dos passivos do exercício está incluído um efeito positivo em resultados de m.Euros 3.321 relativo ao efeito do risco de crédito da instituição (m.Euros 3.583 em 31 de Dezembro de 2006)

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

O detalhe da rubrica "Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados" em 31 de Dezembro de 2007 é como segue:

Descrição	Valor nominal	Remuneração	Reembolso e pagamento de juros
<b>DÍVIDA EMITIDA NÃO SUBORDINADA:</b>			
<b><u>Emitidos em anos anteriores</u></b>			
Obrigações de caixa "FNB Super Cabaz Europeu 05/11"	15.000	A	21 de Março de 2011
Obrigações de caixa "FNB Taxa Acumulada 05/11"	2.337	B	19 de Dezembro de 2011
Obrigações de caixa "FNB Índices 06/08"	5.150	C	1 de Março de 2008
Obrigações de caixa "FNB Remuneração Garantida 2006"	2.700	D	7 de Abril de 2012
Obrigações de caixa "FNB Cupão Anual 06/11"	14.600	E	20 de Junho de 2011
<b><u>Emitidos no exercício</u></b>			
Obrigações de caixa "FNB Dezembro 07/17"	27.387	F	19 de Dezembro de 2017
	<b>67.174</b>		
<b>DÍVIDA EMITIDA SUBORDINADA:</b>			
<b><u>Emitidos em anos anteriores</u></b>			
Obrigações de caixa subordinadas "VARFIX"	9.976	G	7 de Dezembro de 2008
<b><u>Emitidos no exercício</u></b>			
Obrigações de caixa subordinadas "FNB Grandes Empresas 07/16"	36.700	H	9 de Maio de 2016 p/ 1ª série 20 de Junho de 2016 p/ 2ª e 3ª séries
Obrigações de caixa subordinadas "FNB Índices Estratégicos 07/15"	53.947	I	9 de Maio de 2015 p/ 1ª série 11 de Junho de 2015 p/ 2ª e 3ª séries
	<b>100.623</b>		

A - A remuneração será constituída por um cupão fixo e por 4 cupões variáveis.

O cupão fixo será pago no final do 2º ano e será igual a 8% sobre o valor nominal.

Os cupões variáveis serão pagos anualmente, do 3º ao 6º ano, e serão apurados segundo o número de acções (N) do cabaz de referência abaixo indicado, cuja performance desde o início seja igual ou superior à do Índice Eurostoxx50 para o mesmo período.

Considerando o seguinte cabaz de referência:

<b><u>Acção</u></b>	<b><u>Bloomberg</u></b>	<b><u>Bolsa</u></b>
E.On	EOA GY	Frankfurt
ENEL	ENEL IM	Milão
ENI	ENI IT	Milão
Fortis	FORA NA	Euronext Amsterdam
France Telecom	FTE FP	Euronext Paris
Ing Groep	INGA NA	Euronext Amsterdam
Nokia	NOK1V FH	Helsínquia
Royal Dutch Petroleum	RDA NA	Euronext Amsterdam
Santander	SAN SQ	Madrid
TIM	TIM IM	Milão,

o cupão será igual a:



## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

<u>Taxa</u>		<u>N</u>
8%	se	10
5%	se	7 a 9
1%	se	0 a 6,

onde N é o número de acções do cabaz de referência cuja performance ( $PerfAcção_i^j$ ), for maior ou igual do que a performance do Índice Eurostoxx50 ( $PerfInd_i$ ) para o mesmo período e

$$PerfAcção_i^j = (Acção_i^j - Acção_0^j) / Acção_0^j$$

$$PerfInd_i = (Ind_i - Ind_0) / Ind_0$$

$Acção_i^j$  = Cotação de fecho da acção j (j = 1 a 10) nas Datas de Observação i (i = 1 a 4)

$Acção_0^j$  = Cotação de fecho da acção j (j = 1 a 10) na Data de Liquidação

$Ind_i$  = Valor de fecho do Índice Eurostoxx 50 (SX5E) nas Datas de Observação i (i = 1 a 4)

$Ind_0$  = Valor de fecho do Índice Eurostoxx 50 (SX5E) na Data de Liquidação

B - A remuneração será paga semestralmente, e os 2 primeiros cupões serão fixos:

1º cupão: 5,5% (taxa anual)

2º cupão: 4,5% (taxa anual)

A partir do 3º cupão, a remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

Cupão anterior \* n/N, onde

n é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado

N é o nº de dias úteis do período respectivo

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão

Semestre	Intervalo
1º	-
2º	-
3º	[0%; 3,90%]
4º	[0%; 4,00%]
5º	[0%; 4,25%]
6º	[0%; 4,40%]
7º	[0%; 4,40%]
8º	[0%; 4,40%]
9º	[0%; 4,40%]
10º	[0%; 4,40%]
11º	[0%; 4,40%]
12º	[0%; 4,40%]

Euribor 6 meses é a taxa patrocinada pela Federação Bancária Europeia em associação com a Associação Cambista Internacional, na Base Actual/360 e divulgada cerca das 11 horas de Bruxelas, na página EURIBOR01 da Reuters, ou noutra que a substitua.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

O valor da Euribor 6 meses observado no 5º dia útil anterior à data de pagamento do cupão respectivo aplicar-se-á aos dias remanescentes desse período.

C - A remuneração será anual ( $j=1a2$ ) e calculada de acordo como segue:

$$\text{Cupão}_j = \text{Factor}_j * \text{MAX} \{0\%; \frac{1}{4} \sum_{i=1a4} [(NKY_4^*(j-1)+k/NKY_4^*(j-1)+k-1)-SPX_4^*(j-1)+k/SPX_4^*(j-1)+k-1)]\}$$

$$\text{Factor}_i = \text{MAX} (0\%; \text{Factor}_{i-1}+A_i*10\%), \text{ onde}$$

$$A_i=1 \text{ se } NKY_i/NKY_{i-1} \geq SPX_i/SPX_{i-1}$$

$$A_i=-1, \text{ em caso contrário}$$

$$\text{Factor}_0=100\%$$

$NKY_i$  – valor de fecho do índice Nikkei225 na Data de Observação

$SPX_i$  – valor de fecho do índice S&P500 na Data de Observação

$NKY_0$  – valor de fecho do índice Nikkei225 na Data de Liquidação

$SPX_0$  – valor de fecho do índice S&P500 na Data de Liquidação

Será pago um cupão final, na data de reembolso, calculado de acordo com a seguinte fórmula:  
 $\text{Max} [0\%; (2\% - \text{soma de todos os cupões pagos até à data})]$ .

D - O 1º cupão será pago em 7 de Abril de 2008 sendo igual a

$$3\% * \text{valor nominal}.$$

Se não ocorrer o reembolso antecipado, o 2º cupão será pago em 7 de Abril de 2012 e será igual a:  
 $21\% * \text{valor nominal}$ , se  $\text{Euribor 6 meses}_6 > \text{Euribor 6 meses}_0 + 0,90\%$ ;

$3\% * \text{valor nominal}$ , no caso contrário.

Se ocorrer o reembolso antecipado, o 2º cupão será pago em 7 de Abril de 2010 e será igual a  $13\% * \text{valor nominal}$ .

Entende-se por:

$\text{Euribor 6 meses}_0$  a Euribor 6 meses registada em 7 de Abril de 2006;

$\text{Euribor 6 meses}_6$  a Euribor 6 meses registada no 5.º dia útil anterior a 7 de Abril de 2012.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

E - A remuneração é como se segue:

Data Cupão	Taxa
20 de Junho de 2007	5,25%
20 de Junho de 2008	Máx [0; 4,0%* (1-n/2)]
20 de Junho de 2009	Máx [0; 5,0%* (1-n/3)]
20 de Junho de 2010	Máx [0; 6,0%* (1-n/4)]
20 de Junho de 2011	Máx [0; 7,5%* (1-n/5)]

onde n é o número acumulado de Entidades de Referência em relação às quais tenha ocorrido um Evento de Crédito

O valor dos juros a pagar será calculado pela multiplicação entre a taxa do cupão e o valor nominal.

F - A remuneração será paga anualmente, e o primeiro cupão será fixo:

1º cupão: 5%

A partir do 2º cupão, a remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula, com um mínimo de 0% e um máximo de 6,5% por ano:

Mínimo [15 \* (30 Yr Swap Rate – 10 Yr Swap Rate) + 0.75%;  
15 \* (10 Yr swap Rate – 2 Yr Swap Rate) + 1.25%]

30 Yr Swap Rate – Taxa swap a 30 anos, em euros (página ISDAFIX2, na Reuters), observada no 5º dia útil anterior ao dia do pagamento do cupão respectivo

10 Yr Swap Rate – Taxa swap a 10 anos, em euros (página ISDAFIX2, na Reuters), observada no 5º dia útil anterior ao dia do pagamento do cupão respectivo

2 Yr Swap Rate – Taxa swap a 2 anos, em euros (página ISDAFIX2, na Reuters), observada no 5º dia útil anterior ao dia do pagamento do cupão respectivo.

G - Média aritmética da Lisbor 6 meses mais 1% arredondada para a centésima superior. No entanto se a taxa Lisbor ou Euribor for superior a 4.4% a remuneração transforma-se numa taxa fixa de 5.4% até ao final do empréstimo.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

- H - Serão pagos os seguintes cupões, no final de cada ano (a 9 de Maio, para a 1ª série e a 20 de Junho , para as 2ª e 3ª séries):

<u>Data Cupão Taxa</u>	<u>Data Cupão Taxa</u>
1º cupão	5,50%
2º cupão	5,50%
3º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/3)]
4º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/4)]
5º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/5)]
6º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/6)]
7º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/7)]
8º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/8)]
9º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/9)] , onde

n é o número acumulado de Entidades de Referência em relação às quais tenha ocorrido um Evento de Crédito.

Se ocorrer uma fusão entre duas ou mais empresas de referência e ocorrer um Evento de Crédito na empresa resultante da fusão, serão contados tantos Eventos de Crédito quanto o número de empresas fundidas.

- I - A remuneração será paga anualmente e será igual a:

1º ano= 5,50% \* valor nominal;  
 2º ano= 5,50% \* valor nominal;  
 3º ano e seguintes = 6,25% \* valor nominal se

Min (SDK/SD0-SXk/SX0 ; HSk/HS0- SXk/SX0) > Barreirak,

se não = 0%

onde:

Barreira3 = Barreira a aplicar no 3º cupão = 0%

Barreira4 = Barreira a aplicar no 4º cupão = 1%

Barreira5 = Barreira a aplicar no 5º cupão = 2%

Barreira6 = Barreira a aplicar no 6º cupão = 3%

Barreira7 = Barreira a aplicar no 7º cupão = 4%

Barreira8 = Barreira a aplicar no 8º cupão = 5%

Barreirak = Barreira a aplicar no kº cupão

SDK – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de observação K (K=1 a 6)

SD0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de início

SXk – Cotação de fecho do índice Eurostoxx50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de observação K (K=1 a 6)

SX0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de início

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

HSk – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de observação K(K=1 a 6)

HS0 – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de início

Em 31 de Dezembro de 2007, o Finibanco tinha negociado swaps para cobertura do risco associado à remuneração variável dos empréstimos obrigacionistas emitidos.

17. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, a rubrica “Recursos de outras instituições de crédito” tem a seguinte composição:

	31-12-2007	31-12-2006
<b>No país</b>		
Mercado monetário interbancário	19.000	15.000
Depósitos	89.978	48.580
Empréstimos	-	20.421
	<u>108.978</u>	<u>84.001</u>
<b>No estrangeiro</b>		
Em outras instituições de crédito		
Recursos de muito curto prazo	-	-
Depósitos	21	178
Empréstimos	-	35.000
Outros recursos	1.239	582
	<u>1.260</u>	<u>35.760</u>
	<u>110.238</u>	<u>119.761</u>
<b>Juros de recursos de outras instituições de crédito</b>		
Recursos de instituições de crédito no país	605	611
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	-	116
	<u>605</u>	<u>727</u>
	<u>110.843</u>	<u>120.488</u>

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

## 18. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, a rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” tem a seguinte composição:

	31-12-2007	31-12-2006
<b>Recursos de clientes</b>		
<b>Depósitos</b>		
<b>De residentes</b>		
Do sector público administrativo		
À ordem	28.551	18.758
A prazo	126.638	139.703
	<u>155.189</u>	<u>158.461</u>
De emigrantes		
À ordem	1.773	2.046
A prazo	12.185	11.341
De poupança	4.910	4.283
	<u>18.868</u>	<u>17.670</u>
De outros residentes		
À ordem	492.356	457.207
A prazo	1.263.384	970.661
De poupança	22.646	25.010
Outros	15	48
	<u>1.778.401</u>	<u>1.452.926</u>
<b>De não residentes</b>		
À ordem	24.769	13.251
A prazo	61.399	33.694
	<u>86.168</u>	<u>46.945</u>
<b>Outros recursos de clientes</b>		
Cheques e ordens a pagar	11.919	8.174
	<u>11.919</u>	<u>8.174</u>
<b>Juros de recursos de clientes</b>		
<b>Depósitos</b>		
De residentes		
Do sector público administrativo	1.296	359
De emigrantes	279	149
De outros residentes	14.395	8.016
De não residentes	611	405
	<u>16.581</u>	<u>8.929</u>
	<u>2.067.126</u>	<u>1.693.105</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**19. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ACTIVOS TRANSFERIDOS**

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, a rubrica “Passivos financeiros associados a activos transferidos” tem a seguinte composição:

	<b>31-12-2007</b>	<b>31-12-2006</b>
<b>Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização</b>		
Por crédito a clientes - titularizado		
Crédito não representado por valores mobiliários		
Crédito interno	<u>247.627</u>	<u>-</u>
<b>Despesas com encargo diferido</b>		
Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização	<u>( 520)</u>	<u>-</u>
<b>Encargos a pagar</b>		
Juros de passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização	<u>1.695</u>	<u>-</u>
	<u><b>248.802</b></u>	<u><b>-</b></u>

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

## 20. IMPARIDADE ACUMULADA E PROVISÕES ACUMULADAS

O detalhe da rubrica imparidade acumulada e provisões acumuladas, em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2007, era como a seguir se mostra.

	<b>Saldo</b> <b>31-12-2006</b>	Dotações	Utilizações	Anulações/ Reposições	<b>Saldo</b> <b>31-12-2007</b>
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 6)					
Instrumentos de dívida	-	340	-	-	340
	<u>-</u>	<u>340</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>340</u>
Crédito a clientes					
Crédito não representado por valores mobiliários	8.054	9.309	( 2)	( 7.357)	10.004
Crédito e juros vencidos					
Crédito não representado por valores mobiliários	22.694	16.175	( 13.211)	( 1.408)	24.250
Crédito representado por valores mobiliários	110	-	-	-	110
(Nota 8)	<u>30.858</u>	<u>25.484</u>	<u>( 13.213)</u>	<u>( 8.765)</u>	<u>34.364</u>
Activos não correntes detidos para venda (Nota 9)	-	7.427	-	-	7.427
Devedores e outras aplicações (Nota 14)	<u>861</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>861</u>
Provisões para riscos gerais de crédito	15.958	6.627	-	( 2.541)	20.044
Outras provisões	164	4.261	( 25)	( 3.000)	1.400
	<u>16.122</u>	<u>10.888</u>	<u>( 25)</u>	<u>( 5.541)</u>	<u>21.444</u>
	<u>47.841</u>	<u>44.139</u>	<u>( 13.238)</u>	<u>( 14.306)</u>	<u>64.436</u>

Na demonstração de resultados a rubrica “Correcções de valores associados ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores” inclui o saldo da conta “Recuperações de crédito, juros e despesas” no valor de m. Euros 2.962.

Inclui ainda o valor de m. Euros 2.373 relativos ao ajustamento dos “Passivos financeiros associados a activos transferidos”.

O montante do desdobramento das dotações e anulações/reposições diferem do mencionado no ponto 2.5 do relatório de gestão, na medida em que, para efeitos contabilísticos os valores apurados são mensalmente registados em termos líquidos, enquanto que no quadro constante do referido ponto do relatório se apresentam os valores por operação.

O saldo das Outras provisões refere-se a estimativa de perdas com acções judiciais em curso.



## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

21. PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Os saldos em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 de "Passivos por impostos correntes" são detalhados como a seguir se demonstra:

	31-12-2007	31-12-2006
<b>Passivos por impostos correntes</b>		
IRC a pagar	7.212	1.555
	<b>7.212</b>	<b>1.555</b>

22. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, a rubrica "Outros passivos subordinados" tem a seguinte composição:

	31-12-2007	31-12-2006
Dívida emitida		
Obrigações subordinadas	654	-
	<b>654</b>	<b>-</b>

O detalhe da rubrica "Outros passivos subordinados" em 31 de Dezembro de 2007 é como segue:

Descrição	Valor nominal	Remuneração	Reembolso e pagamento de juros
<b>DÍVIDA EMITIDA SUBORDINADA:</b>			
<b><u>Emitidos em anos anteriores</u></b>			
Obrigações de caixa subordinadas "FNB Rendimento Garantido 05/13"	410	A	9 de Maio de 2013
Obrigações de caixa subordinadas "FNB Rendimento Seguro 05/15"	244	B	9 de Junho de 2015
	<b>654</b>		

A - A remuneração será paga semestralmente, terá como mínimo 1% e como máximo 5%, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

$$n/N * 5\% + m/N * 1\%, \text{ onde}$$

n é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado  
m é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está fora do intervalo fixado  
N é o nº de dias úteis do período respectivo

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Período	Data cupão	Intervalo
1º semestre	09-Nov-05	[0; 2,75%]
2º semestre	09-Mai-06	[0; 3,00%]
3º semestre	09-Nov-06	[0; 3,25%]
4º semestre	09-Mai-07	[0; 3,50%]
5º semestre	09-Nov-07	[0; 3,50%]
6º semestre	09-Mai-08	[0; 3,75%]
7º semestre	09-Nov-08	[0; 3,75%]
8º semestre	09-Mai-09	[0; 4,00%]
9º semestre	09-Nov-09	[0; 4,00%]
10º semestre	09-Mai-10	[0; 4,25%]
11º semestre	09-Nov-10	[0; 4,25%]
12º semestre	09-Mai-11	[0; 4,50%]
13º semestre	09-Nov-11	[0; 4,50%]
14º semestre	09-Mai-12	[0; 4,50%]
15º semestre	09-Nov-12	[0; 4,50%]
16º semestre	09-Mai-13	[0; 4,50%]

Euribor 6 meses é a taxa patrocinada pela Federação Bancária Europeia em associação com a Associação Cambista Internacional, na Base Actual/360 e divulgada cerca das 11 horas de Bruxelas, na página EURIBOR01 da Reuters, ou noutra que a substitua.

O valor da Euribor 6 meses observado no 5º dia útil anterior à data de pagamento do cupão respectivo aplicar-se-á aos dias remanescentes desse período.

- B - A remuneração será paga semestralmente, terá como mínimo 1% e como máximo 5%, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

$n/N * 5\% + m/N * 1\%$ , onde

n é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado

m é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está fora do intervalo fixado

N é o nº de dias úteis do período respectivo

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão

<b>Período</b>	<b>Data cupão</b>	<b>Intervalo</b>
1º semestre	09-Dez-05	[1,60 ; 2,75%]
2º semestre	09-Jun-06	[1,60 ; 3,00%]
3º semestre	09-Dez-06	[1,60 ; 3,25%]
4º semestre	09-Jun-07	[1,60 ; 3,50%]
5º semestre	09-Dez-07	[1,70 ; 3,75%]
6º semestre	09-Jun-08	[1,70 ; 3,75%]
7º semestre	09-Dez-08	[1,70 ; 3,75%]
8º semestre	09-Jun-09	[1,70 ; 4,00%]
9º semestre	09-Dez-09	[1,80 ; 4,00%]
10º semestre	09-Jun-10	[1,80 ; 4,25%]
11º semestre	09-Dez-10	[1,80 ; 4,25%]
12º semestre	09-Jun-11	[1,80 ; 4,50%]
13º semestre	09-Dez-11	[1,90 ; 4,50%]
14º semestre	09-Jun-12	[1,90 ; 4,50%]
15º semestre	09-Dez-12	[1,90 ; 4,50%]
16º semestre	09-Jun-13	[1,90 ; 4,50%]
17º semestre	09-Dez-13	[2,00 ; 4,50%]
18º semestre	09-Jun-14	[2,00 ; 4,50%]
19º semestre	09-Dez-14	[2,00 ; 4,50%]
20º semestre	09-Jun-15	[2,00 ; 4,50%]

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

23. OUTROS PASSIVOS

A rubrica “Outros passivos”, em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, é como segue:

	31-12-2007	31-12-2006
<b>Credores e outros recursos</b>		
Recursos diversos	8	7
Sector público administrativo	4.461	3.072
Cobranças por conta de terceiros	30	25
Juros, dividendos e outras remunerações de capital a pagar	1	1
Contribuições para outros sistemas de saúde	167	137
Credores diversos		
Credores por operações sobre valores mobiliários	111	97
Credores por fornecimento de bens	4.638	5.069
Outros credores	1.852	1.165
	<u>11.268</u>	<u>9.573</u>
<b>Responsabilidades com pensões e outros benefícios</b>		
Flutuação de valores ( Nota 39 )	10.338	-
	<u>10.338</u>	<u>-</u>
<b>Encargos a pagar</b>		
Outros encargos a pagar		
Por gastos com pessoal		
Benefícios pós emprego		
Prémio de antiguidade	1.855	2.380
SAMS	-	2.835
Subsídio por morte	-	1.702
Outros	-	5.370
Outros	9.146	4.000
	<u>11.001</u>	<u>16.287</u>
<b>Receitas com rendimento diferido</b>		
Outros receitas com rendimento diferido	1.507	1.635
	<u>1.507</u>	<u>1.635</u>
<b>Outras contas de regularização</b>	550	-
	<u>550</u>	<u>-</u>
	<u><b>34.664</b></u>	<u><b>27.495</b></u>

As responsabilidades com o SAMS e Subsídio por morte foram integradas no Fundo de Pensões no exercício.

24. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2007, o capital subscrito do Finibanco ascende a m.Euros 120.000 e encontra-se integralmente realizado.

Em 31 de Dezembro de 2007, o Finibanco Holding detém 100% das acções representativas do capital social do Finibanco.

O Finibanco não detém em 31 de Dezembro de 2007 quaisquer acções próprias.

Não existem partes de capital beneficiárias, obrigações convertíveis nem títulos ou direitos similares.

No exercício de 2007 o Finibanco procedeu à distribuição de dividendos no montante de 5 milhões de euros (0,048 euros por acção).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

As informações sobre os requisitos de capital regulamentar encontram-se descritas na parte final do Relatório de Gestão.

25. MARGEM FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a margem financeira detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2007	31-12-2006
<b>Juros e rendimentos similares</b>		
Disponibilidades		
Em bancos centrais	1.397	835
Em outras instituições de crédito	203	115
Aplicações em instituições de crédito	12.782	4.942
Crédito a clientes	118.227	100.323
Crédito vencido	2.279	2.032
Outros activos financeiros		
Activos detidos para negociação	17.770	26.242
Activos financeiros disponíveis para venda	2.120	704
Activos titularizados não desreconhecidos	10.722	-
Devedores e outras aplicações	32	14
Outros juros e rendimentos similares	66	104
	<u>165.598</u>	<u>135.311</u>
<b>Outras comissões recebidas</b>		
Operações de crédito	6.500	6.211
	<u>172.098</u>	<u>141.522</u>
<b>Juros e encargos similares</b>		
Recursos de outras instituições de crédito	5.329	4.470
Recursos de clientes	60.968	35.847
Responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	1.980	4.448
Passivos financeiros de negociação	24.915	22.956
Passivos por activos não desreconhecidos	10.722	-
Passivos subordinados	3.728	2.760
Outros juros e encargos similares	44	81
	<u>107.686</u>	<u>70.562</u>
<b>Comissões pagas associadas ao custo amortizado</b>		
Passivos por activos não desreconhecidos	64	-
	<u>107.750</u>	<u>70.562</u>
<b>Rendimentos provenientes de :</b>		
Activos financeiros disponíveis para venda	2.363	71
Outros instrumentos de capital	52	48
	<u>2.415</u>	<u>119</u>
	<u><b>66.763</b></u>	<u><b>71.079</b></u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

26. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE E COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica “Rendimentos e encargos de e com serviços e comissões” detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2007	31-12-2006
<b>Rendimentos de serviços e comissões por :</b>		
Garantidas prestadas	1.881	1.750
Compromissos assumidos perante terceiros	448	877
Operações sobre instrumentos financeiros	310	447
Serviços prestados		
Comissão de fundos e patrimónios	436	1.567
Outros serviços prestados	2.615	2.170
Operações realizadas por conta de terceiros	1.448	897
Outras comissões recebidas		
Corretagem	1449	898
Outras comissões recebidas	5658	5213
	<u>14.245</u>	<u>13.819</u>
<b>Encargos com serviços e comissões por :</b>		
Garantias recebidas	2	1
Serviços bancários prestados por terceiros	1.436	1.212
Operações realizadas por terceiros	632	720
Outras comissões pagas	805	17
	<u>2.875</u>	<u>1.950</u>
	<u><b>11.370</b></u>	<u><b>11.869</b></u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**27. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS**

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica “Rendimentos de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados” detalha-se da seguinte forma:

	<b>31-12-2007</b>	<b>31-12-2006</b>
<b>Ganhos em :</b>		
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	37.717	19.739
Instrumentos derivados	43.619	15.481
Passivos financeiros de negociação	312	688
Instrumentos financeiros designados ao justo valor (fair value option) ganhos		
Operações passivas	12.789	21.961
	<u>94.437</u>	<u>57.869</u>
<b>Perdas em :</b>		
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	18.129	8.062
Instrumentos derivados	40.576	30.451
Passivos financeiros de negociação	573	1.907
Instrumentos financeiros designados ao justo valor (fair value option) perdas		
Operações passivas	6.168	7.349
	<u>65.446</u>	<u>47.769</u>
	<u><b>28.991</b></u>	<u><b>10.100</b></u>

**28. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA**

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica “Rendimentos de activos financeiros disponíveis para venda” detalha-se da seguinte forma:

	<b>31-12-2007</b>	<b>31-12-2006</b>
<b>Ganhos em :</b>		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos	22.235	411
	<u>22.235</u>	<u>411</u>
<b>Perdas em :</b>		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos	234	118
	<u>234</u>	<u>118</u>
	<u><b>22.001</b></u>	<u><b>293</b></u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

29. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica “Outros resultados de exploração” detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2007	31-12-2006
<b>Ganhos em :</b>		
Ganhos em activos não financeiros		
Activos não correntes detidos para venda		
Ganhos não realizados	158	451
Outros activos tangíveis		
Locação Financeira	161	1.415
Outros activos não financeiros	39	16
Outros ganhos e rendimentos operacionais		
Reembolso de despesas	8.207	5.850
Prestação de serviços diversos	5.250	4.689
Outros	2.253	1.803
	<u>16.068</u>	<u>14.224</u>
<b>Perdas em :</b>		
Outros impostos	528	278
Quotizações e donativos	220	103
Contribuições para o FGD e FGCAM	341	265
Perdas em activos não financeiros		
Activos não correntes detidos para venda		
Perdas não realizadas	1.864	974
Outros activos tangíveis		
Activos em locação financeira	6	1
Perdas não realizadas	42	-
Outros activos não financeiros	-	24
Outros encargos e gastos operacionais	511	518
	<u>3.512</u>	<u>2.163</u>
	<u>12.556</u>	<u>12.061</u>



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

30. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica “Custos com pessoal” detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2007	31-12-2006
Remunerações		
Dos órgãos de gestão e fiscalização	1.301	1.266
De empregados	35.005	29.692
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	5.915	4.911
Benefícios de empregados		
Benefícios de reforma	5.328	5.635
SAMS	280	423
Subsídio por morte	134	248
Outros	49	464
Outros custos com o pessoal		
Indemnizações contratuais	444	326
Transferências de pessoal	21	6
Outros custos com o pessoal	293	128
	<b>48.770</b>	<b>43.099</b>

O desdobramento do valor afecto ao fundo de pensões é apresentado na Nota 39.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o número médio de efectivos do Finibanco por categorias profissionais, era o seguinte:

	31-12-2007	31-12-2006
Administração	2	2
Direcção	68	67
Chefia	238	213
Técnicos	332	301
Administrativos	362	309
Outros	17	17
	<b>1.019</b>	<b>909</b>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

31. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica “Gastos gerais administrativos” detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2007	31-12-2006
<b>Com fornecimentos :</b>		
Água, energia e combustíveis	1.408	1.342
Material de consumo corrente	1.291	1.080
Publicações	46	45
Material de higiene e limpeza	40	35
Outros fornecimentos de terceiros	122	330
	<u>2.907</u>	<u>2.832</u>
<b>Com serviços :</b>		
Rendas e alugueres	7.579	6.570
Comunicações	2.490	2.243
Deslocações, estadas e representação	991	808
Publicidade e edição de publicações	2.192	1.775
Conservação e reparação	1.905	1.717
Transportes	307	252
Formação de pessoal	175	215
Seguros	375	388
Serviços especializados	7.626	6.077
Outros serviços de terceiros	2.417	1.536
	<u>26.057</u>	<u>21.581</u>
	<u><b>28.964</b></u>	<u><b>24.413</b></u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**32. IMPOSTOS CORRENTES**

A diferença entre os impostos calculados à taxa legal e os impostos calculados à taxa efectiva 31 de Dezembro de 2007 e 2006, pode ser explicada como a seguir se demonstra:

	31-12-2007	31-12-2006
<b>Imposto corrente :</b>		
1. Resultado antes de impostos	30.330	14.455
2. Taxa legal de imposto (IRC + Derrama)	26,50%	27,50%
3. Carga fiscal normal (1*2)	8.037	3.975
4. Variações patrimoniais positivas	-	59
5. Variações patrimoniais negativas	( 751)	( 3.698)
6. Efeito fiscal de gastos que não são dedutíveis		
6.1. Reintegrações não aceites	25	-
6.2. Provisões não dedutíveis	15.386	5.446
6.3. Mais valias fiscais	27	-
6.4. Derivados	-	1.002
6.5. Imputação de lucros de sociedades não residentes	-	-
6.6. Encargos financeiros com a aquisição de participações	-	-
6.7. Outros custos não dedutíveis	1.954	797
7. Efeito fiscal de rendimentos que não são tributáveis		
7.1. Redução de provisões não tributadas	( 3.025)	( 2.039)
7.2. Benefícios fiscais	( 1.603)	( 992)
7.3. Derivados	-	( 141)
7.4. Excesso de estimativa de impostos	( 434)	( 132)
7.5. Rendimentos nos termos do artigo 46º	( 1.314)	-
7.6. Outros proveitos não tributados	( 2.833)	( 253)
8. Resultados não tributáveis (ZFM)	( 383)	220
9. Prejuízos fiscais reportáveis	-	-
10. Lucro tributável (1+4+5-6+7-8+9)	38.145	14.284
11. Imposto antes da tributação autónoma (10*2)	10.108	3.928
12. Tributações autónomas	124	112
<b>13. Imposto total (11+12)</b>	<b>10.232</b>	<b>4.040</b>
14. Taxa efectiva (13/1)	33,74%	27,95%

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, Imposto Municipal de Sisa e Imposto sobre as Sucessões e Doações), pelo que as declarações fiscais dos exercícios de 2003 a 2007 poderão ser, assim, sujeitas a revisão.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 57º do Código do IRC, a Direcção Geral dos Impostos poderá efectuar as correcções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações.

No entanto, a Administração entende que as eventuais correcções, se algumas, resultantes de diferentes interpretações da legislação vigente por parte das autoridades fiscais não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**33. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS**

Em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 o detalhe das rubricas extrapatrimoniais é como segue:

	<b>31-12-2007</b>	<b>31-12-2006</b>
Garantias prestadas e outros passivos eventuais :		
Garantias pessoais/institucionais	105.368	79.153
Garantias reais (activos dados em garantia)	13.375	11.034
	<u>118.743</u>	<u>90.187</u>
Garantias recebidas :		
Garantias pessoais/institucionais	1.578.806	1.156.531
Garantias reais (activos recebidos em garantia)	1.317.116	1.061.701
	<u>2.895.922</u>	<u>2.218.232</u>
Compromissos perante terceiros :		
Compromissos irrevogáveis		
Linhas de crédito irrevogáveis	186.879	161.762
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para FGD	2.315	2.255
Responsabilidade potencial para com SII	534	-
Outros compromissos irrevogáveis	7.650	-
Compromissos revogáveis	204.839	164.053
	<u>402.217</u>	<u>328.070</u>
Operações cambiais e instrumentos derivados :		
Operações cambiais à vista	10.021	135.296
Instrumentos de negociação	910.192	874.022
Instrumentos de cobertura	1.002.993	1.162.494
	<u>1.923.206</u>	<u>2.171.812</u>
Responsabilidades por prestação de serviços :		
Depósito e guarda de valores	2.218.568	1.894.978
De cobrança de valores	80.063	67.077
Valores administrados pela instituição	-	-
	<u>2.298.631</u>	<u>1.962.055</u>
Serviços prestados por terceiros :		
Por depósito e guarda de valores	1.340.413	1.133.149
Por cobrança de valores	53.821	49.838
	<u>1.394.234</u>	<u>1.182.987</u>
Outras contas extrapatrimoniais :		
Consignações	29	30
Créditos abatidos ao activo	97.913	88.337
Juros vencidos	563	557
Rendas vincendas e valores residuais de contratos de locação financeira	235.538	201.063
Obrigações de caixa emitidas	168.451	197.186
Crédito renegociado	14.778	10.731
Provisões acumuladas para crédito renegociado	1.245	2.229
	<u>518.517</u>	<u>500.133</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**34. ACTIVOS E PASSIVOS EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA**

Em 31 de Dezembro de 2007, o montante global dos elementos do activo e passivo do Finibanco, S.A. expressos em moeda estrangeira, convertidos na moeda em que as contas anuais são estabelecidas, é como segue:

Activos		Passivos	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.000	Passivos financeiros detidos para negociação	16
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.999	Recursos de outras instituições de crédito	3.611
Activos financeiros detidos para negociação	21.374	Recursos de clientes e outros empréstimos	30.791
Activos financeiros disponíveis para venda	3.397	Outros passivos e contas de regularização	44.576
Aplicações em instituições de crédito	24.639		
Crédito a clientes	23.933		
Outros activos e contas de regularização	652		
	<b>78.994</b>		<b>78.994</b>

**35. RELATO POR SEGMENTO**

A segmentação por linhas de negócio em 31 de Dezembro de 2007 é apresentada no Anexo IV.

Substancialmente as actividades do Banco desenvolvem-se em Portugal pelo que não se considera relevante apresentar o reporte por segmento geográfico.

**36. JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

A comparação dos valores de balanço dos activos e passivos financeiros com os respectivos justos valores apresenta-se como segue:

	31-12-2007			31-12-2006		
	Valor Balanço	Justo valor	Valores não Reconhecidos	Valor Balanço	Justo valor	Valores não Reconhecidos
<b>Activos</b>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	79.825	79.825	-	56.169	56.169	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	56.216	56.216	-	60.449	60.449	-
Activos financeiros detidos para negociação	76.726	76.726	-	58.919	58.919	-
Activos financeiros detidos para venda	73.241	73.241	-	55.836	55.836	-
Aplicações em instituições de crédito	330.067	330.067	-	182.795	182.795	-
Crédito a clientes	2.035.980	2.113.391	-77.411	1.646.370	1.733.825	-87.455
<b>Total Activos financeiros</b>	<b>2.652.055</b>	<b>2.729.466</b>	<b>-77.411</b>	<b>2.060.538</b>	<b>2.147.993</b>	<b>-87.455</b>
<b>Passivos</b>						
Passivos financeiros detidos para negociação	28.313	28.313	-	25.812	25.812	-
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	151.591	151.591	-	182.952	182.952	-
Recursos de outras instituições de crédito	110.843	110.843	-	120.488	120.488	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.067.126	2.057.714	9.412	1.693.105	1.692.439	666
Passivos financeiros associados a activos transferidos	248.802	248.802	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-
<b>Total Passivos financeiros</b>	<b>2.606.675</b>	<b>2.597.263</b>	<b>9.412</b>	<b>2.022.357</b>	<b>2.021.691</b>	<b>666</b>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

As metodologias utilizadas para a determinação dos justos valores foram as seguintes:

Activos e passivos para os quais o justo valor é aproximado ao valor de balanço

Para os activos e passivos financeiros líquidos ou que tenham um prazo de maturidade inferior a 1 ano foi assumido que o valor de balanço é uma aproximação do seu justo valor. Esta assumption também é aplicável aos depósitos à ordem de clientes e instrumentos com taxa de juro variável.

Activos e passivos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros disponíveis para venda

O justo valor dos derivados foi estimado utilizando o modelo de actualização dos fluxos de caixa usando as taxas de juro do mercado interbancário e outras indicadores observáveis no mercado.

Os títulos cotados foram valorizados pelo seu valor de cotação no final do exercício. Os títulos não cotados, de valor residual, foram mantidos ao custo dado não estar disponível uma aproximação fiável do seu justo valor.

Passivos ao justo valor através de resultados

O justo valor dos instrumentos designados como ao justo valor através de resultados foi obtido por utilização de técnicas de valorização consideradas adequadas (desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções) utilizando como inputs dados observáveis de mercado.

Instrumentos financeiros com taxa de juro fixa (crédito e recursos de clientes)

O justo valor dos activos e passivos financeiros com taxa de juro fixa foi estimado através da actualização dos fluxos de caixa usando as taxas de juro de mercado para instrumentos similares.

37. GESTÃO DO RISCO

Na Secção 2.5 do Relatório de Gestão são apresentadas as informações qualitativas e quantitativas relativas à Gestão dos vários riscos da actividade do Banco.

38. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

Em Junho de 2007 o Finibanco, SA efectuou uma operação de titularização da qual se destaca o seguinte:

Data da realização da operação: 14 de Junho de 2007

Montante: m.Euros 250.000

Duração do programa: 10 anos

Revolving: 3 anos

Identificação do programa: Aqua SME 1

Natureza dos activos cedidos:

Tipo de activos: Contas correntes e empréstimos a pequenas e médias empresas

Duração média ponderada remanescente: 0,249 anos

Taxa de juro média ponderada dos activos: 6,88%

Rating médio da carteira cedida: n.a.

Características dos instrumentos emitidos

<u>Denominação do instrumento</u>	<u>Montante emitido</u>	<u>Montante detido</u>	<u>Taxa de juro</u>
Classe A units	235.000	-	Euribor 1 mês+0,1%
Classe B units	15.000	-	Euribor 1 mês+0,1%
Classe C units	8.750	8.750	Excess spread

Data e forma de reembolso:

A partir do final do período de revolving e conforme ritmo de amortização dos créditos e de acordo com a seguinte prioridade:

1º Classe A units

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

2º Classe B units

3º Classe C units

As Class C foram integralmente tomadas pelo Finibanco S.A.

Montante total dos activos adquiridos pelo veículo que suportam a emissão dos instrumentos:

Créditos de m.Euros 250.000 e m.Euros 8.750 de cash reserve.

**Compromissos assumidos e/ou interesses a reter pela instituição ou por outra instituição do Grupo**Montantes a título de:

Disponibilidades de caixa do emitente: n.a.

Linhas de liquidez: n.a.

Outros financiamentos: n.a.

Cash reserve inicial, limite máximo e mínimo: inicial m.Euros 8.750; máximo m.Euros 8.750; mínimo m.Euros 8.000

Garantias: n.a.

Proveitos residuais: a reverter para o Banco como remuneração das Classe C units.

Swaps de taxa de juro e outros instrumentos derivados: n.a.

Recompra dos activos remanescentes: Clean up call de 10%, a preços de mercado.

Outros n.a.

n.a. Não aplicável

**Entidades que intervêm na operação**

<u>Nome da entidade</u>	<u>País da sede</u>	<u>Tipo de entidade</u>	<u>Função desempenhada</u>	<u>Relação de participação</u>
Finibanco S.A.	Portugal	Banco	Cedente	n.a.
Aqua SME 1 Fundo	Portugal	Fundo de titularização de créditos	Comprador	não tem
Navegater SGFTC	Portugal	SGFTC	Gestão de FTC	não tem
Finibanco S.A.	Portugal	Banco	Gestor de créditos	n.a.
Deutsche Bank S.A.	Portugal	Banco	Custodiante	não tem
Banco Espírito Santo de Investimento S.A	Portugal	Banco	Banco organizador	não tem
State Street Global Markets LLC	EUA	Banco	Banco organizador	não tem
State Street Global Markets LLC	EUA	Banco	Linha liquidez Class B	não tem
Banco Espírito Santo S.A	Portugal	Banco	Linha liquidez Class A	não tem
European Investment Fund	Luxemburgo	Instituição europeia	Garante Class B	não tem

**Princípios e políticas contabilísticas seguidos**

Nos termos do previsto na IAS 39 quanto ao desreconhecimento de activos, dado que o Grupo detêm as Classe C units, às quais está atribuído o excess spread da operação, não foram desreconhecidos do balanço, estando registados na rubrica "Activos titularizados não desreconhecidos", e sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito.

Os fundos recebidos pela venda dos créditos estão registados na rubrica "Passivos financeiros associados a activos transferidos"

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**39. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO**

Conforme referido na Nota 2.3, e em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho celebrado com os sindicatos e vigente para o Sector Bancário, o Banco assumiu o compromisso de atribuir aos seus empregados ou às suas famílias prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez ou sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Baseado em pareceres de peritos independentes e na cláusula de adesão do Finibanco ao ACTV, não são consideradas no cálculo das responsabilidades a parcela relativa ao período entre a data de admissão de cada funcionário ao sistema bancário e a data de admissão no Finibanco, quando aplicável.

O estudo actuarial para efeitos de cálculo das responsabilidades por serviços passados reportados a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foi efectuado pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

**a) Pressupostos actuariais**

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados no estudo actuarial para efeitos de cálculo das responsabilidades por serviços passados reportados a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, efectuados pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, foram:

	31.12.2007	31.12.2006
Esquema de benefícios	O estabelecido no ACTV do Sector Bancário com as ressalvas de adesão ao acordo	O estabelecido no ACTV do Sector Bancário com as ressalvas de adesão ao acordo
Método actuarial	Projected Unit Credit Method	Projected Unit Credit Method
Tábua de Mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	EKV 80	EKV 80
Taxa anual de crescimento salarial	3%	3%
Taxa anual de retorno esperado dos activos do fundo	5%	5%
Taxa de desconto	5,25%	4,5%
Taxa de crescimento das pensões	3%	3%
SAMS	6,5% *	6,5% *

\* sobre o valor das responsabilidades calculadas nos termos do ACTV

A taxa de desconto utilizada reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade na zona euro com prazos até ao vencimento similares aos de liquidação das responsabilidades com pensões

A taxa anual de retorno esperado dos activos do fundo foi determinada pela sociedade gestora do Fundo utilizando as rentabilidades anuais esperadas a longo prazo para cada classe de activos, definidas com base em estudo de uma consultora internacional sobre o histórico das rendibilidades de mercado e uma ponderação resultante do *benchmark* definido para a estrutura de activos do Fundo.

No exercício de 2007 a taxa anual de rendimento dos activos do Fundo foi de 14,23% (9,45% em 2006) e a taxa anual de crescimento salarial e das pensões de 2,77%.

De acordo com as informações obtidas do actuário responsável pela preparação do estudo actuarial, não foi considerada no cálculo actuarial qualquer taxa de rotação dada a ausência de referências estatísticas de mercado credíveis e pelo facto de, com os dados internos do Banco, as análises históricas efectuadas ao comportamento da rotação interna demonstrarem comportamentos irregulares, que ao serem incorporados no estudo poderiam conduzir a variações futuras de responsabilidades difíceis de justificar de forma consistente.



## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**b) População**

Os cálculos foram efectuados em grupo fechado decompondo-se em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 da seguinte forma:

	31.12.2007	31.12.2006
1. Empregados no activo	863	832
2. Pensionistas	12	12
3. Total (1+2)	875	844
4. Ex – participantes com direitos adquiridos	394	355
5. Total (3+4)	1.269	1.199

**c) Valores reconhecidos no balanço**

31/12/2007	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
<b>Valor actual das responsabilidades por serviços passados</b>				
1. Activos e direitos adquiridos	50.561	2.824	1.548	54.933
2. Pensionistas	1.476	96	7	1.579
3. Total das responsabilidades por serviços passados (1+2)	52.037	2.920	1.555	56.512
4. Justo valor dos activos do Fundo de Pensões	59.114	2.852	1.675	63.641
5. Passivo reconhecido no Balanço (Nota 23) (3-4)	-	-	-	-
6. Activo reconhecido no Balanço ( Nota 14) (4-3)	7.077	(67)	120	7.129
7. % de cobertura do financiamento	114%	98%	108%	113%
31/12/2006	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
<b>Valor actual das responsabilidades por serviços passados</b>				
1. Activos e direitos adquiridos	49.554	2.835	1.702	54.091
2. Pensionistas	1.538	-	-	1.538
3. Total das responsabilidades por serviços passados (1+2)	51.092	2.835	1.702	55.629
4. Justo valor dos activos do Fundo de Pensões	51.676	-	-	51.676
5. Passivo reconhecido no Balanço (Nota 23) (3-4)	-	2.835	1.702	4.537
6. Activo reconhecido no Balanço ( Nota 14) (4-3)	584	-	-	584
7. % de cobertura do financiamento	101%	-	-	-

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

31/12/2007	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
<b>Responsabilidades por serviços passados ainda não reconhecidos como custo</b>				
1. Perdas / (ganhos) actuariais resultantes de diferenças entre pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente realizados				
1.1 Reconhecidos como flutuação de valores (Nota 23)	(5.684)	(401)	(110)	(6.195)
1.2 Reconhecidos como despesas com custo diferido	-	-		-
2. Perdas / ( ganhos) actuariais resultantes de alteração de pressupostos actuariais e financeiros				
2.1 Reconhecidos como flutuação de valores (Nota 23)	(3.367)	(310)	(466)	(4.143)
2.2 Reconhecidos como despesas com encargo diferido				
A amortizar por resultados transitados em 5 anos	10.968	-	844	11.812
A amortizar por resultados transitados em 7 anos	-	1.675	-	1.675
<b>3. Responsabilidades a amortizar ( Nota 14) (1.2+2.2)</b>	<b>10.968</b>	<b>1.675</b>	<b>844</b>	<b>13.487</b>

31/12/2006	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
<b>Responsabilidades por serviços passados ainda não reconhecidos como custo</b>				
1. Perdas / (ganhos) actuariais resultantes de diferenças entre pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente realizados				
1.1 Reconhecidos como flutuação de valores (Nota 14)	(2.026)	-	-	(2.026)
1.2 Reconhecidos como despesas com custo diferido	-	-		-
2. Perdas / ( ganhos) actuariais resultantes de alteração de pressupostos actuariais e financeiros				
2.1 Reconhecidos como flutuação de valores (Nota 14)	4.796	67	47	4.910
2.2 Reconhecidos como despesas com encargo diferido				
A amortizar por resultados transitados em 5 anos	14.624	-	1.125	15.749
A amortizar por resultados transitados em 7 anos	-	2.010	-	2.010
<b>3. Responsabilidades a amortizar ( Nota 14) (1.2+2.2)</b>	<b>14.624</b>	<b>2.010</b>	<b>1.125</b>	<b>17.759</b>

**d) Acréscimo anual no valor actual das responsabilidades por serviços passados**

31/12/2007	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
1. Valor actual das responsabilidades no início do exercício	51.092	2.835	1.702	55.629
2. Custos do serviço corrente	5.822	388	205	6.415
3. Custo de juros	2.529	143	77	2.749
4. Pensões pagas	77	-	-	77
5. Perdas (ganhos) actuariais				
Por diferenças entre os pressupostos e valores realizados	833	(69)	85	849
Por alteração de pressupostos – Taxa de desconto	(13.297)	(730)	(514)	(14.541)
Por revisão de estimativa de valor pensionável	5.135	353	-	5.488
6. Acréscimo anual de responsabilidades (2+3-4+5)	945	85	(147)	883
7. Valor actual das Responsabilidades no fim do exercício (1+6)	52.037	2.920	1.555	56.512

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

31/12/2006	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
1. Valor actual das responsabilidades no início do exercício	43.088	2.345	1.407	46.839
2. Custos do serviço corrente	5.421	304	177	5.902
3. Custo de juros	2.182	119	71	2.372
4. Pensões pagas	51	-	-	51
5. Perdas (ganhos) actuariais				
Por diferenças entre os pressupostos e valores realizados	452	67	47	566
6. Acréscimo anual de responsabilidades (2+3-4+5)	8.004	490	295	8.789
7. Valor actual das Responsabilidades no fim do exercício	51.092	2.835	1.702	55.628
(1+6)				

**e) Movimento registado nos activos do Fundo**

31/12/2007	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
1. Valor dos activos do Fundo de pensões no início do exercício	51.676	-	-	51.676
2. Rendimento líquido do fundo	7.364	332	195	7.891
3. Contribuição entregue ao fundo	-	2.520	1.480	4.000
4. Pensões de sobrevivência pagas pelo fundo	77	-	-	77
5. Outras variações líquidas	150	-	-	150
6. Valor dos activos do Fundo de pensões no fim do exercício				
(1+2+3-4+5)	59.113	2.852	1.675	63.640

31/12/2006	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
1. Valor dos activos do Fundo de pensões no início do exercício	26.662	-	-	26.662
2. Rendimento líquido do fundo	2.765	-	-	2.765
3. Contribuição entregue ao fundo	22.300	-	-	22.300
4. Pensões de sobrevivência pagas pelo fundo	51	-	-	51
5. Outras variações líquidas	-	-	-	-
6. Valor dos activos do Fundo de pensões no fim do exercício				
(1+2+3-4+5)	51.676	-	-	51.676

**f) As principais categorias de activos do Fundo são as seguintes:**

Tipos de investimento	31.12.2007	31.12.2006
Terrenos e edifícios	9,6%	8,3%
Ações e unidades de participação	43,1%	21,3%
Obrigações – Dívida pública	29,9%	15,1%
Obrigações – Outros emissores	13,0%	14,9%
Depósitos em instituições de crédito	3,5%	39,9%
Outros	0,9%	0,5%
	100%	100%

Os imóveis detidos pelo Fundo encontram-se arrendados ao Banco ou subsidiárias da sua empresa-mãe.

**g) Gastos reconhecidos no exercício**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

31/12/2007	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
Em custos com o pessoal				
1.Custo do serviço corrente	5.822	388	205	6.415
2.Custo dos juros	2.529	143	77	2.749
3. Rendimento esperado dos activos do fundo	2.873	-	-	2.873
4. Perdas/ (ganhos) actuariais	-	-	-	-
5. Contribuições dos funcionários	-	251	148	399
6. Outras variações	150	-	-	150
7. Custos com o pessoal ( 1+2-3+4-5-6)	5.328	280	134	5.742

O custo dos serviços correntes relativo a membros dos órgãos de administração do Banco encontra-se divulgado na Nota 40.

31/12/2006	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
Em custos com o pessoal				
1.Custo do serviço corrente	5.421	304	177	5.902
2.Custo dos juros	2.182	119	71	2.372
3. Rendimento esperado dos activos do fundo	1.603	-	-	1.603
4. Perdas/ (ganhos) actuariais	-	-	-	-
5. Contribuições dos funcionários	365	-	-	365
6. Outras variações	-	-	-	-
7. Custos com o pessoal ( 1+2-3+4-5-6)	5.635	423	248	6.306

A contribuição esperada para o Fundo para o exercício de 2008 ascende a m.Euros 5.159.

**h) Análises de sensibilidade**

A redução de 0,25% na taxa de desconto teria um efeito de aumento das responsabilidades em cerca de 4 milhões de euros.

Uma variação de 1% na taxa de SAMS representaria um impacto de cerca de 435 mil euros (aumento de responsabilidades em caso de incremento da taxa e redução no caso contrário)

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**i) Análise evolutiva**

O quadro seguinte apresenta uma análise evolutiva dos valores do exercício e dos últimos 4 anos:

<b>Responsabilidades com benefícios de reforma</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>	<b>2003</b>
<b>Responsabilidades por serviços passados</b>	-52.037	-51.092	-43.088	-22.145	-18.095
<b>Justo valor dos activos do Fundo de Pensões</b>	59.114	51.676	26.662	18.552	13.937
Excesso /(Insuficiência) de cobertura	7.077	584	-16.426	-3.593	-4.158
% de cobertura do financiamento pelo Fundo	114%	101%	62%	84%	77%
Ajustamentos de experiência em passivos do plano	-833	-452	-276	307	-204
Ajustamentos de experiência em activos do plano	4.491	1162	316	-259	-347

**40. PARTES RELACIONADAS**

A lista de partes relacionadas apresenta-se como segue:

**Accionistas**

ÁLVARO PINHO COSTA LEITE – Accionista com controlo final  
 MARIA AUGUSTA RESENDE COSTA LEITE - Accionista com controlo final  
 APCL FINANCEIRA - SGPS, LDA- Entidade com controlo final  
 VIC (SGPS), SA  
 FINIBANCO - HOLDING, SGPS SA – Empresa mãe

**Membros do Conselho de Administração**

ÁLVARO PINHO COSTA LEITE  
 HUMBERTO COSTA LEITE  
 ARMANDO ESTEVES  
 DANIEL BESSA FERNANDES COELHO  
 JOAQUIM MENDES CARDOSO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**Empresas subsidiárias e associadas do Grupo Finibanco / APCL**

FINI INTERNATIONAL LUXEMBOURG SA  
 FINIBANCO VIDA-COMPANHIA SEGUROS VIDA,SA  
 FINICRÉDITO-INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA  
 FINIMÓVEIS SOCIEDADE IMOBILIÁRIA DE SERVIÇOS AUXILIARES,SA  
 FINISEGUR-SOCIEDADE MEDIADORA SEGUROS,SA  
 FINIVALOR-SOCIEDADE GESTORA FUNDOS MOBILIÁRIOS,SA  
 FINIBANCO SA - ANGOLA  
 FINIBANCO - HOLDING, SGPS SA  
 LAMEIRA - IMOBILIÁRIA, LDA  
 SAF - IMOBILIÁRIA, S A  
 SOGIBRAGA - GESTÃO IMOBILIÁRIA, LDA  
 SOGILEÇA - GESTÃO IMOBILIÁRIA, LDA  
 SOGIPORTO-GESTÃO IMOBILIÁRIA, S A  
 Vic Beteiligungsverwaltungs GmbH  
 FERREIROS & ALMEIDA - GES COM BEN IM, SA  
 AUTOGLOBALSA - COMÉRCIO REPARAÇÕES AUTOMÓVEIS, LDA  
 OBOL INVEST KFT.

**Sociedades onde Accionistas e membros da Administração têm influência significativa**

VICAIMA FINANCE - SGPS, LDA  
 VICAIMA INVEST - SGPS, LDA  
 VICAIMA PARTICIPA - SGPS, LDA  
 VICAIMA MADEIRAS (SGPS), SA  
 VICAIMA-INDÚSTRIA DE MADEIRAS E DERIVADOS, SA  
 GLOBAL DIS-DISTRIBUIÇÃO GLOBAL MATERIAIS,SA  
 PROMOQUATRO-INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA  
 VICAIMA INVESTMENTS LIMITED  
 PEDRAL-PEDREIRAS DO CRASTO DE CAMBRA, SA  
 Vicaima Beteiligungsverwaltungs GmbH  
 MARTIFER RETAIL  
 EMPICAIMA-CONSTRUÇÕES SA  
 MADEIPORTO - MADEIRAS E DERIVADOS, SA  
 VICAIMA - Puertas y Derivados, S.L.  
 VICAIMA - Türenwerk Handels GmbH  
 VICAIMA, Limited  
 PREDICAIMA - COMÉRCIO IMOBILIÁRIO, SA  
 SOGICAIMA-GESTÃO IMOBILIÁRIA, SA  
 STOCKTRANS - LOGÍSTICA TRANSPORTES, LDA  
 SITAPE - INDÚSTRIA METALÚRGICA, SA  
 IMOCAMBRA - GESTÃO IMOBILIÁRIA, SA  
 IMOBILIÁRIA DA CAVADA, LDA  
 COLEMO BAMBINO-REPRESENTAÇÕES COMÉRCIO,LDA

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Em 31 de Dezembro de 2007, o montante global dos activos, passivos, rendimentos, encargos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com partes relacionadas de acordo com a IAS 24 têm a seguinte composição:

	Accionistas do Finibanco	Membros do Conselho de Administração	Empresas Subsidiárias e Associadas	Sociedades onde Accionistas e Membros de Administração têm influência significativa	Fundo de pensões de Colaboradores do Grupo Finibanco	Total
<b>Activo</b>						
Crédito	141.361	90	239.680	8	-	381.139
Outros activos	-	-	2.074	-	-	2.074
Outros valores a receber	1.991	-	2.885	-	-	4.876
	<b>143.352</b>	<b>90</b>	<b>244.639</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>388.089</b>
<b>Passivo</b>						
Passivos Financeiros	5.027	363	185	-	-	5.575
Depósitos	18.999	4.257	24.582	631	2.271	50.740
Outros valores a pagar	171	3	25	-	-	199
	<b>24.197</b>	<b>4.623</b>	<b>24.792</b>	<b>631</b>	<b>2.271</b>	<b>56.514</b>
<b>Rendimentos</b>						
Juros e rendimentos similares	3.492	3	10.118	11	-	13.624
Rendimentos com serviços e comissões	5	9	96	5	-	115
	<b>3.497</b>	<b>12</b>	<b>10.214</b>	<b>16</b>	<b>-</b>	<b>13.739</b>
<b>Encargos</b>						
Juros e encargos similares	576	103	1.325	-	192	2.196
	<b>576</b>	<b>103</b>	<b>1.325</b>	<b>-</b>	<b>192</b>	<b>2.196</b>
<b>Extrapatrimoniais</b>						
Garantias e avals	776	-	3.806	-	-	4.582
Depósito e guarda de valores	324.310	9.396	18.334	88.791	-	440.831
	<b>325.086</b>	<b>9.396</b>	<b>22.140</b>	<b>88.791</b>	<b>-</b>	<b>445.413</b>

A rubrica de Crédito a Accionistas inclui crédito titulado à empresa mãe no montante de m.Euros 46.538.

As operações de crédito a Accionistas e Empresas subsidiárias e associadas são de suporte à tesouraria e foram realizadas a taxa variável com spread considerado de mercado, não tendo colaterais associados.

O montante de m.Euros 2.074 da rubrica Outros Activos sobre empresas subsidiárias e associadas refere-se ao valor líquido de imparidade de prestações suplementares concedidas e que não são remuneradas. Para os restantes Activos mencionados não foram constituídas quaisquer provisões específicas.

Os passivos financeiros (que correspondem a empréstimos obrigacionistas) e os depósitos são igualmente remunerados a taxas consideradas de mercado.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

As remunerações dos membros dos órgãos sociais desdobram-se da seguinte forma:

	2007	2006
Benefícios de curto prazo (Nota 30)	1.301	1.266
Benefícios pós emprego	43	40
Benefícios de cessação de emprego	-	-
Pagamentos com base em acções	-	-
	<b>1.344</b>	<b>1.306</b>

41. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se verificaram eventos subsequentes após a data do balanço que, de acordo com o disposto na “IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço” implicassem ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras.

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



## FINIBANCO S.A.

INVENTARIO DE TITULOS E DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor		Valor médio de aquisição (euro)		Valor de cotação		Valor do balanço ( em moeda )		Valor de Balanço em Euros	
			nominal						Bruto	Líquido	
A. - CREDITOS TITULADOS											
Emitidos por residentes											
Títulos de Dívida											
De Outros Residentes											
Dívida Não Subordinada											
POLIMAIA/89 Tx 5,1784%	5.000	EUR	0,15	0,15	-	-	EUR	749,09	749,09	749,09	
UIF. 1998/2008	324.218.633	EUR	0,01	0,01	EUR	-	EUR	3.242.186,33	3.242.186,33	3.242.186,33	
INCOMPOL-Industria de Componentes, Lda.	25	EUR	49.879,79	49.879,79	-	-	EUR	1.246.994,75	1.246.994,75	1.246.994,75	
FINIBANCO HOLDING 05/10 AGO	3.957.551	EUR	5,00	5,00	-	-	EUR	19.787.755,00	19.787.755,00	19.787.755,00	
FINIBANCO HOLDING 04/09	1.950.000	EUR	5,00	5,00	-	-	EUR	9.750.000,00	9.750.000,00	9.750.000,00	
FINIBANCO HOLDING 05/10NOV	3.400.000	EUR	5,00	5,00	-	-	EUR	17.000.000,00	17.000.000,00	17.000.000,00	
									51.027.685,17	51.027.685,17	
B.-ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO											
Títulos											
Emitidos por residentes											
- Instrumentos de Capital											
SONAE INDUSTRIA SGPS	317.992	EUR	5,00	9,05	EUR	6,65	EUR	2.114.646,80	2.114.646,80	2.114.646,80	
TEIXEIRA DUARTE ENG. CONST.	1.248.500	EUR	0,50	2,40	EUR	2,09	EUR	2.609.365,00	2.609.365,00	2.609.365,00	
MARTIFER SGPS NOM.	8.910	EUR	0,50	9,38	EUR	8,15	EUR	72.616,50	72.616,50	72.616,50	
REN-REDES ELECTRICAS NACIONAIS SGPS	160	EUR	1,00	3,68	EUR	3,62	EUR	579,20	579,20	579,20	
CIMPOR	168.076	EUR	1,00	6,23	EUR	6,00	EUR	1.008.456,00	1.008.456,00	1.008.456,00	
SONAE SGPS	1.350.000	EUR	1,00	1,86	EUR	1,98	EUR	2.673.000,00	2.673.000,00	2.673.000,00	
PORTUCEL NOM.	522.568	EUR	1,00	2,64	EUR	2,23	EUR	1.165.326,64	1.165.326,64	1.165.326,64	
MOTA-ENGIL SGPS	46.205	EUR	1,00	5,37	EUR	5,12	EUR	236.569,60	236.569,60	236.569,60	
ALTRI SGPS	152.305	EUR	0,25	5,40	EUR	5,33	EUR	811.785,65	811.785,65	811.785,65	
SONAECOM SGPS	225.495	EUR	1,00	3,86	EUR	3,30	EUR	744.133,50	744.133,50	744.133,50	
BANCO BPI NOM.	20.000	EUR	1,00	5,64	EUR	5,36	EUR	107.200,00	107.200,00	107.200,00	
Emitidos por não residentes											
- Instrumentos de Capital											
QUEENS - S.WALK INVESTEMNT LTD	21.220	EUR		8,71	EUR	5,575	EUR	118.301,50	118.301,50	118.301,50	
THOMSON COMP.	8.000	EUR	3,75	17,28	EUR	9,730	EUR	77.840,00	77.840,00	77.840,00	
PETROTEC AG	5.049	EUR		12,66	EUR	5,000	EUR	25.245,00	25.245,00	25.245,00	
ASSYSTEM	94.256	EUR	1,00	15,04	EUR	10,360	EUR	976.492,16	976.492,16	976.492,16	
GRUPO FERROVIAL	35.000	EUR	1,00	66,29	EUR	48,120	EUR	1.684.200,00	1.684.200,00	1.684.200,00	
CRUCCELL	43.000	EUR	0,24	16,08	EUR	11,400	EUR	490.200,00	490.200,00	490.200,00	
NEOPOST	7.000	EUR	1,00	103,47	EUR	70,490	EUR	493.430,00	493.430,00	493.430,00	
BAY MOT WERKE	40.300	EUR	1,00	44,77	EUR	42,720	EUR	1.721.616,00	1.721.616,00	1.721.616,00	
HAGEMEYER	329.814	EUR	1,20	3,65	EUR	4,680	EUR	1.543.529,52	1.543.529,52	1.543.529,52	
METSO OYJ	31.181	EUR		42,22	EUR	37,330	EUR	1.163.986,73	1.163.986,73	1.163.986,73	
SBM OFFSHORE NV	33.609	EUR	0,25	25,86	EUR	21,600	EUR	725.954,40	725.954,40	725.954,40	
AXA SA	39.600	EUR	2,29	29,78	EUR	27,390	EUR	1.084.644,00	1.084.644,00	1.084.644,00	
LVMH MOET HENNES	5.800	EUR	0,30	85,31	EUR	82,680	EUR	479.544,00	479.544,00	479.544,00	
FUGRO NV CVA	18.500	EUR	0,05	53,56	EUR	52,800	EUR	976.800,00	976.800,00	976.800,00	
LIFEPOINTS HOSPITALS	7.709	USD	0,01	27,97	USD	29,740	USD	229.265,66	155.740,55	155.740,55	
NITROMED	85.300	USD	0,01	4,33	USD	1,010	USD	86.153,00	58.523,88	58.523,88	
BOSTON SCIENTIFC	52.000	USD	0,01	12,53	USD	11,630	USD	604.760,00	410.814,48	410.814,48	
LIMITED BRANDS	13.000	USD	0,50	18,72	USD	18,930	USD	246.090,00	167.169,34	167.169,34	
CRAY INC.	12.750	USD	0,01	11,17	USD	5,99	USD	76.372,50	51.879,97	51.879,96	
VULCAN MATERIALS CO	11.100	USD	1,000	66,49	USD	79,09	USD	877.899,00	596.358,26	596.358,26	
WATTS WATER TECH	25.900	USD	0,100	20,39	USD	29,80	USD	771.820,00	524.298,62	524.298,62	
CEMEX SA - SPONS ADR	20.000	USD		19,82	USD	25,85	USD	517.000,00	351.198,97	351.198,97	
KOOKMIN BANK - ADR	13.800	USD		50,65	USD	73,32	USD	1.011.816,00	687.328,31	687.328,31	
FEDEX CORP	3.800	USD	0,010	69,65	USD	89,17	USD	338.846,00	230.178,66	230.178,66	
INTERSIL CORP.	13.000	USD	0,010	20,41	USD	24,48	USD	318.240,00	216.180,97	216.180,97	
LINCOLN ELECTRIC HOLDINGS	4.000	USD		48,48	USD	71,18	USD	284.720,00	193.410,77	193.410,77	
ACTUANT CORP-CL A	11.600	USD	0,200	22,96	USD	34,01	USD	394.516,00	267.995,38	267.995,38	
CITIGROUP INC	45.000	USD	0,010	24,06	USD	29,44	USD	1.324.800,00	899.938,86	899.938,86	
- Unidades de Participação											
CHEYNE SPRECIAL SIT-A1 FUND	29.124,7305	EUR		171,68	EUR	192,112	EUR	5.595.210,23	5.595.210,23	5.595.210,23	
CHEYNE TOT RET CRED FD 1	25.000,0000	EUR		100,00	EUR	114,872	EUR	2.871.800,00	2.871.800,00	2.871.800,00	
WINTON FUTURES FUND - B	6.547,1401	USD		308,67	USD	606,08	USD	3.968.090,67	2.695.530,65	2.695.530,65	
PERMAL JAPAN HOLDINGS NV-A FUND TYPE	1.020,4080	USD		1.980,50	USD	2.689,98	USD	2.744.877,11	1.864.599,63	1.864.599,63	
PERMAL GLOBAL HIGH YLD HLD-A FUND TYPE	2.128,1320	USD		379,71	USD	646,54	USD	1.375.922,46	934.666,44	934.666,44	
PERMAL LONG/SHORT GLOBAL-A USD FUND TYPE	1.068,9600	USD		945,28	USD	1.606,24	USD	1.717.006,31	1.166.365,27	1.166.365,27	
PERMAL EMERGING MKTS HLD-A FUND TYPE	530,2600	USD		1.905,60	USD	3.864,52	USD	2.049.200,38	1.392.025,25	1.392.025,25	
PERMAL INVESTMENT HOLDINGS-A FUND TYPE	678,9300	USD		2.976,63	USD	5.231,28	USD	3.551.672,93	2.412.657,38	2.412.657,38	
PERMAL FX FINANCIAL & FUT-A FUND TYPE	1.343,0060	USD		2.257,16	USD	3.807,65	USD	5.113.696,80	3.473.742,81	3.473.742,81	
GLG EMERGING MARKETS FUND E	27.720,1500	EUR		176,37	EUR	242,90	EUR	6.733.224,44	6.733.224,44	6.733.224,44	
CHEYNE MULTI-STR LEVERAGED FD	37.445,00	EUR		142,19	EUR	128,55	EUR	4.813.568,79	4.813.568,79	4.813.568,79	
CHEYNE LATAM HIGH INCOME FUND INC	26.808,09	USD		88,69	USD	100,06	USD	2.682.463,10	1.822.201,69	1.822.201,69	
GLG EMERGING MARKETS SPEC SITS FUND CLASS A	8.770,391	USD		77,45	USD	134,55	USD	1.180.056,11	801.614,09	801.614,09	
CHEYNE CAPITAL GUARANTEED CREDIT NOTES	9.000.000,000	EUR		1,00	EUR	0,92	EUR	8.280.000,00	8.280.000,00	8.280.000,00	
									72.773.685,88	72.773.685,87	

## FINIBANCO S.A.

INVENTARIO DE TÍTULOS E DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor		Valor médio de aquisição (euro)	Valor de cotação		Valor do balanço ( em moeda )	Valor de Balanço em Euros	
		nominal							
D.-ACTIVOS FINANCEIROS DISPONIVEIS PARA VENDA									
Títulos									
Emitidos por Residentes									
Instrumentos de dívida									
Instrumentos de dívida pública									
- A médio e longo prazos									
O.T. - SET 2013 5,45%	255.000.000	EUR	0,01	0,011213	EUR	0,010500	EUR	2.677.500,00	2.677.500,00
O.T. - JUN 2011 5,15%	120.000.000	EUR	0,01	0,009854	EUR	0,010580	EUR	1.269.600,00	1.269.600,00
O.T. - JUN 2014 4,375%	50.000.000	EUR	0,01	0,010037	EUR	0,010240	EUR	512.000,00	512.000,00
O.T. - JUN 1998 / 2008	100.000	EUR	0,01	0,010800	EUR	0,009933	EUR	993,30	993,30
O.T. - JUL 2008	500.000.000	EUR	0,01	0,0099	EUR	0,009906	EUR	4.952.999,99	4.952.999,99
De Outros Residentes									
Adquiridos no Âmbito de Operações de Titularização									
- Equiparados a First Loss Position									
AQUA SME Nº1 CLASSE C	8.750.000	EUR		1,000000	EUR	-	EUR	8.750.000,00	8.750.000,00
- Dívida não Subordinada									
BRISA- Ob. Indexadas à Inflação 1998/2006/2008	225.000	EUR	1,66	1,65134	EUR	2,15822	EUR	485.599,20	485.599,20
- Instrumentos de Capital									
PROCAPITAL - Investimentos imobiliários, SA.	76.940	EUR	4,99	8,979822	-	-	EUR	690.907,53	0,00
MATUR	50	EUR	4,99	0,498798	-	-	EUR	24,94	24,94
GALP ENERGIA NOM	2.000.000	EUR	1,00	6,054579	EUR	18,39	EUR	36.780.000,00	36.780.000,00
TEIXEIRA DUARTE - ENG. CONST.	1.070.469	EUR	0,50	2,684321	EUR	2,09	EUR	2.237.280,21	2.237.280,21
UNICRE - Cartão Internacional de Crédito, SA.	5.882	EUR	4,99	63,600547	-	-	EUR	374.098,42	374.098,42
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, SA.	20.000	EUR	4,99	81,917579	-	-	EUR	1.638.351,57	1.638.351,57
AVENIDA DOS ALIADOS SA	4.000	EUR	5,00	5,000000	-	-	EUR	20.000,00	20.000,00
- Unidades de Participação									
FINIFUNDO TAXA FIXA EURO	1.000.000	EUR	5,00	5,000000	EUR	5,09	EUR	5.090.100,00	5.090.100,00
Emitidos por não Residentes									
Instrumentos de Dívida									
- Emissores Públicos Estrangeiros									
- A médio e longo prazos									
REP ANGOLA 15/11/2012	1.000	EUR	5.000,00	5.000,000000	USD	-	USD	5.000.000,00	3.396.508,39
BTPS 5% 2008	450.000	EUR	1,00	1,007422	EUR	1,3000	EUR	585.000,00	585.000,00
BUNDESOBLIGATION 2,5% 08/10/2010	500.000.000	EUR	0,01	0,009528	EUR	0,0096	EUR	4.802.500,00	4.802.500,00
- Instrumentos de Capital									
S.W.I.F.T. - Society For Worldwide Interbank Financial Tele	9	EUR	123,95	908,94	-	-	EUR	8.180,49	8.180,49
								74.271.644,05	73.580.736,52
TOTAL								198.073.015,10	197.382.107,56

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

**FINIBANCO S.A.**

ANEXO III

**OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS E TANGÍVEIS**  
Movimento do exercício de 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros)

CONTAS	Saldo do exercício anterior		Aquisições	Transf.	Amortizações do Exercício	Regulariz.	Abates (líquido)	Valor líquido 30-06-2007
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas						
<b>OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS</b>								
. Sistemas de tratamento automático de dados	10.966	9.700	964	290	785	0	0	1.735
. Activos intangíveis em curso	329	0	221	(290)	0	0	0	260
. Outros activos intangíveis	93	32	0	0	0	0	0	61
	11.388	9.732	1.185	0	785	0	0	2.056
<b>OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS</b>								
Imóveis								
. Imóveis de serviço próprio	13.045	1.308	1.040	317	586	0	0	12.508
. Obras em imóveis arrendados	20.048	12.517	3.251	0	1.427	0	4	9.351
. Outros imóveis	0	0	0	0	0	0	0	0
Equipamento	34.890	22.274	4.133	89	4.026	0	44	12.768
Activos em locação operacional	0	0	0	0	0	0	0	0
Activos em locação financeira	3.053	3.016	0	0	35	0	0	2
Activos tangíveis em curso	761	0	1.214	(419)	0	0	0	1.556
Outros activos tangíveis	2.688	724	316	13	160	0	6	2.127
	74.485	39.839	9.954	0	6.234	0	54	38.312
<b>TOTAIS</b>	85.873	49.571	11.139	0	7.019	0	54	40.368

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

FINIBANCO, SA

SEGMENTAÇÃO POR LINHAS DE NEGOCIO  
31 de Dezembro de 2007  
(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Corporate Finance	Trading & Sales	Correlagem (Retalho)	Banca de Retalho	Banca Comercial	Pagamentos e Liquidações	Custódia	Gestão de Activos	Outros	Operações intra-segmentos	Total
Juros e rendimentos similares	0	36.391	0	175.131	47.133	0	0	0	0	(86.557)	172.098
Juros e encargos similares	0	43.003	0	118.669	32.635	0	0	0	0	(86.557)	107.750
Rendimentos de instrumentos de capital	0	2.415	0	0	0	0	0	0	0	0	2.415
<b>Margem Financeira</b>	<b>0</b>	<b>(4.197)</b>	<b>0</b>	<b>56.462</b>	<b>14.498</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>66.763</b>
Rendimentos de serviços e comissões (líquidas)	757	(1.495)	1.448	3.723	1.936	3.565	976	460	0	0	11.370
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	0	28.991	0	0	0	0	0	0	0	0	28.991
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	0	22.001	0	0	0	0	0	0	0	0	22.001
Resultados de reavaliação cambial	0	(2.176)	0	0	0	0	0	0	0	0	(2.176)
Resultados de alienação de outros activos	0	0	0	0	0	0	0	76	0	0	76
Outros resultados de exploração (líquidas)	0	0	0	12.876	788	369	0	(1.477)	0	0	12.556
<b>Produto Bancário</b>	<b>757</b>	<b>43.124</b>	<b>1.448</b>	<b>73.061</b>	<b>17.222</b>	<b>3.934</b>	<b>976</b>	<b>(941)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>139.581</b>
Custos de estrutura	607	10.201	1.369	58.085	10.013	2.833	989	656	0	0	84.753
Imparidades / provisões para crédito vencido e outros riscos (líquidas)	0	340	0	9.736	6.996	0	0	0	7.426	0	24.498
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>150</b>	<b>32.583</b>	<b>79</b>	<b>5.240</b>	<b>213</b>	<b>1.101</b>	<b>(13)</b>	<b>(1.597)</b>	<b>(7.426)</b>	<b>0</b>	<b>30.330</b>
Imposto diferidos											(1.178)
Imposto corrente											10.232
<b>Resultado líquido do exercício</b>											<b>21.276</b>
Crédito a clientes (Liq.)	0	0	0	1.478.974	557.006	0	0	0	0	0	2.035.980
Crédito Bruto	0	0	0	1.501.574	568.770	0	0	0	0	0	2.070.344
Provisões	0	0	0	22.600	11.764	0	0	0	0	0	34.364
Recursos de clientes e outros empréstimos	0	179.025	0	1.663.872	224.229	0	0	0	0	0	2.067.126
Activo líquido total											2.835.089

**CERTIFICAÇÃO LEGAL  
E RELATÓRIO DE AUDITORIA**

## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA**

### **INTRODUÇÃO**

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, do **FINIBANCO, S.A.**, as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2007, (que evidencia um total de 2.835.089 milhares de euros e um total de capital próprio de 164.440 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 21.276 milhares de euros), as Demonstrações de resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

### **RESPONSABILIDADES**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
  - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
  - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
  - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
  - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
  - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores

Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

## **ÂMBITO**

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
  - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## **OPINIÃO**

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **FINIBANCO, S.A.** em 31 de Dezembro de 2007 o resultado das suas operações e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas, tal como definidas pelo Banco de Portugal no Aviso 1/2005, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 11 de Março de 2008

**ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A.**

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (Nº 178)

Registada na CMVM com o n.º 9011

Representada por:

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)



**RELATÓRIO E  
PARECER DO CONSELHO FISCAL**

## **RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Excelentíssimos Senhores Accionistas de  
FINIBANCO, S.A.

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal de FINIBANCO, S.A., vem apresentar o relatório da sua actividade no exercício de 2007, bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas, incluindo o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, relativos àquele exercício e apresentados pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal reuniu assiduamente e acompanhou a evolução da Instituição, nomeadamente através dos contactos com o Conselho de Administração da Sociedade e os seus membros e com os principais responsáveis pelos Serviços, de quem recebeu todas as informações que se tornaram necessárias.

De igual modo, o Conselho Fiscal acompanhou a actividade da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, tendo, desta forma, igualmente obtido elementos úteis ao desenvolvimento das funções de fiscalização.

O Conselho Fiscal analisou os referidos documentos de prestação de contas e a certificação legal das contas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, sem reservas e sem ênfases, tendo também apreciado a proposta do Conselho de Administração de aplicação dos resultados.

Em face do que precede, o Conselho Fiscal é de opinião que merecem aprovação os citados documentos de prestação de contas, apresentados pelo Conselho de Administração e a correspondente proposta de aplicação dos resultados.

Porto, 12 de Março de 2008

O Conselho Fiscal

José Rodrigues de Jesus  
Presidente

António Monteiro de Magalhães  
Joaquim Henrique de Almeida Pina Lopes

**ANEXOS**

## Anexos

### Informação sobre as Participações dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização

Nos termos e para os efeitos do artº 447º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, sendo o Finibanco, SA detido a 100% pelo Finibanco-Holding, SGPS S.A. os membros dos Órgãos Sociais não possuem acções do Finibanco e por isso não efectuaram operações sobre elas.

### Lista de Titulares de Participações Qualificadas

Nos termos do Regulamento nº 04/2004 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, informa-se que, em 31.12.2007, a totalidade do capital social do Finibanco estava na posse do Finibanco-Holding, SGPS S.A..

Por sua vez, os accionistas que detinham mais de 2% dos direitos de voto correspondentes ao capital social do Finibanco-Holding, SGPS S.A. eram os seguintes:

ACCIONISTAS	Nº ACÇÕES	% DE DIREITOS DE VOTO
VIC (S.G.P.S.), S.A.	77.137.752	67,076
Banif-SGPS, S.A. (*)	8.909.053	7,747
Vicaima Madeiras (S.G.P.S.), SA (**)	8.210.477	7,140
António Luís Alves Ribeiro de Oliveira	3.541.217	3,079

O Sr. Álvaro Pinho da Costa Leite e esposa, detentores da sociedade APCL Financeira-S.G.P.S., Lda, cuja participação, directa e indirecta, na VIC (S.G.P.S.), S.A. é de 77,52%, detinham, directa e indirectamente, uma participação qualificada no Finibanco-Holding, SGPS S.A. de 67,08%, como segue:

ACCIONISTAS	Nº ACÇÕES	% DE DIREITOS DE VOTO
Directamente	4.111	0,004
Indirectamente		
Através da VIC (S.G.P.S.), S.A., a qual é detida maioritariamente pela APCL Financeira-S.G.P.S., Lda	77.137.752	67,076

(\*) Conforme comunicação do accionista, de 10 de Abril de 2007, após consideração das acções detidas indirectamente, a Banif-SGPS, S.A. detinha 8,048% dos direitos de votos, como segue:

ACCIONISTAS	Nº ACÇÕES	% DE DIREITOS DE VOTO
Directamente	8.909.053	7,747
Indirectamente		
Através de entidade em relação de domínio	n.d.	0,184
Através de membro do Órgão de Fiscalização	n.d.	0,117

A Banif-SGPS, S.A. é dominada pela Rentipar Financeira SGPS, S.A. que, por sua vez, é detida maioritariamente pelo Senhor Comendador Horácio da Silva Roque, pelo que os referidos direitos

de voto são igualmente imputáveis a esta entidade.

(\*\*) Após consideração das acções detidas indirectamente, através das suas participadas, a Vicaíma Madeiras (S.G.P.S.), SA detinha, em 31 de Dezembro de 2007, 7,162% dos direitos de votos, como segue:

<b>ACCIONISTAS</b>	<b>Nº ACÇÕES</b>	<b>% DE DIREITOS DE VOTO</b>
Directamente	8.210.477	7,140
Indirectamente (através de 2 das suas participadas)	25.528	0,022

### **Acções Próprias Detidas em 31.12.2007**

Para efeitos da alínea d) do nº 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que o Finibanco, SA, em 31.12.2007, não detinha nem fez qualquer movimento sobre acções próprias.

## EXTRACTO DA ACTA NÚMERO DEZASSSEIS

Aos vinte e oito dias do mês de Março, do ano de dois mil e oito, pelas dez horas e trinta minutos, na sede social, sita à rua de Júlio Dinis, número cento e cinquenta e sete, nesta cidade do Porto, reuniu a Assembleia Geral da sociedade comercial FINIBANCO, SA, pessoa colectiva número quinhentos e cinco milhões, oitenta e sete mil e duzentos e oitenta e seis, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto com igual número e com o capital social de cento e vinte milhões de euros, integralmente realizado.

Constituída a Mesa pelo Vice-Presidente, Senhor Doutor José Manuel de Oliveira Maia, em substituição do Presidente, Senhor Professor Doutor António Joaquim de Matos Pinto Monteiro, que não pôde estar presente por motivo de doença, e pelo Secretário do FINIBANCO, S.A., Senhor Doutor António Alfredo Martins Manso Gigante, aquele verificou a presença do Accionista Único, FINIBANCO-HOLDING, SGPS S.A., detentor da totalidade do capital social e aqui representado pelo seu Administrador, Senhor Doutor Jorge Manuel de Matos Tavares de Almeida, o qual apresentou a respectiva carta de representação, que foi mandada arquivar pelo Senhor Presidente da Mesa.

Encontravam-se também presentes os Membros do Conselho de Administração do FINIBANCO, SA, Senhores, Presidente Álvaro Pinho da Costa Leite, Vice-Presidente Engenheiro Humberto da Costa Leite e Vogais, Professor Doutor Daniel Bessa Fernandes Coelho, Doutor Armando Esteves e Joaquim Mendes Cardoso, os Membros do Conselho Fiscal, Senhores Presidente Doutor José Rodrigues de Jesus e Vogais, Doutor António Monteiro de Magalhães e Doutor Joaquim Henrique de Almeida Pina Lopes, e o Revisor Oficial de Contas, Ernst & Young Audit & Associados, SROC, SA, representado pelo Senhor Doutor João Carlos Miguel Alves.

Antes de entrar na Ordem de Trabalhos, o Administrador Senhor Doutor Jorge Manuel de Matos Tavares de Almeida pediu a palavra, e foi-lhe concedida, para informar a Assembleia de que a ausência do Presidente desta, Senhor Professor Doutor António Joaquim de Matos Pinto Monteiro se devia a motivo impediante de saúde e só em razão deste facto é que não se encontra presente no desempenho da sua função.

Seguidamente, o Senhor Doutor Jorge Manuel de Matos Tavares de Almeida propôs que a Assembleia se constituísse e deliberasse sobre a Ordem de Trabalhos seguinte:

PONTO UM: Discutir e votar o relatório de gestão, balanço e contas relativos ao exercício de dois mil e sete e a fiscalização da sociedade;

PONTO DOIS: Discutir e votar a proposta de aplicação de resultados;

PONTO TRÊS: Proceder à apreciação geral da administração e da fiscalização da sociedade;

.....

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, depois de cumprimentar todos os presentes, informou de que, uma vez que o capital social estava representado a cem por cento, a Assembleia se poderia constituir sem a observância de formalidades prévias, designadamente de convocatória, se assim fosse decidido pelo representante do Accionista Único.

Posto o facto à consideração da Assembleia, esta, com o voto favorável do representante do Accionista Único, decidiu, nos termos do artigo número cinquenta e quatro do Código das Sociedades Comerciais, aceitar a sua constituição e deliberar sobre a Ordem de Trabalhos proposta.

Encontrando-se assim verificados todos os pressupostos para a regular constituição e funcionamento da Assembleia Geral, o Presidente da Mesa em exercício, Senhor Doutor José Manuel de Oliveira Maia, declarou a Assembleia regularmente constituída e em condições de funcionar.

Entrando na Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa solicitou à Administração do Finibanco, SA que se pronunciasse sobre o primeiro ponto. Tomou a palavra o Presidente do Conselho de Administração, Senhor Álvaro Pinho da Costa Leite, para referir, com o detalhe adequado, os factos mais importantes que caracterizaram o exercício de dois mil e sete, salientando que, não obstante a conjuntura não ter sido muito favorável, sobretudo no decurso do segundo semestre, foi ainda assim possível ao Finibanco registar um lucro líquido de cerca de vinte e um vírgula três milhões de euros, representando um crescimento de cento e sete vírgula nove por cento relativamente ao obtido no exercício anterior. Como ninguém mais quis usar da palavra, o Senhor Presidente pôs à votação o primeiro ponto, que foi aprovado pelo representante do Accionista Único.

Entrando no Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos, ao Senhor Presidente da Mesa foi apresentada pelo Conselho de Administração a seguinte

#### PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício de dois mil e sete o Finibanco, SA obteve um lucro de vinte e um milhões, duzentos e setenta e seis mil, duzentos e cinquenta e oito euros e quarenta e um cêntimos, para os quais se propõe a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal (dez por cento): dois milhões, cento e vinte e sete mil seiscentos e vinte e cinco euros e oitenta e quatro cêntimos;

Para Dividendo: três milhões de euros;

Para Reservas Livres: dezasseis milhões, cento e quarenta e oito mil, seiscentos e trinta e dois euros e cinquenta e sete cêntimos;

Total: Vinte e um milhões, duzentos e setenta e seis mil, duzentos e cinquenta e oito euros e quarenta e um cêntimos.

Posta à votação, foi a mesma aprovada pelo representante do Accionista Único.

Passando ao Terceiro Ponto de Ordem de Trabalhos, o representante do Accionista Único pediu a palavra para propor um voto de louvor ao Conselho de Administração do Finibanco, proposta que ele próprio aprovou quando o Senhor Presidente da Mesa a pôs à votação.

.....



Esgotada a Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa, em exercício, Senhor Doutor José Manuel de Oliveira Maia, formulou votos de rápida recuperação do Presidente da Assembleia Geral, Senhor Professor Doutor António Joaquim de Matos Pinto Monteiro, agradeceu a presença de todos e deu a sessão por encerrada, lavrando-se a presente Acta que vai ser assinada por ele, pelo representante do Accionista Único e pelo Secretário do Finibanco, SA, que a redigiu.

António Alfredo Martins Manso Gigante, Secretário do Finibanco, SA, certifica, nos termos da alínea f) do n.º 1 do art.º 446-B do Código das Sociedades Comerciais, que a transcrição extraída da Acta n.º 16 supra, exarada a folhas 42 a 44 do Livro de Actas da Assembleia Geral do Finibanco, SA, é verdadeira, completa e actual e que, da parte restante da referida Acta, nada consta que amplie, restrinja, modifique ou condicione a fracção aqui certificada.

O Secretário do Finibanco, SA

António Alfredo Martins Manso Gigante

## ACTA NÚMERO DEZOITO

Aos trinta e um dias do mês de Março, do ano de dois mil e oito, pelas dezassete horas, na sede social, sita à rua de Júlio Dinis, número cento e cinquenta e sete, nesta cidade do Porto, reuniu a Assembleia Geral da sociedade comercial FINIBANCO, SA, pessoa colectiva número quinhentos e cinco milhões, oitenta e sete mil e duzentos e oitenta e seis, com igual número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial do Porto e com o capital social de cento e vinte milhões de euros, integralmente realizado.

Constituída a Mesa pelo Vice-Presidente, José Manuel de Oliveira Maia, em substituição do Presidente, António Joaquim de Matos Pinto Monteiro, que não pôde estar presente por motivo de doença, e pelo Secretário do FINIBANCO, SA, António Alfredo Martins Manso Gigante, aquele verificou a presença do Accionista Único, FINIBANCO-HOLDING, SGPS S.A., detentor da totalidade do capital social e aqui representado pelo seu Administrador Jorge Manuel de Matos Tavares de Almeida, o qual apresentou a respectiva carta de representação, que foi mandada arquivar pelo Senhor Presidente da Mesa.

Encontravam-se também presentes os Membros do Conselho de Administração do FINIBANCO, SA, Presidente Álvaro Pinho da Costa Leite, Vice-Presidente Humberto da Costa Leite e Vogais, Armando Esteves e Artur de Jesus Marques os Membros do Conselho Fiscal, Presidente José Rodrigues de Jesus e Vogais, António Monteiro de Magalhães e Joaquim Henrique de Almeida Pina Lopes, e o Revisor Oficial de Contas, Ernst & Young Audit & Associados, SROC, SA, representado por João Carlos Miguel Alves.

O representante do Accionista Único, Jorge Manuel de Matos Tavares de Almeida, em satisfação da solicitação que lhe havia sido formulada pelo Presidente do Conselho Fiscal, propôs que a Assembleia se constituísse e deliberasse sobre a Ordem de Trabalhos seguinte:

PONTO ÚNICO: Discutir e deliberar sobre o Aditamento ao Relatório e Parecer do Conselho Fiscal elaborado sobre a fiscalização da sociedade no exercício de dois mil e sete.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, depois de cumprimentar todos os presentes, informou de que, uma vez que o capital social estava representado a cem por cento, a Assembleia se poderia constituir sem a observância de formalidades prévias, designadamente de convocatória, se assim fosse decidido pelo representante do Accionista Único.

Posto o facto à consideração da Assembleia, esta, com o voto favorável do representante do Accionista Único, decidiu, nos termos do artigo número cinquenta e quatro do Código das Sociedades Comerciais, aceitar a sua constituição e deliberar sobre a Ordem de Trabalhos proposta.

Encontrando-se assim verificados todos os pressupostos para a regular constituição e funcionamento da Assembleia Geral, o Presidente da Mesa, declarou a Assembleia regularmente constituída e em condições de funcionar.

Entrando na Ordem de Trabalhos, pediu a palavra o Presidente do Conselho Fiscal para dizer, relativamente ao Relatório elaborado sobre a fiscalização da sociedade no exercício de dois mil e sete, que este é um relatório simples, mas reflecte, no essencial o trabalho que o órgão a que preside desenvolveu para acompanhar os negócios da sociedade e mais pediu para apresentar uma Declaração escrita (Aditamento ao Relatório e Parecer do Conselho Fiscal) que fica junto ao processo desta Assembleia e que é do seguinte teor:

## ADITAMENTO AO RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhor Accionista Único, do Finibanco, SA.

Nos termos do artigo 245º., número 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do relatório e contas do Finibanco, SA de 2007 foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Finibanco, SA e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Finibanco, SA e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

Posta a proposta à votação, foi aprovado pelo representante do Accionista Único que o aditamento supra referido passasse a fazer parte integrante do Relatório e Parecer do Conselho Fiscal relativo ao exercício de dois mil e sete.

Esgotada a Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e deu a sessão por encerrada, lavrando-se a presente Acta que vai ser assinada por ele, pelo representante do Accionista Único e pelo Secretário do Finibanco, SA, que a redigiu.

António Alfredo Martins Manso Gigante, Secretário do Finibanco, SA, certifica, nos termos da alínea f) do nº 1 do artº 446-B do Código das Sociedades Comerciais, que a Acta nº 18 supra, exarada a folhas 50 a 51 do Livro de Actas da Assembleia Geral do Finibanco, SA, é verdadeira, completa e actual.

O Secretário do Finibanco, SA

António Alfredo Martins Manso Gigante